



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

SOLANGE MARIA SANTANA COUTO

EXPRESSÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO – BAHIA

Salvador
2014

SOLANGE MARIA SANTANA COUTO

EXPRESSÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO – BAHIA

Dissertação apresentada, como requisito final para obtenção do título de mestre em Geografia, ao Curso de Mestrado em Geografia, realizado pelo programa de pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências vinculado à Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof^o Dr. Vitor de Athayde Couto

Salvador
2014

C871 Couto, Solange Maria Santana.

Expressões da questão agrária no portal do Sertão – Bahia /
Solange Maria Santana Couto.- Salvador, 2014.

124 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto
de Geociências, 2014.

1. Territorialidade humana - Sertões (BA). 2. Reforma agrária.
3. Solo rural - uso. I. Couto, Vitor de Athayde. II. Universidade
Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911. 3(813.8)

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

SOLANGE MARIA SANTANA COUTO

EXPRESSÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO – BAHIA

Banca Examinadora

Dr. Vitor de Athayde Couto (orientador)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Dra. Guiomar Inez Germani

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar

Universidade Católica do Salvador (UCSal)

Salvador
2014

Dedico este trabalho a toda a minha família que mesmo não tendo a dimensão da importância desta pesquisa compreende meus esforços e torce por minha vitória, em especial a meu sobrinho e afilhado André que perdemos no momento mais complexo do trabalho deixando uma ferida imensa em nossos corações. Que Deus o receba em seus braços.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus familiares que estiveram comigo ao longo da caminhada, minha mãe querida que, mesmo semianalfabeta, me deu toda força e carinho para que eu pudesse encaminhar minha vida da melhor forma possível. Meus 14 irmãos em especial minhas irmãs Angelina, Marta e Keny que estavam comigo nos melhores e piores momentos, me dando forças quando eu não tinha de onde abastecer.

A meu amado “namorado” Sander pela força e compreensão nos momentos difíceis, por não me deixar enlouquecer quando eu acreditava que tudo estava perdido devido à minha dificuldade em compreender muitas coisas do mundo acadêmico.

Ao grupo de capoeira Angoleiros do Sertão, em especial ao Mestre Claudio, que mesmo não tendo estudado nos ensina além de valores úteis em todos os setores da vida, a importância da academia para que possamos avançar sair do comodismo e encontrar outros caminhos que não os que o sistema impõe.

Aos professores Vitor e Guiomar, por compreenderem as limitações em minha formação e me ajudarem a buscar o melhor caminho que não fugisse aos objetivos acadêmicos e também não desmerecesse minha história de vida.

À professora Cristina que, mesmo sem me conhecer pessoalmente, aceitou prontamente o desafio de contribuir para a minha pesquisa e, mesmo com muitos percalços do caminho, não me abandonou. Ao contrário, deu a maior força para que eu pudesse prosseguir.

Ao meu grande amigo Adriano, que me incentivou a participar da seleção de mestrado e, mesmo na correria de conclusão, sempre encontrou tempo para estar comigo e me ajudar no que eu necessitasse durante todo o período do curso.

Ao Projeto GeografAR, por me ensinar a caminhar junto e partilhar as dificuldades encontradas no caminho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, por ter contribuído para o meu trabalho, através da escolha de professores capacitados e comprometidos com a educação pública. E pela definição de uma grade curricular que contribuiu diretamente para a construção do projeto e finalização da pesquisa.

À CAPES, por financiar a pesquisa, permitindo que eu continuasse os estudos, pois, sem esse apoio, eu não teria conseguido realizar o trabalho.

Ao Conselho de Desenvolvimento Territorial, aos Sindicatos, às federações e a todos os que abriram as portas de suas instituições, fornecendo dados e informações imprescindíveis para o conteúdo do trabalho.

Cada escolha implica uma renúncia
(autor desconhecido)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar expressões da questão agrária no Território de Identidade Portal do Sertão Bahia, na seguinte ordem: identificar a estrutura agrária, ou seja, as principais classes sociais e frações envolvidas na questão agrária; identificar as suas principais reivindicações, convergências e divergências de interesses, bem como as suas diferentes demandas; identificar propostas e sugestões formuladas para minimizar a questão agrária. Na prática, buscam-se soluções dos problemas de ordem estrutural. Até que ponto o diagnóstico dos principais problemas, e as propostas para sua solução podem ser encontrados na Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) do Portal do Sertão, através do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODES/Portal)? A PDT traz ou não soluções à questão agrária? Tais questões são formuladas com base em levantamentos teórico-conceituais que subsidiam as discussões dos resultados obtidos, sobretudo no que se refere à questão agrária que, nesta pesquisa, é vista a partir da inserção do capital no campo, que transforma as relações sociais, reorganiza a produção, e recria as políticas internas. A PDT, que institui os Territórios de Identidade, entre eles o Portal do Sertão, visa promover maior participação da população nos debates sobre a implantação de políticas públicas através do CODES, com participação paritária entre poder público e sociedade civil. No campo, os grandes produtores, com interesse em aumentar sua participação no mercado e obter maior rentabilidade, exploram cada vez mais os pequenos produtores e trabalhadores rurais expropriados de suas terras e sem condições mínimas de produzir. Os 17 municípios pertencentes ao Portal do Sertão localizam-se no semiárido baiano. As condições climáticas desfavoráveis, o longo período de estiagem vivido nos últimos quatro anos, e os solos empobrecidos também contribuem para dificultar as atividades agrícolas dos pequenos produtores. O poder público, responsável por criar e implantar políticas que visem melhorar a vida da população, alia-se aos detentores de capital e promove políticas compensatórias que não modificam a realidade social. Enquanto isso, a questão agrária, um problema estrutural, perde importância na construção e implantação de políticas públicas. Mas os movimentos sociais não aceitam essa situação de forma submissa, cria estratégias de resistência e de enfrentamento, a fim de permanecer na terra com condições de produção e sustento das famílias.

Palavras-chave: Bahia. Portal do Sertão. Questão Agrária. Estrutura social. Política de Desenvolvimento Territorial.

LISTA DE MAPAS

1 – Territórios de Identidade do Estado da Bahia.....	16
2 – Localização do Território de Identidade Portal do Sertão – Bahia.....	18
3 – Espacialização da concentração fundiária, Índice de Gíni Bahia - 2006.....	66

LISTA DE TABELAS

1 - População e pessoal ocupado na agricultura por município Portal do Sertão/BA.....	64
2 - Índice de Gíni da concentração fundiária por município no Portal do Sertão.....	67
3 - Acampamentos Identificados no TI do Portal do Sertão Bahia 2010.....	68
4-Associações de Pescadores cadastradas na SEAP/BA Portal do Sertão 2011	68
5 - Comunidades Quilombolas por município no Portal do Sertão/BA. 2010.....	68
6 - Trabalhadores resgatados que receberam seguro-desemprego Portal do Sertão (2005 março de 2010).....	69
7 - Utilização das terras estabelecimentos agropecuários e área - Portal do Sertão/BA.....	76
8 - Produção animal no Portal do Sertão – BA.....	77
9 - Famílias beneficiadas por programas de transferência de renda.	88

LISTA DE QUADROS

1 – Condição do Produtor rural nos municípios do Portal do Sertão/BA.....	70
--	-----------

LISTA DE SIGLAS

- APAEB** – Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia
- CATRUFS** – Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana
- CDA** – Comissão de Desenvolvimento Agrário
- CNA** – Confederação Nacional da Agricultura
- CODES/Portal** – Conselho de Desenvolvimento do Território de Identidade Portal do Sertão
- DAP** – Declaração de Aptidão Agrícola
- EBDA** – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FAEB** – Federação da Agricultura do Estado da Bahia
- FETRAF** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- FSA** – Feira de Santana
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDA** – Ministério de Desenvolvimento Agrário
- MIN** – Ministério da Integração Nacional
- MOC** – Movimento de Organização Comunitária
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONG** – Organização Não Governamental
- PNDR** – Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
- PNOT** – Política Nacional de Ordenamento Territorial
- PPA** – Plano Plurianual da Administração Pública
- PPP** – Parceria Público-Privada
- PS** – Portal do Sertão
- RE** – Região Econômica
- SDT** – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- SEDUR** – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado
- SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SEI** – Superintendência de Estudos Econômicos
- SEPLAN** – Secretaria de Planejamento
- SEPLANTEC** – Secretaria de Planejamento Tecnologia e Ciência
- SPR** – Sindicato dos Produtores Rurais
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 QUESTÃO AGRÁRIA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO NO CAMPO: UMA ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAL	24
1.1 PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA: PRINCIPAIS FATORES HISTÓRICOS	27
1.2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA CLASSES E FRAÇÕES DE CLASSES QUE FORMAM A ESTRUTURA AGRÁRIA.....	38
1.3 CAMPO EM CONFLITO: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA REESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA	48
2 ESTRUTURA AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO: QUESTÃO AGRÁRIA, PRODUÇÃO, RENDA E POPULAÇÃO RURAL E URBANA	53
2.1 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO – BAHIA.....	54
2.2 A ESTRUTURA AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO, CLASSES E FRAÇÕES DE CLASSES SOCIAIS.....	63
2.3 O SISTEMA PRODUTIVO NO PORTAL DO SERTÃO E A QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL	72
3 EXPRESSÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO: O CODES/PORTAL E AS REIVINDICAÇÕES, PROBLEMAS E SUGESTÕES DAS CLASSES SOCIAIS DO CAMPO	79
3.1 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES.....	80
3.2 OS GRANDES PRODUTORES E SUAS REIVINDICAÇÕES.....	85
3.3 O QUE O ESTADO PROPÕE PARA MINIMIZAR A QUESTÃO AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO – BA.....	98
3.4 PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES PRODUTORES, E O PODER PÚBLICO: PONTOS COMUNS E DIVERGÊNCIAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA	116
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

Enquanto sociedades de classes, as sociedades capitalistas, entre elas a brasileira, experimentam contradições que revelam divergências, e, no limite, conflitos de interesse. Essas divergências manifestam-se pelas diferentes classes sociais e frações de classes que se relacionam e compõem a **estrutura social**.

Quando as divergências e conflitos ocorrem a propósito da propriedade, posse e uso da terra, as classes e frações concernentes compõem a **estrutura agrária**. Propriedade e posse da terra (relações de produção e de trabalho, etc.) são objetos de políticas agrárias e das relações com o mercado de terras. Já o seu uso (sistemas de produção, insumos industriais, tecnologias, processamento, comercialização, financiamento, etc.) é objeto de políticas agrícolas e das relações com o mercado do agronegócio¹. Todavia, ambas estão relacionadas e são resultantes de campos de forças políticas que operam nas estruturas. Em resumo, são todas elas, **relações sociais**, a **reforma agrária** consiste em modificá-las até configurar-se uma nova estrutura agrária. Mesmo havendo distribuição de terras, se a velha estrutura agrária for mantida, não terá havido reforma agrária, mas apenas **transformação agrária** (GUTELMAN, 1974).

A permanência histórica das contradições e conflitos, tanto agrários quanto agrícolas, compõe a **questão agrária**, que é uma questão social. Em algumas formações sociais, a questão agrária concernente a uma fase do capitalismo (comercial, industrial, financeiro...) não se resolve ou não se supera, e acaba exportando velhas contradições para o ciclo seguinte. Nesse caso, pode-se dizer que as relações sociais de produção não acompanharam a nova etapa do desenvolvimento capitalista – ou novo ciclo de acumulação, com ganhos de produtividade do trabalho.

São as condições econômicas que indicam o grau de participação dos indivíduos e grupos nos benefícios do sistema capitalista. As condições de sobrevivência, os rendimentos (rendas), e a inserção do pequeno produtor e do trabalhador rural no mercado não são iguais às dos grandes e médios produtores agrícolas (proprietários e arrendatários capitalistas). Os detentores do

¹ Ao contrário do que a mídia divulga para o grande público, considera-se neste trabalho o conceito original de *agribusiness* conforme a tradução correta de Guimarães (1982), ou seja, Complexo Agroindustrial (CAI).

grande capital possuem equipamentos e condições adequadas para investir e participar efetivamente da riqueza, com maiores escalas de produção, e ganhos de produtividade.

A questão agrária brasileira encontra-se envolta em inúmeras problemáticas. A expropriação do pequeno produtor é o corolário do aumento da desigualdade na estrutura de posse e uso de terras. Mesmo com a luta incessante dos movimentos sociais por uma reorganização agrária e agrícola, a estrutura agrária brasileira mantém os velhos índices de desigualdades. O índice de Gíni, por exemplo, sempre próximo de 1,0 (desigualdade máxima), não se move, apesar das políticas agrárias de sucessivos governos. Nenhum deles hesita em divulgar, na mídia, resultados positivos da sua “reforma agrária”. Apesar da promulgação do Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – que, dentre outras questões, versa sobre a função social da propriedade da terra, com a elaboração dos Planos Nacional de Reforma Agrária I e II, nota-se que foram poucos os avanços no que se refere à redistribuição de terras e à reorganização agrária e agrícola no País.

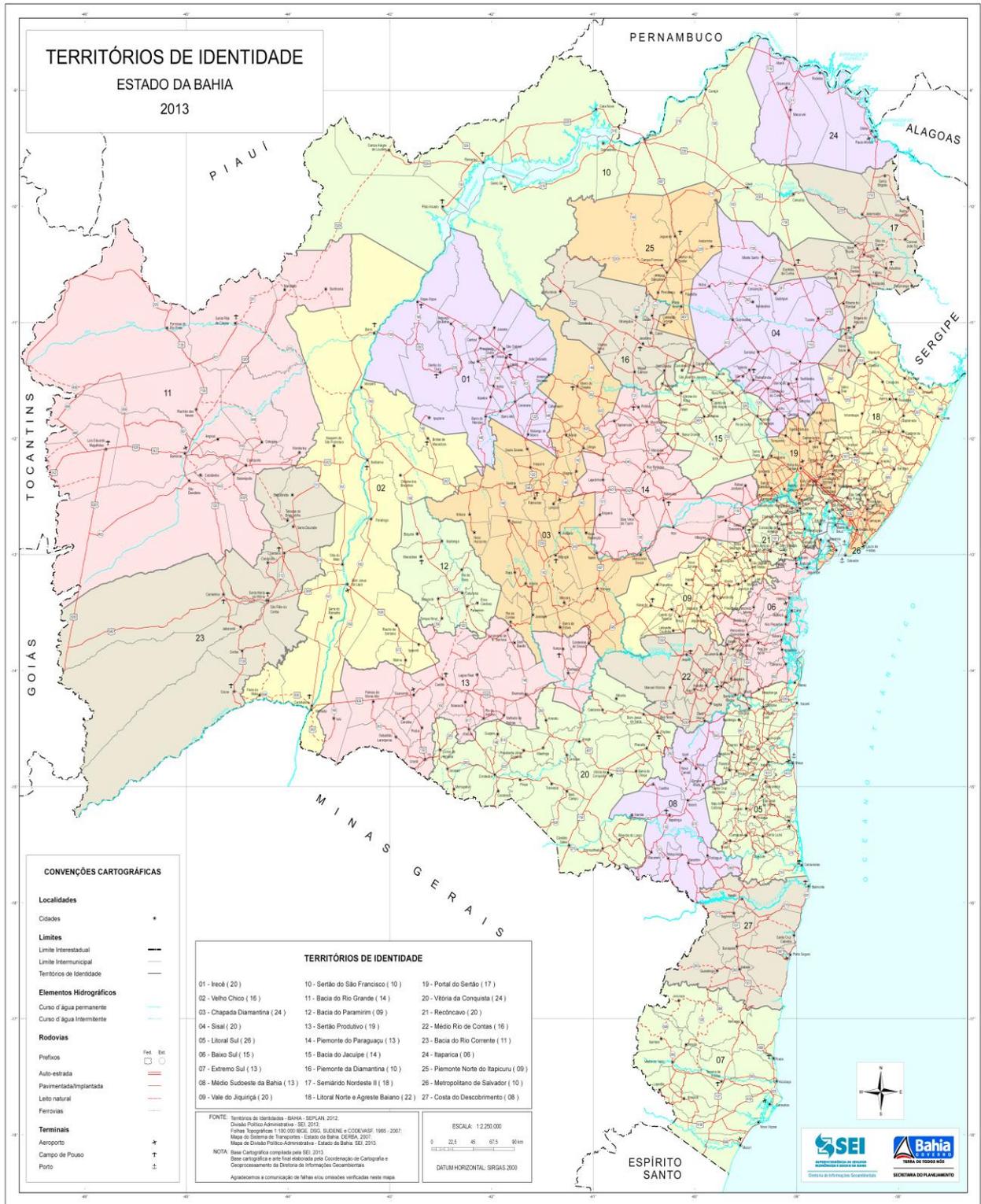
Na escala da realidade baiana, essa situação não é diferente. Observa-se grande concentração na propriedade das terras, além de infraestrutura e boas condições de produção ao alcance de poucos indivíduos ou empresas – o que deixa a maior parte da sociedade refém de suas imposições. Dessa realidade resultam inúmeros conflitos em busca por maior equiparação de direitos através da redistribuição da propriedade e da renda, com o objetivo de possibilitar maior participação das classes sociais menos favorecidas no processo de produção e reprodução da vida. Entre as tentativas de incluir-se no processo de produção citam-se as tentativas dos movimentos sociais em participar dos espaços de decisão políticas como, por exemplo, das Políticas de Desenvolvimento Territorial (PDT).

Por meio da PDT, que consta na lei orçamentária expressa no Plano Plurianual da Administração Pública para o período 2008-2011 (PPA 2008-2011), o Estado da Bahia divide-se em 27 Territórios de Identidade (Mapa 1). Essa divisão, inicialmente, segue o modelo da Política de Desenvolvimento Territorial Nacional. O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), divide o espaço agrário brasileiro em territórios rurais². O objetivo é atender às demandas do

² Maiores informações no site: http://sit.mda.gov.br/images/mapas/tr/br_055_trs_164_maio_2009.jpg

público beneficiário das ações da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), integrante do MDA, que visam ao desenvolvimento sustentável na área rural.

Mapa 1: Territórios de Identidade do Estado da Bahia – 2013



Fonte: http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa_terr_ident2013.pdf (acessado em 05/05/2014).

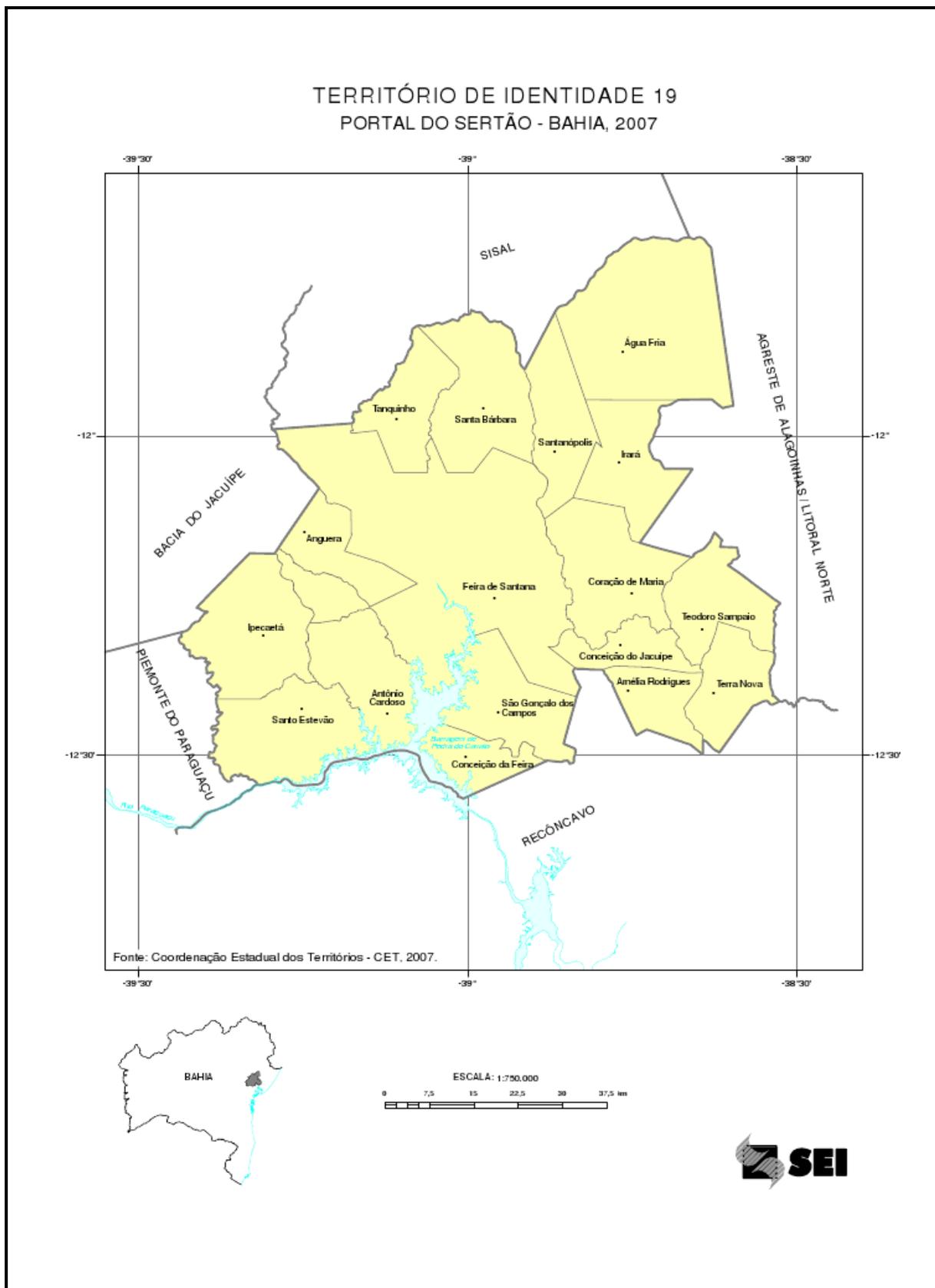
Do ponto de vista espacial-territorial, a pesquisa abrange o Território de Identidade Portal do Sertão – Bahia que abrange os municípios: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Barbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova. (Mapa 2). A sua escolha justifica-se pela grande concentração da propriedade e da renda, o que deixa a maior parte da população em condições precárias de vida. É intrigante perceber que mesmo com essa realidade e o grande número de grupos sociais organizados nesse território, não são expressivas as lutas dos movimentos sociais a propósito da questão agrária. Ao analisar dados referentes ao índice de Gíni da estrutura fundiária, quantidade de acampamentos e assentamentos, dentre outros, é possível perceber que ainda há muitas questões sobre as quais se deve refletir. Além da grande concentração de propriedades, a justificativa também recai sobre a existência do grande número de políticas agrárias e agrícolas pontuais. Por essas duas razões, o Território de Identidade Portal do Sertão torna-se uma importante territorialidade para investigação.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar expressões da questão agrária no Território de Identidade Portal do Sertão, Bahia, na seguinte ordem: identificar a estrutura agrária, ou seja as principais classes sociais envolvidas na questão agrária; identificar as principais reivindicações dessas classes, convergências e divergências de interesses, bem como as suas diferentes demandas; verificar se existem propostas e sugestões formuladas para minimizar a questão agrária. Na prática, buscam-se soluções dos problemas de ordem estrutural.

Como resultado, espera-se responder às seguintes questões: quais as principais classes sociais envolvidas na questão agrária? Quais as suas principais reivindicações? Que propostas ou sugestões são apresentadas para minimizar a questão agrária? As reivindicações, problemas e sugestões da sociedade são encontrados na Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) do Portal do Sertão, através do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODES/Portal)?

Essas questões contribuem para identificar a composição da estrutura agrária, sua influência, suas demandas, convergência e divergência de interesses, e as diferentes demandas de cada classe social ou fração. Assim, espera-se conhecer o processo de busca de soluções para os problemas de ordem estrutural que afetam o sistema territorial de posse e uso da terra. Além disso, investiga-se como o poder público, por meio da PDT, trata a questão agrária no Portal do Sertão.

Mapa 2: Localização do Território de Identidade Portal do Sertão – Bahia



Fonte: <http://www.sei.ba.gov.br> (acessado em 27/06/2010)

Tais questões são pensadas a partir de levantamentos teórico-conceituais no intuito de subsidiar a discussão dos resultados obtidos, no que se refere à questão agrária. A análise de documentos dos sindicatos patronais e dos sindicatos de trabalhadores rurais, atas de reuniões, relatórios orçamentários e planos de ação possibilita conhecer o funcionamento dessas organizações. São analisadas também ações do poder público frente aos problemas agrários, a partir dos diversos órgãos atuantes no território, programas e políticas agrárias que têm por finalidade minimizar a questão agrária. O PPA 2008-2011 do Estado da Bahia apresenta propostas orçamentárias para ação do governo nos Territórios de Identidade. O CODES/Portal, através de documentos e planos de ação, traz importante contribuição para entender a questão agrária.

A inserção do capital no campo, que ocorre de forma heterogênea, tem modificado as formas de produção e ampliado a produtividade agrícola. Como resultado desse processo, intensificam-se as desigualdades sociais no campo devido às diferentes condições de inserção no modo de produção capitalista. Essa realidade é visualizada no Território de Identidade Portal do Sertão, espaço da pesquisa.

No Portal do Sertão, nota-se a questão agrária cada vez mais presente na realidade. A concentração de propriedade e da renda, reflexo do modo de acumulação e do desenvolvimento econômico, político e social, é uma realidade do campo, que também tem rebatimento nas relações sociais das cidades. Tem-se uma concentração fundiária que se representa, nas extremidades, pelo índice de Gíni, 2006, entre 0,71, no município de Irará, e 0,90, em Amélia Rodrigues. São visíveis os acampamentos, comunidades quilombolas e colônias de pescadores que evidenciam a demanda da população por melhor distribuição de terras. Destaque também para o resgate de trabalhadores oriundos de oito municípios do território, que trabalhavam em condição análoga a escravos.

Na visão do Estado, o ordenamento territorial deve possibilitar o controle e a gestão do espaço, em escalas cada vez menores, por meio de uma relação entre as áreas de pequeno e grande dinamismo econômico, com o intuito de reduzir as desigualdades sócio-espaciais, ao equiparar as condições socioeconômicas regionais. Isso é posto em prática através da elaboração e implantação de políticas setoriais regionalizadas. Apesar da grande importância da questão agrária na organização do espaço, esta não tem sido foco das discussões e construção do plano de ação territorial para o Portal do Sertão. Reflete-se como pensar e agir

no espaço sem considerar a grande quantidade de conflitos existentes, entre as classes e frações de classes sociais, a propósito da propriedade, posse e uso da terra.

É nítida a existência de conflitos entre as demandas da sociedade civil organizada no campo e as propostas do governo estadual, no tocante à questão agrária. Identificam-se outros desafios e perspectivas encontrados no Portal do Sertão, dentre outras questões. Chama atenção a pouca visibilidade das lutas sociais no campo.

A relevância deste trabalho dá-se ao passo que, a partir do compromisso político e social, visa revelar a complexidade de questões que ficam nos bastidores das relações sociopolíticas, a fim de compreender a correlação de forças que direciona as ações políticas, e assim apresentar, à sociedade, de que forma seus interesses são considerados no fazer das políticas públicas. Para a academia pretende-se, através da análise teórico-crítica, mostrar as demandas históricas das classes sociais menos privilegiadas e as possíveis soluções para os conflitos no campo.

Para o debate, propõe-se investigar a Política de Desenvolvimento Territorial em processo de implantação no Portal do Sertão. Trata-se da continuidade da pesquisa realizada para monografia de especialização, defendida e aprovada, em abril de 2011, no Programa de Pós-Graduação em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano da Universidade Estadual de Feira de Santana. A monografia tem como título: “A Gestão do Território de Identidade Portal do Sertão (BA): uma análise a partir do município de Feira de Santana (COUTO, 2011)”, que possibilitou diversos questionamentos referentes à questão agrária, que passam a ser investigados nesta nova pesquisa para dissertação de mestrado.

A dificuldade para se compreender a estrutura da sociedade, por meio da identificação das principais classes sociais, reside, de um lado, na sustentação teórico-conceitual e, de outro, nos limites do trabalho empírico.

O que parece nos preocupar a todos é a efetiva natureza das condições que determinam o movimento desta sociedade, que definem a natureza das suas transformações, ocorridas ou em curso. A mera reflexão teórica, o abusivo ensaísmo de gabinete, não vai nos levar muito longe. Do mesmo modo, o empirismo sem sustentação teórica, de indagações superficiais, só servirá para confundir ainda mais (MARTINS, 1979, p.1).

A investigação considera todas as situações, sem fazer juízo de valor com relação aos dados encontrados. Para tanto uma reflexão exclusivamente teórica não atende aos objetivos propostos. Por outro lado, o empirismo puro pode incorrer no erro de apresentar uma realidade camuflada, ilusória. Quando se utiliza o recurso metodológico da pesquisa de campo, deve-se ter a devida atenção para não cair em armadilhas de percurso. Deve-se ter clareza para não se afastar do objetivo e não perder o foco.

Quanto aos procedimentos utilizados, começa-se por uma pesquisa bibliográfica. Compreender a questão agrária e suas implicações nas relações entre as classes sociais e frações que compõem a estrutura agrária. Qual o papel dessas classes e frações nas questões mais importantes, concernentes à sociedade atual? O recurso aos autores que definiram os principais conceitos inerentes à questão agrária contribui para entender o processo histórico capitalista, inclusive colonial, até à realidade atual do campo brasileiro.

Os procedimentos abrangem também análise de dados quantitativos referentes aos estabelecimentos agropecuários. Esses dados oficiais, coletados no Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dão uma primeira ideia da localização e definição dos principais estratos sociais e tipos que caracterizam a estrutura agrária, do ponto de vista das relações de posse e uso da terra, bem como das atividades e produções agrícolas.

Realizadas entrevistas no Sindicato Patronal integrado por grandes e médios produtores, conforme a atividade predominante (pecuária, grãos, etc.). A fim de conhecer os produtores que participam da organização representativa; qual ou quais os critérios de participação; quais as principais demandas; como suas reivindicações são vistas pelos governos, em diferentes níveis, e sua relação com os demais sindicatos.

Coletam-se também, na Federação da Agricultura do Estado da Bahia (FAEB), dados que expressam a realidade agrária do território, como principais produtores, atividades e produções, finalidade da produção e relação entre menores e maiores produtores.

Analisa-se as ações do poder público frente aos problemas agrários por meio das políticas agrárias, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e das diversas linhas de crédito rural, por mutuário e por unidade de área. Identificam-se, no território, os principais beneficiados por essas políticas.

Constrói-se uma série histórica da população do território para identificar sua presença no campo e principais fatores e eventos causadores de movimentos migratórios para as cidades. Além disso, a análise de dados, como o índice de Gíni (que mede a concentração das propriedades rurais), formas de acesso à terra, classes sociais que compõem o território, possibilitam melhor compreensão da questão agrária.

Verificam-se, através de dados da Secretaria da Agricultura (SEAGRI), as principais formas de organização dos proprietários e não proprietários de terras, e qual a finalidade de tais organizações, se há conflitos, quais e como se caracterizam.

Na Secretaria de Planejamento do Estado, analisam-se as propostas de divisão do Estado em Territórios de Identidade tais como: Plano Plurianual da Administração Pública Estadual (PPA) 2008-2011, documento indispensável para se conhecerem os objetivos propostos na política territorial. Atas de reuniões e outros documentos do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODES/Portal) permitem identificar os desafios e perspectivas encontrados na efetivação das ações, bem como os principais participantes e reivindicações que envolvem a questão agrária.

Participar das reuniões do CODES/Portal, entrevistar o seu coordenador, gestores municipais, tais como prefeitos e secretários de agricultura, líderes dos movimentos sociais, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e membros do CODES/Portal, tudo isso leva à percepção dos principais problemas e demandas territoriais. A análise do discurso para identificar o não dito nos discursos também contribui para a formação de uma ideia mais atual e precisa a respeito do território.

Identificação dos principais movimentos sociais do campo atuantes no Portal do Sertão, quem são os participantes e líderes, como e onde se organiza, quais suas principais reivindicações, como são atendidas pelo poder público. Para tal são analisados documentos, atas de reuniões de sindicatos e movimentos sociais atuantes, registros e planos de ação, bem como sua relação com os diferentes níveis de governo.

Os procedimentos também contemplam entrevistas com representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do território, a fim de identificar sua participação nas reivindicações dos

trabalhadores rurais, qual sua forma de ação, quais avanços significativos e quais os principais entraves para o desenvolvimento rural e territorial.

No primeiro capítulo aborda-se a questão agrária e organização social da produção no campo. Para isso faz-se uma análise teórico-conceitual da questão agrária, seus paradigmas e pressupostos históricos. A escala nacional é considerada no tópico Questão Agrária no Brasil: modo de produção capitalista, classes e frações de classes que formam a estrutura agrária e os conflitos do campo. O primeiro capítulo se completa com o tópico Campo em Conflito: o papel da sociedade civil organizada na reestruturação agrária.

O segundo capítulo, intitulado Estrutura Agrária no Portal do Sertão: questão agrária, produção, renda e população rural e urbana, traz as discussões para o espaço *locus* da pesquisa: o Território de Identidade Portal do Sertão. Faz-se uma análise da Política de Desenvolvimento Territorial e do Território de Identidade Portal do Sertão, a partir das classes sociais que compõem a estrutura agrária no Portal do Sertão. Analisam-se também os sistemas de produção praticados no território e sua relação com a questão agrária.

No terceiro capítulo apresentam-se os principais resultados, ou seja, as expressões da questão agrária no Portal do Sertão: o CODES/Portal e as reivindicações, problemas e sugestões das classes sociais do campo. São analisados o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Portal do Sertão e as reivindicações, problemas e sugestões das classes sociais do campo. Os tópicos se dividem em análises das classes sociais como: as dificuldades encontradas pelos pequenos e médios produtores; os grandes produtores e suas reivindicações o que o Estado propõe para minimizar a questão agrária no Portal do Sertão; e pequenos, médios, grandes produtores, e o poder público os pontos comuns e as divergências nos discursos sobre o que é melhor para o espaço agrário.

1 QUESTÃO AGRÁRIA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO NO CAMPO: UMA ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAL

A questão agrária da atualidade, não pode ser entendida unicamente diante da análise das relações desiguais no campo; as circunstâncias econômicas e as ações políticas têm grande influência na manutenção das desigualdades na estrutura social do campo. É preciso considerar fatores históricos responsáveis pelo paradigma da questão agrária atual. Compreende-se a questão agrária como problemas do campo oriundos da estrutura social que subjuga uma classe social para benefício de outra, através do uso econômico da terra, bem como dos demais recursos da natureza, e assim impõe a permanência das desigualdades sociais.

A inserção do modo de produção capitalista em escala mundial promove significativas mudanças tanto na produção quanto na organização da sociedade. No campo essa situação ficou transparente e mais evidente a partir de fatores como: o fortalecimento da propriedade privada; a inserção de máquinas e insumos agrícolas na produção; e, principalmente, a expropriação do pequeno produtor como estratégia do capital para explorar cada vez mais a mão de obra.

Para compreender a problemática do campo são analisados referenciais claros e conceitualmente reconhecidos como Marx (1988), Weber (1980), Kautsky (1980) e Gutelman (1974), que apresentam significativa abordagem e contribuições acerca dos paradigmas da questão agrária em escala mundial e suas repercussões na estrutura da sociedade. Como a questão agrária aqui discutida tem grande rebatimento no campo brasileiro são utilizados autores que analisam os problemas do campo em escala nacional: Guimarães (1982), Prado Junior (1979), Martins (1979 e 1982) Silva e Stolcke (1981), e Silva (1985) são alguns dos principais autores utilizados para entender a realidade agrária brasileira.

Diante das relações desiguais e contraditórias, os conflitos no campo são cada vez mais visíveis. Eles estimulam algumas das mais importantes mudanças na realidade cotidiana, a exemplo de alterações nas políticas econômicas voltadas ao campo. Os grupos sociais não se deixam intimidar pelas condições de subordinação a que são submetidos devido à concentração de recursos e lutam pela permanência no campo com condições igualitárias de sobrevivência. Germani (2001; 2009) faz importante contribuição a esse respeito quando

analisa as desigualdades sociais e as diversas lutas protagonizadas pelas classes sociais menos privilegiadas no campo.

Em escala mundial pode-se considerar que grande parte dos problemas sociais que assolam a população tem origem no sistema de posse e uso da terra. Salienta-se que a mudança no sistema de produção, do não capitalista ao capitalista, que em si agrega também grandes mudanças no modo de produção, se destacou como um importante marco para intensificação das diferenças sociais, especialmente no que se refere à acumulação de capital. O pequeno produtor é um dos principais prejudicados com as mudanças no sistema econômico, pois, grande parte torna-se trabalhador desprovido dos meios de produção e dependente do grande produtor para sua subsistência, fenômeno denominado proletarização. Assim se inserem nesse processo, enquanto produtores de uma riqueza a ser apropriada pelos detentores do grande capital.

Com a redução das condições de produção e, conseqüentemente, de sobrevivência do homem no campo, a precarização das condições de vida e trabalho unidos à intensificação da industrialização, através da introdução de técnicas cada vez mais avançadas, é inevitável a migração de pequenos produtores aos grandes centros urbanos em busca de fonte de renda e melhores condições de vida para suas famílias. Nesse processo é cada vez mais frequente a desvalorização do saber fazer camponês. Assim, em muitos casos esse pequeno produtor não se adéqua às funções disponíveis para eles nas cidades, engrossando a fila dos desempregados. Muitos pequenos produtores e trabalhadores rurais permanecem no campo em diversas condições, por exemplo, como os produtores integrados, que produzem no campo (frango, cana-de-açúcar, etc.) de forma atrelada à agroindústria, Tendo como consequência: o endividamento, a submissão, a precarização. Em algumas situações a apropriação se realiza não no momento da produção inicial, mas em outras etapas do processo, como na circulação e comercialização do produto final de seu trabalho.

A questão agrária expressa nesta pesquisa está intimamente associada à expansão do modo de produção capitalista no campo. A organização da produção, as relações sociais e a conjuntura política no campo sofrem grandes impactos do capital. Com isso há uma divisão social do trabalho que submete grande massa da população a uma minoria detentora do capital. Essa realidade é expressa a partir da análise das formas de exploração e expropriação do pequeno

produtor pelo grande capital. Diante dessa situação busca-se identificar os principais pressupostos teórico-metodológicos responsáveis pela questão agrária atual.

A partir da leitura de Marx (1988), notam-se os principais fatores históricos responsáveis pela expansão do capital e a forma moderna de atuação do capital no campo. O capitalista insere-se na área rural e se apropria do trabalho social do produtor para extrair mais-valia, transforma a terra, antes vista como patrimônio pelo produtor, em mercadoria. A terra antes tratada como elemento da natureza agora é vista como propriedade privada, e o trabalho que era propriedade do trabalhador torna-se também mercadoria. Apresenta a importância dos avanços tecnológicos, da industrialização na agricultura, do êxodo rural, da aglomeração urbana, do desemprego por excesso de mão de obra disponível, da mercantilização e da criação de mercado consumidor como responsáveis por significativas mudanças na vida do camponês. Weber (1980) relaciona a sociedade rural com a industrial e expõe as semelhanças entre elas devido à relação do produtor agrícola com o espaço urbano, afirma que o pequeno produtor é necessário também na produção de alimentos para a indústria.

Para Kautsky (1980), o modo de produção capitalista gera significativas alterações nas condições de produção e nas relações sociais estabelecidas no campo, promove mudança nas formas de vida, além do surgimento de novas necessidades e a submissão de uma classe social a outra. A estrutura social agrária é composta por distintas classes sociais e frações de classes, e pelas relações sociais estabelecidas entre elas. Gutelman (1974) faz clara exposição a esse respeito e apresenta três tipos básicos de relações sociais: relações de produção, relações de distribuição, e relações de apropriação. São mediadas pelo trabalho social, produzem, em sua essência, além de riquezas, diferenciações entre classes sociais e provocam grandes e inumeráveis conflitos.

Essa realidade se processa igualmente no campo brasileiro. Apesar da industrialização da agricultura ter causado significativas mudanças nas formas de produzir, aumentando o volume da produção, e sua lucratividade, em contrapartida intensifica os problemas de ordem estrutural e amplia a distância entre as diversas classes sociais mediadas pelo capital. Guimarães (1982) acredita que a modernização da agricultura brasileira e a inserção de grandes corporações multinacionais nas relações de produção do campo causam aumento significativo da crise estrutural agrária no País.

No Brasil, não se pode deixar de visualizar o processo histórico de transição de um modo de produção não capitalista a um modo de produção capitalista. E como todo processo de transição, deixa suas marcas e singularidades. Para Guimarães (1982) há coexistência de características dos dois modos de produção no sistema capitalista, o modo de produção pré-capitalista e o modo capitalista de produção, por exemplo, embora o mais forte e mais recente se superponha ao menos expressivo. A esse respeito, as análises de Guimarães (1982) e Martins (1979 e 1982) trazem importantes e distintas contribuições teóricas a esta pesquisa.

Como proposta de solução para os problemas sociais, Kautsky (*apud* Silva e Stolcke, 1981) e Silva (1985) propõem uma revolução que interfira no campo, na cidade e, principalmente, nas relações de cooperação entre nações. Para eles Reforma Agrária não é suficiente. É necessário criar condições igualitárias de inserção dos trabalhadores rurais no sistema capitalista por meio de políticas voltadas aos pequenos produtores. Em busca desses ideais a sociedade se organiza em movimentos sociais; articulam-se estratégias de pressão por políticas públicas que atendam a seus objetivos em reduzir as desigualdades sociais no campo. Exemplo disso são as lutas dos trabalhadores rurais sem terra, dos sindicatos de trabalhadores rurais, de associações comunitárias, entre outros. Germani (2001 e 2009) traz considerável contribuição a esse respeito quando afirma que são visíveis as mudanças na realidade social do campo enquanto resultado da pressão exercida pelos movimentos sociais que lutam incessantemente pela igualdade de direitos na produção e reprodução da vida no campo.

Acredita-se que uma efetiva mudança nas condições sociais do campo só seria processada a partir de uma mudança na estrutura social atual. Não é interesse do Estado nem das classes sociais dominantes contribuir para que essa mudança aconteça. As políticas públicas paliativas e compensatórias implantadas como estratégia para minimizar os danos causados pelos conflitos oriundos das desigualdades sociais provocam o enfraquecimento momentâneo das lutas sociais por igualdade de direitos, e, assim, permite a permanência das desigualdades mediante a continuidade da expropriação e exploração do pequeno produtor em favor das classes dominantes.

1.1 PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA: PRINCIPAIS FATORES HISTÓRICOS

Para entender o paradigma da questão agrária atual é preciso alcançar as raízes do problema: a que se associa; a quem interessa a manutenção dos problemas vigentes; quem são os

principais afetados; e, finalmente, quais os impactos disso na realidade social. Como dito no caput deste capítulo a questão agrária aqui analisada possui relação direta com o sistema capitalista de produção. É preciso considerar também sua associação à estrutura social que submete uma classe social a outra a fim de atender aos objetivos do sistema produtivo atual.

Em Marx (1988) é possível perceber que para gerar acumulação de capital a produção capitalista utiliza-se, necessariamente, da mais-valia resultante da exploração da força de trabalho. Assim, acumular capital em alguns casos perpassava pela necessidade da compra da força de trabalho. Entretanto, quem possui força de trabalho disponível na maioria dos casos é expropriado dos meios de produção e por esse motivo tem que trabalhar cada vez mais. Quanto maior a força de trabalho empregada na produção de capital menor serão suas condições de acumulação de riqueza. Desse processo pode-se identificar a origem da pobreza de grande parte da população que possui apenas sua força de trabalho para vender em troca da sobrevivência.

Para que essa acumulação ocorresse de forma desigual no processo histórico houve uma gradativa separação entre o produtor, transformado em assalariado, e seus meios de produção. No processo de acumulação de capital é necessária a existência de trabalhadores sem propriedades, dispostos a vender sua força de trabalho a fim de adquirir meios de sobrevivência para sua família. Por esse motivo esta separação tornou-se historicamente necessária à formação da estrutura econômica da sociedade capitalista. Segundo Marx (1988), sem a expropriação e utilização da força do trabalho social do pequeno produtor, dinheiro e mercadoria não poderiam ser transformados capital.

Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital [...] Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados [...] (MARX, 1988, p. 340).

Nesse processo, os meios de produção e subsistência, dinheiro e mercadoria, cada vez menos acessíveis ao trabalhador, tornam-se capital. Assim se configuram as desigualdades sociais especialmente no que se refere ao direito à acumulação de capital. A expropriação da terra aliada à expulsão do pequeno agricultor do campo contribuiu significativamente com a

disponibilização de mão de obra ao mercado de trabalho. No Brasil, a existência de trabalhadores sem a propriedade de bens ou condições de produção como os índios e negros libertos viabiliza as bases do modo de produção capitalista. Para seu funcionamento, o capitalismo supõe a existência e a manutenção de proletários livres das obrigações servis e, principalmente, da propriedade de bens ou condições de subsistência. Marx (1988) afirma que

[...] Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais [...] Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal. (MARX, 1988, p.343)

A burguesia capitalista também teve grande importância na ampliação das desigualdades sociais no campo, pois esta contribuiu para a transformação da base fundiária em mercadoria comercializável, o que possibilitou a ampliação da área da grande exploração agrícola e aumentou a quantidade de proletários oriundos do campo. Segundo Marx (1988)

[...] Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo [...] (MARX, 1988, p. 348).

A burguesia age conforme interesses econômicos via aumento da oferta de mão de obra disponível e da redução dos salários e da qualidade de vida da população. No Brasil, o Estado, através de seu aparato legal com instrumentos institucionais, legitima a separação entre produtores e meios de produção. A Lei de Terras, as Constituições, a legislação como um todo tornam legítima a propriedade privada da terra. Ao mesmo tempo em que cria o proprietário, cria também o seu oposto, o trabalhador desprovido da propriedade da terra e dos demais meios de produção.

A indústria não consegue absorver toda a mão de obra disponível; muitos agricultores expropriados não conseguem se adequar às novas condições de vida e trabalho nas cidades. Surge então uma massa de desocupados propensos à marginalização como consequência das condições a que são submetidos. Como estratégia para minimizar tal problemática, criam-se leis violentas contra a população. Primeiro, expropriam-se os camponeses que se transformam em pessoas à margem da sociedade. Depois são criados meios para aniquilar sua dignidade

humana, através de leis brutais, fazendo-os acreditar que são eles os únicos responsáveis pelas condições em que vivem – e por esse motivo são violentamente punidos.

Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do acoite, do ferro em brasa e da tortura [...] A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador [...] (MARX, 1988, p. 358 – 359).

Por meio da coerção tenta-se bloquear a resistência e, com o crescimento populacional se garante a lei da oferta e da procura por trabalho que possibilita a manutenção dos baixos salários e fortalece as desigualdades das relações no modo de produção capitalista. Os trabalhadores expropriados do campo, agora com hábitos urbanos, são levados a consumir os produtos dessa nova sociedade. Assim, encontra solução à falta de mercado consumidor para os novos produtos comercializados.

A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno. [...] Antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias-primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado [...] (MARX, 1988, p. 367).

Além das relações de trabalho e da criação de mercado consumidor a transformação de dinheiro em capital se configura como um mecanismo para a ampliação de capital. Ao retomar a questão inicial é necessário compreender a acumulação do capital enquanto expropriação dos produtores e transformação destes em proletários, com principal objetivo de privilegiar uma minoria em detrimento das grandes massas oriundas do campo. Devido à usurpação, monopolização e exploração histórica das vantagens resultantes desse processo, Marx (1988) questiona:

A que conduz a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? Na medida em que ela não é a transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, portanto, mera mudança de forma, significa apenas a expropriação dos produtores diretos, isto é, dissolução da

propriedade privada baseada no próprio trabalho. Propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, existe apenas onde os meios de trabalho e suas condições externas pertencem a pessoas privadas. Porém, conforme estas pessoas privadas sejam trabalhadores ou não-trabalhadores, a propriedade privada assume também caráter diferente [...] (MARX, 1988, p.378).

Na contramão dessas circunstâncias o monopólio do capital e os limites resultantes da propriedade privada se configuram enquanto entrave ao modo de produção que o gerou. Com a ampliação da exploração, da opressão e da miséria, aumenta-se a consciência das injustiças a que os trabalhadores estão expostos e, conseqüentemente as revoltas, fruto das relações desiguais inerentes ao modo de produção capitalista.

Segundo Weber (1980) a individualidade e tradicionalidade histórica do meio rural tem se perdido ao longo do tempo devido a crescente relação com o espaço urbano. Nesse processo destaca-se o distanciamento entre o grande proprietário e o cultivo. Não se pode mais pensar no proprietário enquanto agricultor, pois este último em muitos casos é representado pela figura do arrendatário, ou seja, o dono temporário da terra, enquanto o proprietário pode ser confundido com um capitalista comum que absorve do campo apenas a renda resultante da relação do arrendatário agricultor com a produção. Essa situação influencia também nas relações de trabalho que transformam o pequeno produtor em assalariado, bem parecido com as relações do proletário com a empresa que trabalha.

Uma situação que influenciou tais mudanças no campo está diretamente relacionada à permanência histórica da concentração fundiária no meio rural como resultado do processo de distribuição que limita a possibilidade de adquirir terras por aqueles que não têm esse direito através de herança. Essa situação contribui consideravelmente na diferenciação econômica, social e política da sociedade como afirma Weber (1980):

[...] a forma pela qual a terra é distribuída torna-se de importância decisiva para a diferenciação da sociedade e para todas as condições econômicas e políticas do país. Devido a maior aglomeração dos habitantes e menor valorização da força de trabalho bruta, a possibilidade de adquirir rapidamente propriedades que não foram herdadas é limitada. Assim a diferenciação social torna-se necessariamente fixa [...] Tal destino aumenta o poder da tradição histórica, que é naturalmente grande na produção agrícola (WEBER, 1980, p.90).

A expropriação e exploração do pequeno produtor, seguido da desvalorização do saber fazer camponês e do surgimento de novas tecnologias influenciaram na diminuição das ocupações no espaço rural. Essa situação provocou uma aglomeração da população sem propriedades herdadas e sem ocupação, intensificou as diferenças sociais e garantiu ao grande proprietário agrícola a ampliação de seus recursos. Além disso, a transformação dos produtos agrícola em mercadoria passou por um intenso processo de mudança a partir da revolução técnica e da divisão do trabalho. As primeiras relações agrícolas tinham como função a subsistência familiar do produtor, só era transformado em mercadoria o excedente com objetivo de adquirir produtos como tecidos e utensílios domésticos. A mão de obra era suficiente para a produção. Weber (1980) considera a divisão racional do trabalho e a inserção de matéria orgânica na produção rural como estratégia mais eficaz que a revolução técnica para o aumento na produtividade agrícola. Esse contexto histórico da suporte a compreensão da situação atual do modo de produção agrícola.

Com a crescente utilização de terras enquanto investimento de capital, e devido à sua valorização social, o preço da terra tende a aumentar. Como resultado deste processo, nota-se o aumento no número dos arrendadores “[...] Assim, aumentando o capital necessário às operações agrícolas, o capitalismo provoca um aumento no número de arrendadores de terras que são ociosas [...] as diferenças provocadas pelo capitalismo adquirem o caráter de uma luta cultural [...]” (WEBER, 1980, p.92), luta essa expressa pelas relações sociais entre o proprietário da terra e o trabalhador, que raramente consegue por meio do trabalho o direito ao acesso à terra para produção.

O pequeno produtor caracterizado como trabalhador dono de seus meios de produção e adaptado às relações de mercado é diferenciado do trabalhador rural contratado pela empresa agrícola que depende das relações capitalistas de trabalho. Isso gera conflitos entre capitalismo e tradição agrícola. No sistema político esses conflitos tornam-se cada vez mais intensos, pois o poder político e econômico se direciona com frequência ao capitalismo urbano. Segundo Weber (1980):

[...] O conflito entre o capitalismo e a tradição tem agora conotações políticas, pois se o poder econômico e político passa definitivamente para as mãos do capitalista urbano, surge a questão de se os pequenos centros rurais de informação política, com sua cultura social peculiar, entrarão em decadência, e as cidades, como as únicas depositárias da cultura política, social e estética, ocuparão todo o campo de batalha.[...] as pessoas que foram

capazes de viver para a política e o Estado, como por exemplo a velha aristocracia agrária econômica independente, serão substituídas pelo domínio exclusivo de políticos profissionais que devem viver da política e do Estado (WEBER, 1980, p. 94).

As relações entre urbano e rural vão além das relações econômicas de produção, tornam-se também político-culturais. O grande produtor ao mesmo tempo capitalista, cada vez mais inserido na realidade urbana, interfere diretamente nas decisões políticas que irão influenciar a vida social do pequeno produtor rural. O poder econômico e o poder político não se estabelecem de forma descolada neste processo. Ambos compartilham um mesmo objetivo, de ampliar o alcance e a rentabilidade do capital.

Para compreender a questão agrária segundo o pensamento marxista e através de interpretação de seus principais seguidores deve-se identificar a relação do modo de produção capitalista com as transformações ocorridas no campo ao longo do tempo. Segundo Kautsky (1980), uma análise nessa magnitude requer identificar a relação do capital com a agricultura e sua influência nas formas de produção e de propriedade.

Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se ao contrário, pesquisar, todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas (KAUTSKY, 1980, p.28).

Kautsky (1980) conceitua a questão agrária a partir da inserção do capital no campo que provoca modificações às condições de produção e intensifica as desigualdades sociais. Na tendência de evolução da agricultura moderna traçada pelo desenvolvimento industrial, o capital se apodera da agricultura e cria novas formas de produção e novos proprietários rurais além de gerar diferentes fatores e fenômenos característicos da questão agrária.

[...] O que nos falta é o fio condutor que nos permita um rumo nesse embaralhamento de fatos tão diversos, é o conhecimento das tendências fundamentais que atuam sob os fenômenos, e os determinam. Trata-se de considerar como fenômenos parciais de um processo de conjunto as diversas questões particulares integrantes da questão agrária, a relação entre as grandes e as pequenas explorações, o endividamento, o direito de heranças, a falta de braços, a concorrência do além-mar, etc., que são hoje estudadas à parte como fenômenos especiais. (KAUTSKY, 1980, p.20).

Kautsky (1980) aborda a superioridade da grande exploração agrícola em relação à pequena a partir das técnicas, embora reconheça que se comparada a indústria essas grandes explorações capitalistas podem ser consideradas inferiores se pensadas nesse mesmo quesito. Apesar das técnicas imprimirem maiores progressos e lucros à agricultura. Com a substituição das pequenas explorações por grandes empresas capitalistas há o aumento da proletarianização acompanhado pelo aumento dos depósitos e ao mesmo tempo a diminuição do bem estar social das massas.

Segundo Kautsky (1980), para a grande exploração agrícola capitalista se manter no mercado não basta ter a posse dos meios técnicos e financeiros, nem as melhores condições físicas para produção; precisa da existência de trabalhadores sem propriedades, forçados a vender sua mão de obra e gerar mais-valia. À medida que aumenta o número de pequenos produtores ao lado de grandes explorações, aumenta igualmente a quantidade de trabalhadores disponíveis.

[...] A terra deles [pequenos produtores] é muito limitada para fornecer o excedente sobre as necessidades de sua própria casa. Eles não têm produtos agrícolas que possam levar ao mercado. A única mercadoria que podem vender é a sua força de trabalho, que só temporariamente é reclamada em globo pela sua própria exploração. Um dos meios de aproveitá-la reside no trabalho assalariado, efetuado nas empresas maiores (KAUTSKY, 1980, p.35).

Devido às condições inferiores de produção, os pequenos produtores se submetem a todo tipo de emprego a fim de prover o sustento da família. Com o surgimento de novas gerações de pequenos produtores o trabalho disponível no campo torna-se insuficiente, é necessário migrar em busca de outros trabalhos que, em alguns casos, não são agrícolas. Ou passam a morar nas cidades, e aumentam os problemas urbanos, pelo excesso de moradores inesperados. Kautsky (1980) visualiza que com as mudanças no modo de produção e o surgimento de novas classes e frações de classes sociais no campo as relações sociais e, principalmente o modo de vida do campo sofre consideráveis modificações. “O antagonismo de classe existente entre o explorador e o explorado, entre o possuidor e o proletário, penetra na aldeia, no próprio lar do camponês, e destrói a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses” (KAUTSKY, 1980, p.35). Como consequência desse antagonismo, são gerados inúmeros conflitos que influenciam no pensar e no viver no campo dando expressividade à questão agrária.

No processo de produção as tecnologias têm vantagens em relação ao trabalhador, pois elas permitem melhor e mais veloz produtividade ao campo. Assim a mão de obra é frequentemente substituída por máquinas cada vez mais avançadas e técnicas que visam aumentar a produção e a produtividade no campo. Essa situação intensifica os problemas no campo, pois, além de engrossar a fila dos desempregados, ainda provoca o enfraquecimento das pequenas indústrias domésticas em relação às grandes que possuem maior capital para empregar nesses instrumentos. Kautsky afirma que

[...] é preciso observar que precisamente nas partes capitais da agricultura, e sobretudo na lavoura propriamente dita, a máquina trabalha não apenas mais depressa, mas ainda com perfeição maior que a do operário manual com as suas simples ferramentas. Assim obtém resultados aos quais este não poderia chegar, mesmo desenvolvendo a mais viva atenção. Vimos, com efeito, que a máquina lava, semeia, ceifa (salvo quando o trigo se apresenta deitado), debulha, mói, peneira melhor que o camponês com os seus instrumentos. [...] (KAUTSKY, 1980, p. 135).

Além dos problemas destacados no que se refere à inserção de máquinas ao modo de produção no campo e da exploração da mão de obra do pequeno produtor desprovido dos meios de produção, ainda se podem destacar os impactos dos encargos aos médios produtores. Apesar de, em alguns casos, possuírem a propriedade da terra e não serem atingidos pelas relações de trabalho assalariado, são explorados pelos intermediários, são responsáveis por pagar impostos que nem sempre podem ser cobertos pela sua produção.

Se entre todas as classes da população agrícola, produtores de mercadorias, os camponeses médios são os menos atingidos pela falta de trabalhadores assalariados, sofrem, contudo em escala maior, os demais encargos que esmagam a agricultura. São eles os mais explorados pelo usuário e pelo intermediário; sobre eles recaem os impostos mais pesados; para ele é que o serviço militar se torna mais duro e seu solo é o que se empobrece e se esgota mais rapidamente. E como as suas lavouras se encontram no número das mais irracionais dentre as que produzem mercadorias, são eles os que mais frequentemente procuram enfrentar a concorrência com um trabalho excessivo e uma alimentação insuficiente. Recordamos uma expressão reveladora da felicidade dos pequenos camponeses por continuarem pequenos camponeses: “Quando a gente possui uma junta de animais a vida se torna mais difícil” (KAUTSKY, 1980, pp. 252 – 253).

Com as condições de produção cada vez mais dificultadas, são obrigados a se desfazer de parte das propriedades ou das criações, quando possuem. Por não possuírem as mesmas condições de tratar o solo como os grandes produtores, seu solo empobrece mais rapidamente.

E são obrigados a concorrer com os grandes detentores de capital ficando sempre em desvantagem em relação a estes.

Em suma, Kautsky (1980) apresenta como principais expoentes da questão agrária: a transformação do camponês em proletário; o valor de uso da terra; a diferenciação entre produção simples, onde o produtor livre é também proprietário dos meios de produção e produção capitalista, onde produtor direto e proprietário dos meios de produção não é a mesma pessoa; industrialização e modernização da agricultura como fator de modificação da realidade agrária. Destaca a diferença entre o valor do mínimo vital (menor valor possível para viver) para cada grupo social. Analisa a necessidade do trabalho acessório (atividades remuneradas diferente de seu cotidiano, realizada a fim de adquirir meios para sobrevivência familiar) como estratégia de sobrevivência do agricultor frente às mudanças no sistema de produção e o endividamento destes com o arrendamento e os empréstimos realizados.

A questão agrária, aqui conceituada, tem relação direta com as abordagens de Gutelman (1974), pois são relacionadas às estruturas sociais agrárias, por serem problemas agrários oriundos das relações sociais estabelecidas nesse espaço a partir da correlação de forças que o caracterizam. O autor estabelece três principais tipos de relações que exemplificam essa problemática: “Os homens, na sua vida social, estabelecem relações entre eles, e essas relações são a própria essência da vida em sociedade. Podem ser de natureza muito diversa: relações de produção, relações de distribuição, relações de apropriação, e muitas outras mais [...]” (GUTELMAN, 1974, p.12).

As relações estabelecidas entre homens constituem a vida em sociedade. Como elo de desenvolvimento da sociedade a produção de riquezas se destaca como resultado do dispêndio de energia humana em forma de trabalho. Com a utilização de tecnologias cada vez mais avançadas cria-se uma ilusão de que o trabalho humano empregado na produção de determinadas riquezas é pequeno, ou mesmo, insignificante. Mas, deve-se compreender que a própria tecnologia é resultado de longo processo de trabalho passado considerado por Gutelman (1974) como capital “[...] Quando se destina a ser utilizado para a produção de outras riquezas, designa-se por capital produtivo ou ainda capital técnico [...]” (p.16). Para tornar-se riqueza é necessário que a produção inclua trabalho em maior ou menor escala.

A terra, como objeto da questão agrária, apesar de inserir-se na especulação, segundo Gutelman (1974), não é uma riqueza em si, mas um meio de produção indispensável e finito. Embora se empregue trabalho para que produza, a terra não pode ser vista como riqueza. É o produto resultante do trabalho empregado na terra que pode ser considerado riqueza. Segundo o autor

Alguns afirmam que a terra (como o peixe) é uma riqueza natural fornecida ao homem sem trabalho. De facto, não se trata de uma riqueza mas de uma *condição natural de produção*. Para que produza, é preciso aplicar-lhe trabalho, e até muito, como o testemunharão todos os camponeses do mundo. Não é uma riqueza potencial porque, mesmo que se lhe aplique trabalho, ela não é nem o objectivo da produção nem o objecto do consumo. Se a terra não é uma riqueza no sentido de ser o produto do trabalho, verificamos imediatamente que também não pode ser considerada um capital, uma vez que o definimos como trabalho cristalizado [...] (GUTELMAN, 1974, p.16).

A terra como “condição natural da produção” é muito desejada pela sociedade devido a seu potencial produtivo e finitude. O valor da terra, enquanto mercadoria, está associado ao monopólio, à diferença entre a pequena oferta e a grande procura, às relações políticas internas e externas e, em algumas situações, ao trabalho empregado para melhoria de suas condições de produção.

Para a existência de uma sociedade é necessário o trabalho humano na geração de riquezas que atendam as principais necessidades de reprodução do grupo social. No processo de produção dessas riquezas algumas pessoas não despendem energia para suprir suas necessidades, sobrevivem do excedente produzido por outras que o disponibilizam como forma de pagamento, por exemplo, pelo uso da terra, propriedade dos que não trabalham, e equipamentos disponíveis apenas a quem possui capital para adquiri-los.

O valor de uso e o valor de troca fundamentam-se na utilização social de um produto. O trabalho social possui valores que repercutem no produto resultante desse trabalho. Assim, o trabalho é considerado algo raro e, portanto, o produto deste também é. Esse processo repercute na diversidade de classes sociais existentes.

O que, numa última análise, é mesmo raro, é o trabalho social disponível. A sua aplicação a um ou outro tipo de produção mais ou menos fácil determina o valor respectivo dessas produções. É mesmo nesse facto, a raridade do trabalho social disponível e, portanto, a raridade das riquezas que esse

trabalho permite produzir, que reside a raiz mais profunda das oposições de classes (GUTELMAN, 1974, p.20).

É possível constatar que desse processo resultam as relações sociais manifestadas a partir das relações entre seres humanos motivados por um produto. Como é o caso da relação entre homens a propósito da terra “[...] Muito particularmente, afirma-se a existência de relações entre o homem e a terra, quando o que está em causa são as relações entre homens a propósito da terra” (GUTELMAN, 1974, p. 21). A base das relações sociais é a riqueza produzida pelo tempo de trabalho social empenhado, por meio de uma relação de apropriação possível através da correlação de força que, em alguns casos, se manifesta de forma violenta, ou mesmo indireta, com as formas de violência camufladas.

O pilar de sustentação dos conflitos sociais está nas desiguais relações de produção, de apropriação e de distribuição. Quando a fração da sociedade explorada percebe sua condição e decide buscar meios de igualar seus direitos aos das classes sociais que os subjugam, as relações de forças mostram-se claramente repressivas, como mecanismo para garantir a exploração da força de trabalho que se torna uma raridade cristalizada em riquezas.

Podemos, portanto, concluir que, se as relações sociais são fundamentalmente relações de apropriação e de força, seja directa ou indirectamente, é porque têm por base uma mercadoria rara, fisicamente limitada: a força de trabalho cristalizada em riquezas materiais (mercadorias) ou imateriais (tempo livre). A repartição da raridade, do trabalho, é portanto o motivo central das relações sociais (GUTELMAN, 1974, p.24).

As relações sociais produzidas a partir da materialização do trabalho trazem como consequência desigualdades sociais, pois, se, de um lado, é necessário o dispêndio de energia humana, do outro, há uma exploração do excedente desse trabalho sem contrapartida, ou com poucos benefícios aos que exercem as funções mais trabalhosas, tanto do ponto de vista técnico quanto ideológico. Essa concepção pode exemplificar claramente as relações de apropriação e de força a que o trabalho é submetido, com objetivo de produzir cada vez mais.

1.2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, CLASSES E FRAÇÕES DE CLASSES QUE FORMAM A ESTRUTURA AGRÁRIA.

As reflexões de Marx (1988), Weber (1980), Kautsky (1980) e Gutelman (1974) sobre a questão agrária são incorporadas nesta pesquisa à realidade do Brasil, pois os mesmos

problemas detectados por eles podem ser vistos também no campo brasileiro. Para melhor compreender a relação da questão agrária brasileira com a questão agrária de outros países expressa pelos teóricos analisados deve-se conhecer um pouco da literatura nacional a esse respeito. Para atender a este objetivo são utilizados autores como: Guimarães (1982), Prado Junior (1979), Martins (1979 e 1982) Silva e Stolcke (1981), e Silva (1985). A partir desses autores buscam-se identificar pressupostos históricos que esclareçam a conjuntura do campo atual.

Guimarães (1982) em suas análises apresenta as mudanças realizadas no campo com a inserção de novas técnicas e com as mudanças nas relações sociais, reconhece a maior produtividade a fim de atender a crescente demanda por alimentos e matérias-primas. Para Guimarães (1982) tanto é inegável o conjunto de aspectos positivos da industrialização da agricultura, quanto visível o aumento dos problemas estruturais como resultado desse processo. Exemplo disso cita-se o aumento dos custos na produção devido à inserção de novos elementos à produção agrícola.

Mas em contradição com esses aspectos positivos, as mudanças operadas na agricultura apresentaram graves aspectos negativos. O processo de industrialização determinou, também, uma crescente elevação nos custos de produção na medida em que o cultivo do solo e a criação de animais passaram a exigir em lugar dos materiais simples supridos pela natureza, e obtidos praticamente sem ônus, dentro das explorações agrícolas, os insumos modernos, químicos e mecânicos, fabricados, de modo geral, mediante tecnologia industrial dispendiosa e requintada (GUIMARÃES, 1982, p. 16).

A inserção de insumos e tecnologias avançadas, possíveis devido ao crescente processo de industrialização do campo, além de provocar maior custo à produção agrícola, causa também consideráveis mudanças nas relações sociais do campo. Se, inicialmente, o proprietário da terra e dos meios de produção, em sua maioria, vivia no campo e participava ativamente do processo de produção, com a industrialização da agricultura o capitalista urbano torna-se parte integrante da produção. Além de ser proprietário o capitalista ainda participa dos processos de produção e de distribuição dos produtos agrícolas, para Silva (1985)

[...] a crescente presença dos grandes capitais no campo. Essa presença aumentou tanto do ponto de vista de sua participação na produção agropecuária propriamente dita, como também do ponto de vista da sua participação controlando o processamento dos produtos agrícolas e a venda dos insumos adquiridos pelos agricultores (SILVA, 1985, p.56).

Para atender suas necessidades crescentes as grandes empresas agrícolas, além de substituírem a mão de obra familiar pela individual do operariado, ainda aliam-se a grandes corporações a fim de adquirir insumos e máquinas que promovam maior produtividade agrícola em busca pelo chamado desenvolvimento rural. Devido a tais modificações na realidade do campo, com a substituição do latifundiário tradicional pelo latifundiário capitalista, o pensamento a respeito da reforma agrária é, cada vez mais, substituído pelas necessidades capitalistas de modernização da agricultura, que requerem mais tecnologia e menos mão de obra. As multinacionais tornam-se parte integrante do processo produtivo, pois, segundo Guimarães:

Sob a influência de poderosas corporações multinacionais, interessadas na formação de um mercado específico para os insumos que elas produzem, a estratégia do desenvolvimento rural, até há bem pouco tempo centralizada nas políticas de reforma agrária, vem passando por grandes mudanças na maioria dos países menos desenvolvidos, inclusive no Brasil. Seu centro de gravidade é agora a implantação de grandes empresas rurais ‘modernizadas’, ou seja, a transformação dos latifúndios tradicionais em latifúndios capitalistas, sem que isso se faça acompanhar de uma alteração essencial nas relações arcaicas de trabalho existentes. Embora em todos os países pobres ou menos desenvolvidos haja enorme disponibilidade de terras e de mão-de-obra, a estratégia agrária com que se pretende substituir os programas reformistas anteriores é uma estratégia anti-reformista e, portanto, poupadora de braços e de terras fundada na mais sofisticada e mais cara tecnologia (GUIMARÃES, 1982, pp. 17-18).

A influência da indústria na agricultura é maior que a simples inserção de produtos e novas tecnologias à agricultura. Além de modificar as relações de trabalho é também uma das principais responsáveis pela pequena lucratividade agrícola. A indústria repassa seus equipamentos e produtos a altos custos e pressiona a empresa agrícola a vender suas matérias-primas e alimentos a valores irrisórios a fim de manter seus lucros elevados. Essa situação provoca consideráveis dificuldades de sustentação da agricultura que necessita cada vez mais de incentivos do Estado, a fim de minimizar os efeitos do que Guimarães (1982) chama de crise agrária estrutural.

Sem possibilidade de comprar os produtos que consome a preços baixos, a agricultura também não pode repassar ao consumidor os aumentos em suas despesas de produção, de vez que a grande indústria pressiona para rebaixar tanto os preços das matérias-primas que utiliza, quanto os preços dos alimentos consumidos por seus operários e empregados a fim de manter também baixos os níveis salariais. Essas dificuldades, causas básicas da crise agrária estrutural, tornam a agricultura uma atividade incapacitada de alto-sustentar-se, obrigando-a a recorrer, permanentemente, aos incentivos e aos

subsídios compensatórios concedidos pelo Estado (GUIMARÃES, 1982, p. 16).

A crise agrária causa inúmeras dificuldades ao produtor que é forçado a aliar-se a grandes corporações multinacionais que manipulam cada vez mais o mercado mundial de alimentos, além de contribuir para a manutenção da concentração fundiária e da submissão dos países pobres aos países ricos devido à ausência de capital suficiente para investir na produção e circulação agrícola. Guimarães (1982) afirma que essa realidade iniciou-se a partir de 1970 com a expansão do *agribusiness*.

Uma nova idade de ouro para a grande agricultura já havia começado a projetar-se no início da década de 1970, com a expansão do *agropoder* ou *agribusiness*, o poder acumulado pelas “multinacionais das proteínas”, as grandes corporações monopolistas que manipulam os preços e dominam o mercado mundial de alimentos. Esse poder tem sido amplamente usado por essas corporações para tirar proveito e acrescentar seus lucros à custa das dificuldades causadas pela crise agrária estrutural ao campesinado de todos os países, e em particular ao dos países em desenvolvimento. Tem sido também um meio para reforçar a concentração da propriedade e da renda nas mãos da pequena minoria de empresários rurais, e um instrumento para enrijecer a dominação dos países ricos sobre os países pobres (GUIMARÃES, 1982, pp.18-19).

Com o surgimento das grandes corporações multinacionais, as relações entre países tornam-se mais intensas, conseqüentemente a subordinação dos países pobres aos países ricos é cada vez maior. O monopólio das tecnologias e a manipulação dos preços permitem maior lucratividade aos países ricos e certa interferência nas relações internas entre produtores assegurando a concentração fundiária. O problema agrário deixa de ser responsabilidade unicamente do país ao qual este se manifesta e interfere diretamente na economia mundial. A questão agrária deixa de ser exclusivamente do campo, envolve a cidade e as relações com a indústria. Kautsky afirma que:

Para nós o problema agrário é o mais complicado, mas também o mais importante da revolução. Sua solução exige a colaboração mais intensa entre a cidade e o campo, entre teóricos e práticos. Mas também necessita a mais intensa cooperação dos diversos países do mundo, pois o problema agrário tornou-se internacional desde que a agricultura deixou de ser auto-suficiente para depender da compra de matérias-primas como o adubo e a forragem, importados do mundo inteiro. Da mesma forma que a grande indústria, a agricultura moderna tampouco pode suportar o isolamento de um país em relação aos outros. Ainda quando as condições de vida do camponês estreitem sua visão para o âmbito dos problemas locais, necessidades de

produção o conduzem para os problemas da economia mundial (KAUTSKY *apud* SILVA; STOLCKE, 1981, p.131).

Kautsky traz à baila a importância de refletir sobre o problema agrário e suas implicações tanto no campo como na cidade. Acreditam que a solução desses problemas não é encontrada de forma isolada, é necessária a cooperação internacional, pois suas implicações interferem nas relações mundiais. A existência de conflitos, ainda que sejam locais, repercutem nas relações entre diversos países do mundo, causam problemas, inclusive, à economia mundial. Para solucionar essa questão faz-se necessária a compreensão de todo o processo histórico responsável pela realidade atual.

A realidade brasileira é caracterizada por um processo histórico, apresentado por alguns pesquisadores a partir de sua colonização, expropriação dos nativos e exploração de mão de escrava, no período em que o sistema capitalista se expande para além das fronteiras europeias. Como resultado, notam-se as diversas relações de trabalho no campo, bem como algumas particularidades regionais que ainda guardam características das relações de produção anteriores. O modo de produção atual necessita da unificação do pensamento com objetivo de obter lucros cada vez maiores. Martins (1979) visualiza que

Em anos recentes, tais definições foram direta ou indiretamente marcadas e estimuladas por um confuso debate intelectual sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, como processo definidor do movimento histórico brasileiro, que por sua vez justificaria a tática política de lutar pela remoção dos chamados “restos feudais” que se evidenciam em diferentes relações de trabalho no meio rural, quase todos, de modo geral, originados com a extinção do trabalho escravo. A questão da transformação das relações de produção foi remetida, pois, ao terreno cediço do falso argumento de que, não sendo formalmente feudais, seriam formalmente capitalistas as relações de produção posteriores ao escravismo e amplamente vigentes, ainda hoje, em muitos setores econômicos e regiões do país (MARTINS, 1979, p.11).

O que se percebe é a não aceitação de um modo de produção diferenciado que seja não capitalista, pois na realidade atual não se sustentaria por não visar exclusivamente o lucro e não empregar assalariados para obter-se a mais-valia que sustenta o modo capitalista de produção. Exemplo disso pode ser visto ao analisar que as mudanças nas relações de trabalho pela “[...] substituição do escravo pelo trabalhador livre, baseadas na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, [...] não podem ser definidas como capitalistas senão através de muitos e questionáveis artifícios [...]” (MARTINS, 1979, p.11). É por meio de tais artifícios que, através de políticas, buscam-se remover os chamados

“restos feudais” como estratégia de inserir toda a produção na lógica capitalista que justifica a utilização de produtos e tecnologias industriais, em muitos casos possíveis apenas a partir da inserção no mercado financeiro internacional não acessível ao pequeno produtor. Para explorar cada vez mais a mão de obra do pequeno produtor, também no Brasil a expropriação torna-se um mecanismo de submissão do trabalhador às condições impostas pelo capital.

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação - o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (MARTINS, 1982, pp.54-55).

Com o poder econômico nas mãos do capitalista a questão de destaque no campo brasileiro é a concentração fundiária. Os trabalhadores do campo sem propriedade e sem meios de produção são subjugados às grandes empresas agrícolas. O capital cria a fragilidade no pequeno produtor o transforma em trabalhador assalariado e extrai dele a produção e a força de trabalho. Nessas condições o capitalista tem sempre vantagem em relação ao produtor desprovido dos meios de produção que necessita vender o único meio que possui afim de prover o sustento da família. Martins (1982) acrescenta que

Essa situação está combinada com um rápido processo de concentração da propriedade da terra, de crescente subjugação direta e indireta da produção agrícola pelo capital e de intensa expulsão de trabalhadores da terra [...] o capital, de distintas formas, nas diferentes regiões e nos diferentes ramos de produção agropecuária, pressiona com intensidade crescente para extrair dos trabalhadores do campo cada vez mais os seus excedentes agrícolas ou o seu trabalho excedente (MARTINS, 1982, p.12).

Apesar de ser evidente o problema causado pela exploração da mão de obra do pequeno produtor pelo capital esta não pode ser considerada a principal problemática do campo no Brasil. Segundo Martins (1982), a concentração fundiária torna-se a gênese dos problemas do campo no país. Assim, a expropriação é tema dos principais conflitos no campo brasileiro. Apesar da exploração do trabalhador rural ser algo presente e bastante discutido no país, na maioria dos casos sua origem está no processo de expropriação sofrido.

As grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos, são determinados pelo processo de expropriação da terra. A exploração do

trabalho é um problema que aparece num segundo plano, muitas vezes embutida na propriedade e por ela escamoteada. É exatamente o inverso do que acontece nas grandes cidades, na indústria. Aí, nos confrontos entre as classes sociais, surge intensa e primeiramente o problema da exploração do trabalhador pelo capital, pelo patrão. E em segundo lugar que se tem feito presente uma forma particular da expropriação, que é aquela que se manifesta nas duas condições de existência [dessas nos grandes centros urbanos] [...]. De qualquer modo, não é o problema da expropriação dos meios de produção, já consumada, pressuposto que é da proletarização do trabalhador, da sua redução á condição de mão de obra livre, despojada de toda propriedade que não seja unicamente da sua força de trabalho [a causa dos principais conflitos entre classes sociais]. (MARTINS, 1982, pp. 12-13).

A exploração do trabalhador se expressa nas diversas relações entre este e o capital. Ser trabalhador livre, no sentido de não possuir vínculo com a terra e os meios necessários à produção, significa perda de autonomia. Em muitos casos esses trabalhadores engrossam as filas de desempregados nos grandes centros urbanos, alguns, poucos, conseguem se tornar proletário, mas as indústrias não conseguem abarcar toda essa mão de obra disponível. Os pequenos produtores rurais que conseguem emprego, ao serem transformados em proletariados, perdem sua identidade e têm dificuldades em se assumir nessa nova fração de classe com características e motivações distintas. Apesar de o pequeno produtor e o assalariado da indústria sofrerem a subordinação e a falta de condições mínimas de vida como resultado do sistema de produção capitalista, a forma e os impactos em cada um deles são diferentes. Segundo Martins (1982), essa diferença se expressa também nas suas lutas e bandeiras.

Os fundamentos da conduta e da consciência do lavrador do campo são completamente diferentes. Um camponês não tem a mínima condição de pensar e agir como um operário, porque ele é socialmente outra pessoa, isto é, pertence a outra classe social, cujas relações sociais são de outro tipo, cujos horizontes e limites são outros. Esperar que os lavradores do campo, os posseiros, os arrendatários, os colonos, os parceiros, os pequenos proprietários, ajam como se fossem operários ,aprendam a pensar como a classe operaria ,é esperar o impossível. Essa espera é um absurdo e ,quando se transforma numa exigência político-partidária , é até mesmo um crime. É uma espera idealista reacionária. Nós não temos o menor direito de esperar que o lavrador venha a “aperfeiçoar” a sua consciência até o ponto de começar a pensar como um operário não porque seja politicamente retardado, mas porque é social e politicamente diferente (MARTINS, 1982, p.14).

Mesmo forçado a se inserir no mercado de trabalho assalariado a forma de pensar, as relações sociais, as inquietações e os ideais de um pequeno produtor permanecem enraizadas em seu agir. Conseqüentemente, suas bandeiras e estratégias de lutas também serão diferentes das do

proletariado urbano. Não há como exigir que ambos vivam e ajam iguais, pois as motivações e os processos sociais são outros.

No Brasil as discussões sobre questão agrária intensificam-se na década de 1930 devido à crise da cafeicultura e a grande depressão econômica que assolou o mundo. Essa situação é resultante de um contexto histórico marcado por vários momentos políticos que influenciaram diretamente na realidade atual tais como a Golpe Militar e posteriormente a implantação da Ditadura Militar como regime político. Por volta de 1960, a Questão Agrária voltou a ser discutida a partir da busca pelo desenvolvimento econômico do país, pois a agricultura, considerada atrasada no processo de industrialização, não alcançou o patamar esperado à época. Na década de 70 iniciou-se o período chamado milagre econômico com aumento da produção agrícola. Segundo Silva (1985) isso não significou alteração na questão agrária do País, pois beneficiava apenas o grande capital, “[...] esse aumento vinha beneficiando os chamados ‘produtos de exportação’ (como café, soja, etc.), em detrimento dos chamados ‘produtos alimentícios’ (como feijão, arroz, etc.), [...]” (p.8). Como resultado desse processo constatam-se a crise agrária derivada das estratégias utilizadas para aumentar a produção agrícola capitalista com maior inserção de adubos, inseticidas, máquinas, utilização de mão de obra assalariada, cultivo intensivo.

Os avanços das tecnologias utilizadas no campo são lentamente inseridos na realidade brasileira, a má distribuição de propriedade e renda intensifica a questão agrária. As oligarquias rurais comandam as relações sociais no campo. Tal situação repercute também na cidade e nas relações industriais e interferem no desenvolvimento econômico, político e social, pois essas oligarquias detêm grande parte do poder econômico e político nacional. Para Guimarães

[...] o quadro rural brasileiro não é compatível com as exigências atuais do nosso desenvolvimento econômico, político e social. Os obstáculos ainda poderosos, levantados pelas oligarquias rurais contra uma melhor e mais justa distribuição da propriedade e da renda, são também obstáculos à livre expansão do mercado interno, sem o que a indústria e demais atividades urbanas jamais poderão atingir seu máximo desenvolvimento. O poder econômico e político dessas oligarquias é a principal estrutura de apoio dos regimes de arbítrio que se repetem em nossa história e um dos mais sólidos empecilhos ao nosso progresso político (GUIMARÃES, 1982, p. 23).

O nível de renda e as condições de vida do pequeno produtor são reduzidos à precariedade, por não possuir capital suficiente para investir e participar do processo de produção e reprodução capitalista no campo com os mesmos equipamentos. A tentativa de ampliar a produtividade agrícola torna-se importante fator para intensificação da crise agrária brasileira aumentando a miséria e o êxodo da população do campo. Nesse processo há que se destacar ainda três grandes modificações na década de setenta apresentadas por Silva (1985) como responsáveis pelo agravamento da questão agrária.

a) o 'fechamento' de nossas fronteiras agrárias envolvendo as questões de colonização da Amazônia e da participação da grande empresa pecuária deslocando a pequena produção agrícola; b) o processo acelerado de modernização da agricultura no Centro-sul do país; c) a crescente presença do capitalismo monopolista no campo, ou seja, de grandes empresas industriais que passaram a atuar tanto diretamente na produção agropecuária propriamente dita, como fortalecendo sua presença no setor da comercialização e de fornecimento de insumos para a agricultura (SILVA, 1985, p. 44).

O fechamento das fronteiras agrícolas, a modernização da agricultura e a presença do capital monopolista no campo causam significativas mudanças nas relações sociais do campo onde a figura do grande proprietário agricultor é substituída pelo capitalista urbano que vive nas cidades, obtendo do campo apenas o lucro resultante da produção que se utiliza, além das novas tecnologias, da mão de obra assalariada dos pequenos produtores que não possuem condições mínimas de produção para o mercado capitalista.

Isso é tanto mais verdadeiro quanto se sabe que a estratégia concentradora, baseada na transmissão gradual do poder do sistema latifundiário tradicional para outro sistema latifundiário de tipo capitalista, não eliminará o despotismo das oligarquias rurais, não transformará a agricultura brasileira, como um todo, numa agricultura moderna, não libertará o trabalhador rural, camponês ou assalariado, da sua submissão às relações coercitivas ainda predominantes no campo (GUIMARÃES, 1982, p. 23).

Como resultado desse processo, há uma massa de trabalhadores rurais insatisfeitos com as condições precárias de sobrevivência, lutando por melhores condições de vida e trabalho, que podem ser supridas pela disponibilidade de terras em quantidade e condições satisfatórias à produção e reprodução da vida, pela obtenção de salários condizentes com o trabalho exercido, ou ainda por estratégias que visem promover maior participação do pequeno produtor no competitivo mercado capitalista. Tais reivindicações devem ser atendidas, ou garantidas pelo Estado ao fazer cumprir as leis direcionadas ao campo a partir das

especificidades regionais. Destaca-se que existem políticas para esse fim que possibilitam desenvolvimento ao campo, porém, são direcionadas a uma minoria de grandes produtores. Para Silva (1985)

Apesar das enormes desigualdades regionais do país, não se pode ignorar o desenvolvimento econômico por que passou o campo brasileiro, especialmente nas últimas duas décadas, nem as transformações, a estratégia de políticas alternativas reivindicadas pelos trabalhadores rurais não se limitam à reforma agrária. Ela concede lugar fundamental também a questões como preços mínimos, comercialização, crédito e assistência técnica, políticas essas que, num regime democrático, poderiam estar voltadas para os pequenos produtores e não apenas para uma minoria privilegiada de grandes proprietários (SILVA, 1985, p.93).

As reivindicações dos trabalhadores rurais são redimensionadas a fim de atender a interesses dos detentores do capital. Por exemplo, apesar de haver políticas de crédito rural, grande parte delas beneficiam grandes produtores, pois, em muitos casos, é direcionada a compra de grandes equipamentos e produtos somente utilizados por estes. Além disso, a burocracia bancária impossibilita ao pequeno produtor rural participar desse tipo de benefício.

O desenvolvimento das relações capitalistas de produção na agricultura faz surgir também no campo brasileiro empresas multinacionais. A luta histórica contra o latifúndio e por uma estrutura agrária mais igualitária não tem realizado grandes avanços. Ao contrário nota-se o aumento da concentração de terras e conseqüente generalização da pobreza. Características marcantes do capitalismo que transforma a terra em reserva de valor, sem considerar a produtividade ou a finalidade da produção, os lucros gerados são apropriadas pelos detentores do capital. Como conseqüência a população rural se direciona cada vez mais às cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Assim, a questão agrária deixa de ser um problema exclusivo do campo e passa a envolver inúmeras outras questões sociais.

A questão agrária se alia hoje a uma série de 'outras' questões, como a questão energética, a questão indígena, a questão ecológica, a questão urbana e a questão das desigualdades regionais. Ou seja, a questão agrária permeia hoje uma série de problemas fundamentais da sociedade brasileira. No fundo, todos eles têm a ver com o caráter parasitário que atingiu a forma específica como se desenvolve o capitalismo neste país (SILVA, 1985, p.104).

O sistema capitalista expropria o pequeno produtor para transformá-lo em trabalhador rural assalariado e assim poder explorá-lo no único bem que este ainda possui: sua força de

trabalho. Encontrar alternativas a essa problemática não é algo simples, tendo em vista a complexidade de interfaces que a envolve. O Estado, como instância organizativa da sociedade deve considerar essas questões a fim de mediar os conflitos e oferecer alternativas à população. Para compreender essa realidade devem-se analisar dados como Formas de Acesso à Terra, através do índice de Gini, bem como a Estrutura Fundiária e assim perceber a sua influência nas relações sociais agrárias. Nesse sentido, notam-se, grandes disparidades na estrutura social agrária. Carvalho (s/d) compreende essa realidade a partir da histórica desigualdade de condições de posse e uso das terras rurais no país.

As expressões ideológicas “democratização do uso e da posse da terra” e “justiça social no campo” significam, à luz da correlação de forças sociais que parcelas das classes subalternas no campo desejam ou aspiram apropriarem-se de terras sob a propriedade privada da burguesia. Do ponto de vista político essas expressões denunciam indiretamente que a história da apropriação da terra no país deu-se de forma excludente da maioria dos trabalhadores rurais. E, do ponto de vista econômico, sugerem a reforma agrária como meio para a redistribuição da riqueza ou do acesso a ela (a terra) no campo (CARVALHO, s/d, p.4).

A questão agrária, resultante do processo histórico de apropriação desigual do espaço e dos meios de produção, é entendida como um fenômeno característico das relações sociais desiguais que estruturam a sociedade atual. Para analisar esse processo, Martins afirma que “[...] a concepção nuclear do modo de produção é a de modo historicamente determinado de exploração da força de trabalho no processo de produção, no qual são produzidas também as relações sociais fundamentais de uma sociedade [...]” (MARTINS, 1979, p.2). A reorganização do campo é possível a partir de estratégias capazes de minimizar tal problemática, por meio de mudanças significativas na estrutura social. Na análise de uma política deve-se considerar o contexto histórico que a mesma se apresenta, os grupos sociais atuantes, bem como as intencionalidades presentes na formulação de tais políticas.

1.3 CAMPO EM CONFLITO: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA REESTRUTURAÇÃO AGRÁRIA

Todo conflito é resultante da não aceitação de uma ordem social já posta – ou imposta. Os grupos sociais mantidos às margens não se submeteram aos interesses dominantes sem lutar por melhorias em suas condições de vida. Séculos após a invasão do território brasileiro e da distribuição desigual de terras, ainda é gritante as desigualdades sociais que a população do campo é submetida.

Nas lutas encampadas pelas classes sociais menos favorecidas há uma diferenciação entre os problemas sofridos pelo operário urbano e o produtor rural no campo. A cidade possui mais recursos de informação, maior possibilidade de locomoção e conseqüentemente reunião, além de ser o lugar do pensar, onde a sede política se estabelece. A cidade torna-se a definidora de políticas, programas e ações que visem a minimizar os conflitos gerados pela não aceitação das condições impostas pelo capital. Segundo Martins (1982), há um risco de o campo não ser ouvido e as estratégias aprovadas não corresponderem aos objetivos dessa população.

[...] Infelizmente, temos a tradição de lutar pela reforma agrária na cidade. Estamos sempre ignorando muito do que se quer e o que se faz no campo. Acho que uma indicação clara do que seja o descompasso entre a luta pela reforma agrária no campo e a luta pela reforma agrária a partir da cidade está no fato, de que quando se fala nela fala-se como se houvesse todo um diagnóstico e um processo político por trás dessa palavra, que resolvessem os muitos problemas que há no campo hoje. E a gente sabe que no campo existem problemas muitos diversificados, situações muito distintas. [...] É importante que a luta pela reforma agrária não nasça na cidade e nem responda as conveniências ou pontos de vista de classes sociais urbanas, mesmo da classe operária. Nesse momento, pelo menos sob o ponto de vista tático, seria muito importante que o campo falasse primeiro. O trabalhador do campo está lá lutando e precisa ser ouvido, ao invés de ouvir [...] (MARTINS, 1982, pp.22-23).

Para Martins (1982), o trabalhador do campo precisa ser ouvido; as estratégias de diminuição da concentração fundiária propostas pela cidade e expressas nos planos de reforma agrária não são as mesmas pensadas pelos produtores do campo. São muitas as bandeiras levantadas e o produtor sabe o que pretende, só não tem os mecanismos para conseguir, por isso precisam ser ouvidos e respeitados. A ideia de propriedade, por exemplo, pensada na cidade, não é a mesma praticada no campo em sua essência. Nessas circunstâncias, os pequenos produtores não se deixam intimidar, organizam-se e utilizam as armas que possuem na luta contra a subordinação e a aceitação de ideias prontas, impostas pelos pensadores e políticos urbanos, que, em muitos casos, só consideram as informações transmitidas pela grande aristocracia rural.

Apesar das inúmeras forças de repressão aos movimentos sociais, estes tendem a se fortalecer e por meio da articulação entre seus objetivos, intensificar a pressão por políticas públicas para redução das desigualdades sociais no campo. A persistente luta dos movimentos sociais pela desconcentração agrária ainda esbarra na burocracia que invalida seus direitos legalmente

garantidos. Nota-se que no campo brasileiro ao mesmo tempo em que se garante a permanência da concentração fundiária, há uma consolidação das lutas sociais no campo em oposição a tal permanência, como afirma Germani (2009).

Nesse sentido identifica-se como permanência a continuidade da histórica concentração de terras e as enormes barreiras encontradas pelos grupos sociais que reivindicam seus direitos territoriais para reverter este quadro. Aparentemente contraditório, mas como parte do mesmo processo, identifica-se como mudança a emergência e consolidação dos movimentos sociais no campo, enquanto forças políticas [...] (GERMANI, 2009 p.348).

As atuais políticas agrárias devem-se, em parte, à articulação dos movimentos sociais do campo. Essa pode ser considerada uma luta desigual em que a maioria da população está submetida aos desígnios de uma elite social detentora do capital e conseqüentemente das forças políticas representativas da sociedade. Os movimentos sociais do campo não se deixaram intimidar pela pressão a que são submetidos. Em contrapartida imprimem marcas no território que serão capazes, inclusive de redirecionar as políticas agrárias por meio de pressão social. Segundo Germani (2001)

A ação dos movimentos sociais em novo contexto altera a atuação do Estado, com relação à sua política agrária, influenciando na espacialidade das ações da Reforma Agrária, tanto com relação à sua distribuição no território como na organização espacial interna dos projetos de assentamentos [...] (GERMANI, 2001, p.67).

É perceptível que as medidas propostas pelo governo estão envolvidas em tamanha intencionalidade que redirecionam seu foco no momento em que este não corresponder a interesses de alguns grupos sociais nele envolvidos. Cabe analisar, dentre os grupos sociais, quais estão sendo privilegiados e de que forma a histórica luta dos movimentos sociais do campo é vista pela instância governamental.

Enquanto força política a sociedade civil organizada se impõe frente às questões que lhes são postas na busca por solução, ou dissolução da questão agrária que não se atenha apenas à redistribuição fundiária, mas possibilite a permanência do pequeno agricultor no processo de produção, bem como a inserção de seus produtos no mercado. Essa é uma luta desigual onde a maioria da população está submetida aos desígnios de uma elite social detentora do capital e ao mesmo tempo das forças políticas representativas da sociedade. Os movimentos sociais do

campo não se deixaram intimidar pela pressão a que são submetidos imprimindo marcas irrefutáveis capazes, inclusive, de redirecionar as políticas agrárias por meio da pressão social.

A questão agrária pode ser entendida como uma questão social que é intensificada pelas questões econômicas e acima de tudo fortalecida por questões de ordem política. Na realidade atual não é possível pensar a questão agrária como um problema que afeta unicamente o campo. Apesar de se manifestar no campo suas repercussões modificam a realidade urbana de forma direta, tanto pela alteração nos padrões de produção devido ao aumento considerável de mão de obra disponível como resultado da expropriação dos pequenos produtores, quanto pela mudança no padrão alimentício como resultado da inserção de insumos e novas tecnologias no campo. Também não é possível tentar minimizar as problemáticas agrárias pensando apenas em suas repercussões locais. Com a mundialização da economia e a inserção de grandes corporações multinacionais no campo, os impactos da questão agrária tornam-se cada vez mais um problema global.

No Brasil, as desigualdades sociais que ainda excluem, expropriam e exploram o pequeno produtor, não permitem uma visão política ampla da questão agrária. O poder público ainda age de forma a garantir a permanência da concentração agrária e, conseqüentemente, das desigualdades sociais. Essa realidade é resultado da inserção de grandes capitalistas no poder público, e, como manipuladora do poder público, age de forma cada vez mais violenta contra a grande massa de produtores rurais. Porém, os pequenos produtores não se submetem a essas condições. É considerável o número de movimentos, associações, sindicatos, organizações e cooperativas de pequenos e médios produtores que se mobilizam em busca de melhores condições de produção e reprodução da vida no campo.

É importante considerar que, apesar da falta de capital disponível para o desenvolvimento da produção do pequeno produtor, a luta social tem gerado inúmeras mudanças na realidade social do campo. Mas essas mudanças ainda são incipientes frente às grandes demandas da população do campo. A solução possível a essa problemática seria uma mudança total na estrutura social atual, o que não será possível porque indicaria o fim das formas de exploração difundidas pelo sistema capitalista, o que não é interessante para as classes dominantes que detêm o poder tanto no que se refere a economia quanto as relações políticas. A fim de camuflar as lutas sociais e abafar as principais questões norteadoras do problema agrário nacional, são implantadas políticas assistencialistas e compensatórias que inicialmente

redirecionam o olhar da população para questões que não resolvem o problema, apenas reduzem os impactos e criam um ilusório avanço nas negociações. Com isso muda-se o foco das discussões e a questão agrária só tende a crescer ao longo do tempo sem previsão de solução.

2 ESTRUTURA AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO: QUESTÃO AGRÁRIA, PRODUÇÃO, RENDA E POPULAÇÃO RURAL E URBANA.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) promove a criação e gestão da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) como estratégia de dimensionamento da ação do Estado e mediação dos conflitos por meio do agrupamento de municípios que já possuem algum tipo de relação produtiva, social, econômica ou cultural em busca de desenvolvimento mútuo, a fim de promover uma reestruturação nacional. No Estado da Bahia a Secretaria de Planejamento (SEPLAN/BA) em 2007, por meio do PPA 2008-2011, utiliza como modelo a PDT do Governo Federal que estabelece os Territórios Rurais, e institui os Territórios de Identidade, com o intuito de possibilitar uma ação conjunta entre o governo do estado e dos municípios para minimizar as desigualdades regionais presentes no estado por meio de políticas públicas que abrangem todas as áreas e setores de atuação do governo.

A gestão territorializada implementada pelo governo do estado da Bahia a partir do modelo de Territórios Rurais do governo federal visa possibilitar maior participação da sociedade nas decisões que envolvem suas demandas. Porém no caso do Território de Identidade Portal do Sertão essa participação torna-se comprometida desde sua implementação, pois a proposta de constituição do território, a definição das identidades a serem consideradas e consequentemente a escolha dos municípios que pertencem ao Território Portal do Sertão deu-se a partir de critérios governamentais, diferentemente de outros territórios como o Território do Sisal que expressa a organização da sociedade civil. Segundo Alencar (2010).

Reafirma-se nessa sincronia que a vida construída no território por aqueles que lá vivem sujeitos identificados por seus processos de luta, trabalho e vida é que dá conteúdo à construção territorial a ser catalisada pelas políticas, mesmo que haja verticalmente indução por diretrizes de desenvolvimento. A forma de aderência do território à política irá reproduzir essa construção própria como constatado na experiência do Território Portal do Sertão (ALENCAR, 2010, p.46).

O Governo predefiniu a proposta de construção do Território de Identidade Portal do Sertão e encaminhou para uma conferência de aprovação do Plano Plurianual da Administração pública para o período 2008/2011 (PPA 2008/2011) realizada em 2007. As principais demandas dos municípios que abrangem o Território de Identidade Portal do Sertão não são

consideradas na origem deste Território e, conseqüentemente, não são atendidas. Uma das conseqüências dessa formação é a pequena participação dos 17 municípios, a partir de seus representantes legais, poder público e sociedade civil, nas reuniões e representações do Colegiado territorial (CODES).

2.1 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO – BAHIA

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) implementam a Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) que divide o espaço agrário brasileiro em territórios rurais para atender as demandas do público beneficiário das ações da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDT) vinculada ao MDA, com objetivo de promover um desenvolvimento sustentável na área rural. Essa divisão visa possibilitar uma gestão participativa das políticas públicas direcionadas ao campo, por meio da interferência de Conselhos Municipais e Estaduais de desenvolvimento rural sustentável.

Ao implementar a Política de Desenvolvimento Territorial o poder público apresenta como objetivo principal, em seus documentos, a redução das desigualdades sociais regionalizadas a partir da ampliação da competitividade, e da expansão do mercado nos Territórios. Para atingir tais objetivos, o modelo de desenvolvimento territorial torna-se uma ferramenta a favor da expansão do capital, onde as classes sociais que sempre estiveram à margem dos processos sociais permanecem nessa posição. Isso não significa dizer que a proposta de desenvolvimento territorial é uma repetição das políticas que sempre foram implementadas em caráter regionalizado, mas que essa proposta, apesar de incluir áreas antes consideradas problemáticas na dinâmica socioeconômica nacional, também possui seus percalços, que contribuem direta e indiretamente com a segregação socioespacial.

A Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural, criada no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário integra o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o qual visa reduzir as desigualdades entre as regiões em escala nacional. É uma estratégia tanto de inclusão de áreas historicamente impedidas de participar do processo de expansão do capital, quanto de uso indiscriminado de todos os espaços em favor da manutenção do sistema vigente. No documento do Ministério da Integração Nacional (MIN) pode ser visto que:

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional é parte indissociável da estratégia de desenvolvimento do país e expressão da prioridade que é dada ao tema na agenda nacional de desenvolvimento. A Constituição de 1988 já determinava a redução das desigualdades regionais como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional [...]. O objeto da PNDR são as profundas desigualdades de nível de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre regiões do país. A matéria prima da Política é o imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental que caracteriza o Brasil (BRASIL, 2005, pp. 11-12).

O PNDR se constitui como um plano de governo instituído pelo Ministério da Integração Nacional a fim de potencializar o desenvolvimento das regiões em escala nacional. Visa por meio de políticas públicas e programas de governo intensificar a organização sócio-produtiva regional bem como possibilitar a participação social, a fim de explorar as potencialidades regionais com o intuito de reduzir as desigualdades regionais que tem rebatimento em todos os setores da sociedade, neste trabalho destaca-se o rebatimento na questão agrária nacional.

Ao considerar a questão agrária brasileira, todas as problemáticas que a cercam, como, por exemplo, a expropriação do pequeno produtor, a inserção de capital urbano no campo e o uso de novas tecnologias, têm-se uma visão da realidade agrária atual. Mesmo com a luta incessante dos movimentos sociais há centenas de anos por uma reorganização agrária, a estrutura social brasileira apresenta grandes índices de desigualdades. Apesar da promulgação do Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – que, dentre outras questões, versa sobre a função social da propriedade da terra e da elaboração dos Planos Nacional de Reforma Agrária I e II, foram poucos os avanços no que se refere à redistribuição e reorganização agrária no País.

Apesar da necessidade em possibilitar um desenvolvimento centrado nas identidades e potencialidades locais, o que se percebe é que a política não considera o contexto das comunidades rurais que sempre estiveram submetidas à concentração agrária em favor de poucos. Nota-se que a política encontra-se carregada de intencionalidades que ultrapassam os interesses da sociedade em geral para atender a demandas do desenvolvimento capitalista que submete o pequeno produtor a condições precárias de sobrevivência no campo. No que tange a questão agrária brasileira essa política torna-se limitada e longe de atender as necessidades da sociedade. A qualidade de vida da população torna-se menos importante que a permanência das desigualdades econômicas expressas na concentração fundiária.

A Política de Desenvolvimento Territorial Rural proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário apresenta uma proposta de ordenamento territorial no qual abrange os principais municípios que possuem conflitos internos no espaço agrário. Porém, não é visualizado nesta uma preocupação em implementar a reforma agrária que a muito tempo é bandeira de luta dos movimentos sociais. O MDA justifica a necessidade do desenvolvimento territorial no espaço rural como forma de inserção no mercado de consumo.

Na abordagem territorial o foco das políticas é o **território**, pois ele combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces para o capital social (BRASIL, 2004, p.3).

Esse tipo de política compreende o planejamento territorial de agrupamentos dos municípios com algum tipo de relação a fim de realizar ações conjuntas e esse objetivo na maioria dos casos é alcançado. A definição das identidades consideradas nessa política relaciona-se a interesses de mercado. As questões de preservação e manutenção do campo e dos modos de vida da população que vive da e na terra são substituídos por interesses de grupos sociais que tem como parâmetro a produção exclusiva para o mercado.

Com base no modelo de gestão adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, que instituiu 164 Territórios Rurais por meio da Política de Desenvolvimento Territorial Rural criada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial para promover uma gestão integrada do espaço agrário brasileiro através do ordenamento territorial, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do estado da Bahia realiza uma redivisão do Estado que considere as Identidades Territoriais como estratégia de desenvolvimento econômico. Para isso, através do PPA 2008-2011 instituiu 26 Territórios de Identidade que representam os 417 municípios do estado para definir as melhores estratégias de uso dos recursos públicos em seu contexto.

O Estado da Bahia possui uma diversidade de características de fatores socioeconômicos e apresenta uma coexistência entre áreas de grandes e pequenos dinamismos econômicos. O referido PPA 2008-2011 considera essa problemática na proposta de territorialização do espaço baiano a fim de promover um equilíbrio entre as condições sociais de sobrevivência e

permanência da sociedade. A participação da população por meio de plenárias nos TI torna-se o marco do governo, como afirma o governador Jaques Wagner no texto de apresentação do PPA 2008-2011.

Inaugurando um processo inédito na Bahia, o Governo do Estado abandonou a comodidade e as facilidades do planejamento realizado a portas fechadas, no conforto dos gabinetes, e deu início à inclusão efetiva da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas. As plenárias do PPA Participativo foram realizadas nos 26 Territórios de Identidade que compõem o novo mapa de desenvolvimento do Estado e foram delimitados a partir do sentimento de pertença da população e da teia de relações sociais e econômicas a partir daí estabelecidas, o que permite o planejamento e a execução de políticas condizentes com as necessidades e potencialidades locais.

No que se refere a este Plano, a partir de agora, a sociedade contará com o Fórum de Acompanhamento do PPA, que ao longo dos próximos anos fará o monitoramento e a avaliação dos programas e ações juntamente com os técnicos do Governo. Este fórum será composto por representantes de todos os Territórios de Identidade (BAHIA, 2007, p. 12).

O PPA 2008-2011 foi elaborado através de plenárias realizadas nos 26 Territórios de Identidade com o intuito de conhecer as demandas dos territórios e inseri-las no planejamento para os quatro anos de governo. Territórios que deveriam ter sido delimitados a partir do sentimento de pertença da população e da teia de relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas, a fim de possibilitar o planejamento e a execução de políticas condizentes com as necessidades e potencialidades locais. Para garantir a efetivação das práticas de governo a partir do PPA é eleito um fórum permanente de acompanhamento anual com a participação de representantes territoriais.

Para o Governo essa é uma política estratégica que visa assegurar o desenvolvimento do Estado e reduzir as desigualdades sociais existentes por meio do planejamento territorial, sua ação principal volta-se à preocupação com recursos hídricos, pois a maioria dos municípios localiza-se no semiárido e têm como atividade principal a agropecuária. O governo através do PPA busca diversificar a produção investindo em alternativas para o desenvolvimento socioeconômico por meio do incentivo à agricultura familiar. Visa ampliar a estrutura logística, pois julga que esta seja uma estratégia fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas.

A proposta em definir Territórios de Identidade, traz consigo desafios e perspectivas tanto para o estado quanto para os municípios, especialmente no que se refere às questões

subjetivas inerentes a esse processo. Devido à necessidade em compreender quais identidades são consideradas na formação desses territórios, no PPA 2008-2011 é definido como conceito de Território de Identidade o que mais se aproxima dos movimentos sociais e segue os mesmos pressupostos do MDA.

O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação do seu planejamento. O Ministério de Desenvolvimento Agrário define o Território de Identidade “como um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, como grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (BAHIA, 2007, p. 58).

A Política de Desenvolvimento Territorial resulta da observação das necessidades apresentadas pelos movimentos sociais do campo em reestruturar o espaço agrário. Apesar deste caminho proposto pelo PPA 2008-2011 há uma infinidade de intencionalidades subjacentes a tais políticas; a questão agrária, que deu origem a proposta de implantação dos Territórios Rurais do Governo Federal, utilizados como modelo para a implantação dos Territórios de Identidade no Estado da Bahia, torna-se pouco visível na construção dos projetos, visto que reorganizar o espaço agrário requer uma alteração na dinâmica produtiva dos grandes empreendimentos em favor da maioria da população que sobrevive da agricultura familiar. Ou seja, reestruturar o espaço agrário significa mudar a estrutura social a partir da diminuição da diferença de classes e isso não será feito devido a influência dos grandes produtores nas ações políticas que dificultam a participação da população menos favorecida nos avanços do sistema produtivo.

A ação do Governo volta-se à mediação de conflitos e a construção de alternativas para que a sociedade possa melhorar suas possibilidades de produção nas condições que já possuem ao invés de promover uma mudança na estrutura social agrária. O governo propõe uma articulação entre as camadas populares a fim de promover o fortalecimento produtivo, ou seja, apresenta à sociedade a possibilidade de uma transformação por sua articulação.

Para que haja uma efetiva gestão social do território faz-se necessário fortalecer a capacidade de negociação, regulação e articulação das ações do

Estado com as iniciativas locais. Este processo fortalece o desenvolvimento do capital humano e do capital social local, na medida em que cria ou aprofunda saberes e cria ou consolida as redes sociais de cooperação. A partir desta base, torna-se mais fácil promover o aproveitamento das potencialidades locais e formular e implementar um processo de desenvolvimento sustentável que inclua todos os atores do território. Por fim, o estabelecimento de parcerias entre os atores do território e o poder público suscita novas formas de implementação das políticas públicas, em que o clientelismo, o fisiologismo e o corporativismo podem ser efetivamente combatidos, emergindo em seu lugar a participação social e **mecanismos de controle social** [grifo nosso] (BAHIA, 2007, p.59.).

No PPA 2008-2011 busca-se a participação da sociedade civil, nos conselhos, associações e sindicatos, através de assembleias realizadas nos territórios de identidade que possibilitarão à sociedade apresentar suas demandas, e a constituição de um fórum com objetivo principal de avaliar os resultados das políticas públicas implementadas durante esse quadriênio. Além da disponibilização do orçamento das despesas de governo para que a sociedade possa ter acesso e avaliar os gastos feitos ao longo dos anos.

Um dos principais objetivos do desenvolvimento territorial apresentado no PPA 2008-2011 é promover ações de governo que visem melhorar a qualidade de vida da população e possibilitar maior dinamismo econômico às áreas menos dinâmicas do Estado. Nas propostas do governo as demandas dos grupos sociais devem ser ouvidas, mas, nem sempre são atendidas, a participação popular não é condicionada aos direcionamentos do governo, a organização social é considerada na criação de políticas de reparação social. Outro problema que deve ser considerado é a falta de visão estratégica de logística para execução das políticas em escala territorial na Bahia, pois as demandas sociais não são atendidas devido a questões orçamentárias que inviabilizam ações territorializadas.

Por fim, no que se refere em termos gerais ao estado da Bahia, a expressão das demandas da sociedade esbarram na dissociação entre PPA e execução orçamentária o que leva a uma baixa efetividade territorial, sendo atribuído a esse desafio um caráter de responsabilidades compartilhadas [...]. Nestes termos, a execução não respeita característica do território [...], mantendo o desafio de legitimar demandas priorizadas pelo território [...]. No que tange ao aparelho de estado reconhece-se que na execução das demandas imperam velhas posturas individuais, autoritarismo científico, cultura institucional, amarras burocráticas e modelos político e organizacional vigentes [...]. Portanto, para superar o desafio da dissociação entre diretrizes formuladas e efetivação dessas diretrizes não é suficiente apenas compartilhar responsabilidades entre sociedade civil e governo no controle social, mas supõe a opção política por outro padrão de desenvolvimento em ruptura com aquele cuja execução perpassa, no modelo vigente, todas as instâncias do aparelho de estado (ALENCAR, 2010, p.45).

A gestão do estado a partir dos Territórios de Identidade expressa no PPA 2008-2011 é resultado da vinculação entre Estados e União a fim de promover políticas públicas com participação popular e reconhecimento das relações socioculturais como instrumentos necessários ao planejamento das ações setoriais territorializadas enquanto estratégia para o ordenamento territorial. Para a SEPLAN, o planejamento territorial tem como objetivo criar oportunidade de investimento nos espaços menos dinâmicos, por meio do reconhecimento das potencialidades locais, no qual a sociedade apresenta suas demandas.

Por fim, o processo de desenvolvimento deve perseguir a redução das desigualdades regionais, através do estímulo ao desenvolvimento local e da priorização das áreas e regiões mais deprimidas e carentes na distribuição dos investimentos públicos, e também assegurar a preservação e recuperação dos recursos ambientais, de modo que o atendimento as necessidade da presente geração não comprometa o bem-estar das gerações futuras. (BAHIA, 2007, p. 47).

Avaliar o PPA significa identificar as prioridades do governo do Estado e, sobretudo, como a sociedade e suas demandas são consideradas no fazer das políticas públicas. O relatório do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), sobre a territorialização proposta pelo PPA 2008/2011, apresenta uma visão clara de como o poder público tenta camuflar as lutas sociais a partir da criação de uma identidade territorial que substitui a desigualdade pelo consenso a fim de atender a interesses externos às classes sociais postas a margem do processo de desenvolvimento. Segundo Alencar (2010)

O contexto que justifica o exame dos PPA sob a perspectiva da territorialização é a existência, no Brasil, há mais de uma década, de entidades governamentais e não governamentais que intervêm na dinâmica de desenvolvimento regional aplicando concepções de sustentabilidade e territorialidade que operam em disputas paradigmáticas. Esses paradigmas, em última instância polarizam, de um lado, a concepção de sociedade com a existência de diversas classes sociais cujos sujeitos identificados por seus processos de luta, trabalho e vida dão conteúdo à construção territorial frente a complexos interesses em disputas, e de outro a concepção de sociedade como comunidade em que atores e atrizes sociais representam segmentos de uma identidade territorial que, ao ser consensualizada garantiria a diversidade, retirando do foco a desigualdade até então mobilizadora de conflitos. (ALENCAR, 2010, p. 19).

As identidades territoriais proposta pelo Estado a partir da política de desenvolvimento territorial que substitui as lutas das classes sociais pela representação de “atores e atrizes

sociais” visam, acima de tudo alcançar um controle social por meio da formulação de demandas em escala territorial que, em grande parte, não correspondem às necessidades da sociedade atendida pelas políticas públicas. Devido à não observação dos fatores que caracterizam as desigualdades presentes na sociedade, nota-se a ocorrência de um desenvolvimento desigual como resultado dos interesses e intencionalidades inerentes às políticas aplicadas pelo Estado.

A definição de Territórios Rurais e as ações governamentais que utilizam essa regionalização são justificadas nos discursos do governo federal pela necessidade em enfrentar a questão agrária para minimizar seus efeitos na sociedade. Apesar do governo da Bahia reproduzir o discurso que constitui os Territórios Rurais do governo federal com a nomenclatura de Territórios de Identidade eles tornam-se desalinhados da questão agrária, ao passo que substitui a ideia de desenvolvimento territorial sustentável por programas paliativos específicos para temas de necessidade imediata da sociedade:

[...] a adesão ao território e à delimitação construída a partir da política de Desenvolvimento de Territórios Rurais na qual emergem os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, não corresponde ao conteúdo da política territorial do governo do estado ao adotar como unidade de planejamento Territórios de Identidade ao invés de Territórios Rurais, que foram alavancados pela dinâmica agrária. Em contraponto, na apresentação do PPA 2008 -2011, o governador Jacques Wagner afirma que: “Em relação ao PPA Participativo, merece destaque o fato de que em todas as plenárias foram identificados como prioridades os temas ligados à educação, saúde, geração de emprego e distribuição de renda, com ênfase na agricultura familiar, áreas já definidas como prioritárias no Plano de Governo referendado pelo povo baiano em outubro de 2006. Evidenciou-se, então, a profunda sintonia entre as propostas deste governo e as demandas da sociedade. (BAHIA, 2007: p 12)” (ALENCAR, 2010, p.42).

Os Territórios de Identidade surgem como estratégia de possibilitar maior participação dos municípios mais pobres nas decisões acerca de investimento dos recursos públicos em sua região. As primeiras discussões referentes a uma regionalização que considere as identidades locais foram encampadas pelos movimentos sociais, especialmente os ligados ao espaço agrário, no qual suas demandas são apresentadas ao poder público. O Território de Identidade Portal do Sertão localizado no semiárido baiano é formado por 17 municípios sediados pelo município de Feira de Santana (mapa 2) é uma realidade diferenciada, por ser o poder público quem delimitou quais municípios que pertencem ao Território por meio de uma conferência que serviu apenas para homologar uma decisão já realizada.

No caso do Território Portal do Sertão, a experiência é bastante diversa daquela do Território Sisal tendo em vista que, [...] constituiu-se como tal a partir da primeira plenária para elaboração do PPA, em 2007 e, além disso, não carrega história de organização social que o vincule à política territorial do estado. Do mesmo modo, não tem conteúdos experimentados enquanto Território Rural apoiado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA e, portanto, não formulou suas demandas a partir de um PTDRS por não tê-lo elaborado. Nesse sentido, constituiu-se como Território de Identidade explicitamente envolvendo o rural e o urbano (SC5) embora considere que a metodologia adotada pelo governo do estado induziu a priorização das demandas em educação e saúde e reafirma sua identidade rural (ALENCAR, 2010, p.46).

A não observação da diversidade e dos problemas que afligem os municípios trás como resultado a constituição de um território como o Portal do Sertão na Bahia pensado e constituído pelo governo do Estado sem prévia consulta aos municípios que foram inseridos na política de desenvolvimento territorial por meio da adoção de Territórios de Identidade pelo Governo do Estado. Como resultado desta formação descolada da organização social, bem como de suas demandas, até o momento atual ainda se percebe a necessidade de mobilizar e convidar os municípios a participarem do colegiado territorial. O que deveria ser uma demanda dos municípios, poder público e sociedade civil, torna-se uma obrigação imposta pelo governo do Estado. A necessidade em instituir o Portal do Sertão é debatida na primeira conferência para elaboração do PPA 2008/2011 realizada pelo Governo do Estado em 11 de maio de 2007, e, nesta mesma conferência fica definida sua implementação. Assim, essa formação não considera as demandas e necessidades dos municípios que compõem o território.

A análise sistemática das expressões de demandas sociais no estado da Bahia, tomando os territórios Sisal e Portal do Sertão como referências, possibilitará apreender o peso relativo das possibilidades de o território ter hegemonia no delineamento de um perfil de desenvolvimento que possa ser considerado identitário. Essa possibilidade de avaliação decorre da radical diferença entre as trajetórias territoriais dos dois espaços. De antemão, o território Portal do Sertão (PS) não estará expressando demandas territorializadas por não ter construído essa condição de identidade territorial até aquele momento em que o PPA foi elaborado e, portanto, as 89 atividades indicadas para execução só podem ser entendidas como territorialização do PPA e não como expressão de demanda territorial no PPA (ALENCAR, 2010, p.38).

As demandas apresentadas para o Território são estratégias do PPA para justificar a territorialização o que na realidade poderia ser resultante de demandas dos grupos sociais

beneficiados com a Política de Desenvolvimento Territorial. Os municípios pertencentes ao Portal do Sertão não apresentam suas demandas no ato da constituição do território e conseqüentemente não contempla as quatro Dimensões para o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais que a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) propõe para o desenvolvimento em escala territorial a fim de solucionar problemas setoriais. E que são incorporadas ao PPA a fim de alinhar a política de desenvolvimento do governo federal com o governo do Estado conforme citação apresentada pelo relatório do IICA.

[...] o enfoque territorial busca resultados nas soluções que contemplem uma combinação das quatro **dimensões do desenvolvimento sustentável**:

- Econômica: resultados econômicos com níveis de eficiência através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. - Sociocultural: mais equidade social, através da intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade. - Político-institucional: novas institucionalidades que permitam a construção de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania. - Ambiental: compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade, enfatizando o conceito de gestão da base de recursos naturais. (SDT, 2004, p. 5, apud, ALENCAR, 2010, p. 36).

O Território de Identidade Portal do Sertão é coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Portal do Sertão (CODES/PORTAL) com representação paritária entre poder público e sociedade civil, nas seguintes funções: Conselhos de Administração e Fiscal representado por um membro do poder público e outro da sociedade civil de cada município; Presidente do Conselho de Administração que necessariamente precisa ser representante do poder público de um dos municípios por questões burocráticas e Vice-Presidente que deve ser representante da sociedade civil; e Secretário Executivo que no caso do Portal deve necessariamente ser da sociedade civil com os mesmos direitos e deveres do Presidente, exceto no que se refere a assinaturas de documentos burocráticos.

2.2 A ESTRUTURA AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO, CLASSES E FRAÇÕES DE CLASSES.

No espaço agrário do Território de Identidade Portal do Sertão é nítida a presença de diversas classes e frações de classes sociais. Os pequenos, médios e grandes produtores rurais são considerados de fundamental importância para análise da realidade do Território de Identidade pesquisado, pois acredita-se que o diálogo com essas classes e frações de classes sociais sintetiza o que se pretende compreender na realidade do Portal do Sertão.

Por pertencer ao Semiárido baiano o espaço agrário do Portal do Sertão encontra-se envolto em inúmeras problemáticas ligadas a fatores físicos e climáticos. Porém os principais entraves ao desenvolvimento territorial estão associados a questões relativas à distribuição de terra e dificuldade em acessar programas políticos, as questões climáticas agravam cada vez mais essa problemática.

Conforme dados da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, são cadastradas no DAP (Declaração de Aptidão Agrícola) cerca de quatro mil famílias dos municípios pertencentes ao Portal do Sertão. Nos dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2006) 117.511 pessoas trabalham na agricultura o que significa aproximadamente 15% da população total do Território (como apresenta a tabela 1). A maioria desses trabalhadores é composta por pequenos produtores que, em muitos casos, não conseguem se sustentar da agricultura devido a diversos fatores. destacando-se questões climáticas e estruturais, como a desigualdade na estrutura fundiária, a distribuição de renda e, principalmente, questões de ordem política que são direcionadas a partir de interesses que dificultam o desenvolvimento das atividades do pequeno produtor.

Tabela 1: População e pessoal ocupado na agricultura por município Portal do Sertão/BA

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA/RURAL	PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA
Água Fria	5.777	9.954	15.731	7.445
Amélia Rodrigues	19.957	5.233	25.190	2.751
Anguera	4.326	5.916	10.242	2.515
Antonio Cardoso	3.225	8.329	11.554	5.637
Conceição da Feira	13.137	7.254	20.391	2.765
Conceição do Jacuípe	23.539	6.584	30.125	2.435
Coração de Maria	9.400	13.001	22.401	9.230
Feira de Santana	510.635	46.007	556.642	29.983
Ipecaetá	2.637	12.694	15.331	11.646
Irará	11.246	16.220	27.466	9.899
Santa Barbara	8.669	10.395	19.064	4.824
Santanópolis	1.684	7.092	8.776	5.287
Santo Estevão	27.690	20.190	47.880	14.666
São Gonçalo dos Campos	16.505	16.778	33.283	4.693

Tanquinho	5.711	2.297	8.008	1.598
Teodoro Sampaio	6.341	1.554	7.895	1.282
Terra Nova	11.488	1.315	12.803	855
Total	681.967	190.815	872.782	117.511

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2006 e Populacional 2010

Elaboração: Solange Maria Santana Couto, 2013.

O interesse dos grandes e médios produtores, que detém capital e condições de produção necessárias à produção e circulação de seus produtos agrícolas, em permanecer no mercado e aumentar sua rentabilidade é uma questão política que influencia na questão agrária. Para isso necessitam de mão de obra barata e de fácil acesso para extrair delas a mais-valia que permite maior lucratividade em seus negócios. Para conseguir isso os grandes e médios produtores se aliam ao poder público e usam estratégias para dificultar o acesso a terra e a condições mínimas de produção. Além disso, os governantes aproveitam a baixa renda dos pequenos produtores e as condições climáticas desfavoráveis à produção no semiárido baiano e promovem políticas compensatórias que não tem como objetivo solucionar o problema, mas servir de manobra eleitoral para permanecer no poder público por mais tempo. As consequências dessas relações desiguais vividas cotidianamente pela população que trabalha e resiste no campo do Território de Identidade Portal do Sertão.

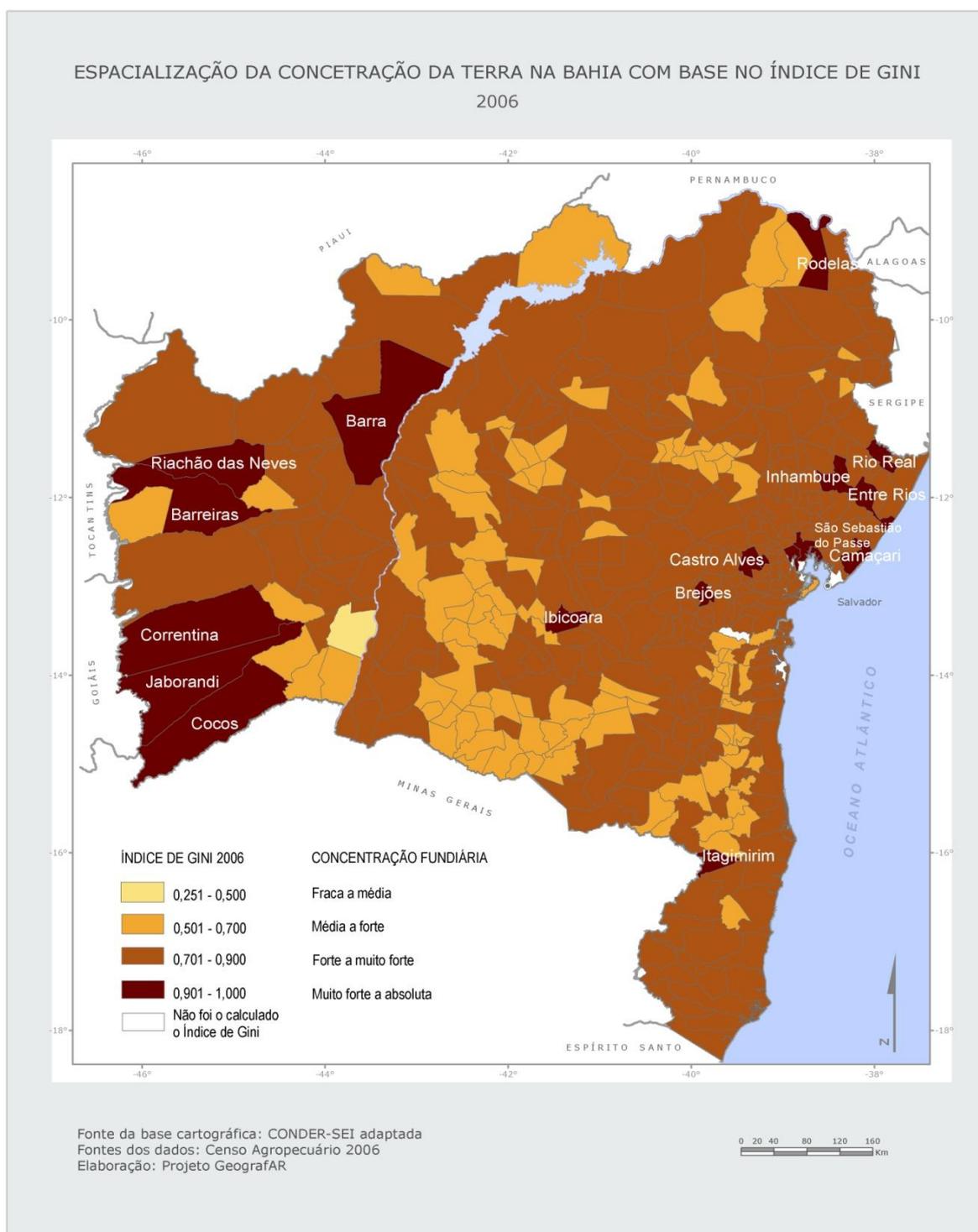
A questão agrária vai além de problemas conjunturais é uma questão de cunho estrutural em que a propriedade rural, as formas de relações sociais que se estabelecem e as condições de produção no espaço agrário se inter-relacionam e constituem uma estrutura social que considera as relações de produção, de distribuição e de apropriação (Gutelman, 1974) nas diferenciações entre classes sociais. As consequências das diferenças sociais resultantes dessas relações mediadas pelo trabalho são visualizadas ao analisar o índice de Gini³ que a maioria dos municípios pertencentes ao semiárido baiano esta entre a categoria forte e muito forte como pode ser visto no mapa (3) espacialização da concentração da terra.

Como estratégia para minimizar as consequências da desigual distribuição de terra e renda no campo alguns movimentos sociais levantam a bandeira da Reforma Agrária. Muito se fala em reforma agrária, mas pouco se busca compreender seu real significado. Para se alcançar a verdadeira reforma no espaço agrário deve-se mudar inicialmente a estrutura social vigente, onde a maioria da população é refém da minoria detentora do capital, e conseqüentemente a

³ Índice de Gini: mecanismo responsável por medir a distribuição de um bem, quanto mais se aproxima de 1 maior o grau de concentração. Nessa pesquisa é utilizado para medir a concentração fundiária nos municípios.

mudança na estrutura agrária com o fim da renda fundiária (Gutelman, 1974). Constata-se que no Brasil não existe reforma agrária e sim políticas agrárias, para além da questão social pensa-se no viés da produtividade. O semiárido baiano é parte dessa realidade.

Mapa 3 Espacialização da concentração fundiária, índice de Gini Bahia - 2006



O Território de Identidade Portal do Sertão é parte dessa realidade de concentração fundiária, os 17 municípios que compõem o Território possuem concentração, com índice de Gíni entre 0,715 em Irará e 0,9 em Amélia Rodrigues conforme dados do Projeto GeografAR/ IGEO/UFBA. O que configura a concentração no Território entre forte e muito forte, significa dizer que poucos agricultores são proprietários de quase todo o espaço agrário. Se analisar a série histórica dos últimos dez anos do índice de Gíni para os municípios do Portal do Sertão (tabela 2) é possível constatar que não ocorreram grandes mudanças, a concentração fundiária é uma realidade visível no Território. Apenas 4 municípios apresentam uma pequena diminuição no índice de Gíni no período exposto (Anguera, Irara, Santanópolis e Terra Nova). Os maiores crescimentos aconteceram em Santa Barbara, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, questão essa que remete a estudos mais localizados para identificar o motivo dessa alteração.

Tabela 2: índice de Gíni da concentração fundiária por município no Portal do Sertão

MUNICÍPIO	1996	2006
Água Fria	0,854	0,785
Amélia Rodrigues	0,961	0,9
Anguera	0,839	0,793
Antonio Cardoso	0,861	0,876
Conceição da Feira	0,763	0,794
Conceição do Jacuípe	0,839	0,868
Coração de Maria	0,826	0,846
Feira de Santana	0,844	0,851
Ipecaetá	0,769	0,789
Irará	0,755	0,715
Santa Barbara	0,737	0,801
Santanópolis	0,814	0,783
Santo Estevão	0,703	0,826
São Gonçalo dos Campos	0,703	0,825
Tanquinho	0,713	0,801
Teodoro Sampaio	0,782	0,787
Terra Nova	0,863	0,756

Fonte: Projeto GeografAR, 2011.

Elaboração: Solange Maria Santana Couto, 2013.

A desigualdade social expressa pela questão agrária no Portal do Sertão também se manifesta nas condições de vida da população. A precariedade em que vivem as famílias moradoras do campo vai além da falta de terra e de condições de produção, muitos sofrem com a falta de condições mínimas de sobrevivência como alimentação, moradia, saneamento, saúde, educação e trabalho. Diante dessa realidade eclodem manifestações populares de luta contra as condições de desigualdade a que são submetidos.

A ação dos sindicatos e movimentos sociais é necessária, pois tem como meta transformar a realidade do campo com melhoria de vida para o trabalhador rural e pequeno produtor. Como

expressividade dessa luta identificam-se em 2010 a existência de quatro acampamentos com o total de 628 famílias identificadas, sendo um dos acampamentos sem identificar as informações necessárias nessa pesquisa como apresenta a tabela 3, quatro associações de pescadores e pequenos aquicultores em 2011 como podem ser vistos na tabela 4 e na tabela 5 são visualizadas 16 comunidades quilombolas entre 7 dos 17 municípios do Território. As manifestações sociais representam que a população não está satisfeita com as condições que são postas e buscam agir da melhor forma possível a fim de minimizar o problema agrário. Mesmo com a desigual distribuição de renda como importante fator de diferenciação social no Portal do Sertão, na análise do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural (PDTR) do Estado não é possível visualizar propostas de mudanças estruturantes para a realidade social descrita anteriormente.

Tabela 3: Acampamentos Identificados no TI do Portal do Sertão Bahia, 2010.

MUNICÍPIO	ACAMPAMENTO	FAMÍLIAS
Amélia Rodrigues	Fabio Henrique Cerqueira	128
Amélia Rodrigues	Usina Abandonada Itapetingui	400
Santa Bárbara	Canudos	100
Feira de Santana	Fazenda Mocó	Não identificado na pesquisa
Total	4	628

Fonte: INCRA, MST, FETAG, CETA e CPT (dados dezembro/2010).

Elaboração: Projeto GeografAR, 2011.

Tabela 4: Associações de Pescadores cadastradas na SEAP/BA Portal do Sertão. 2011

MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO	PRESIDENTE
Antonio Cardoso	Associação dos Pescadores e Agricultores Vale do Jacuípe	
Conceição da Feira	Associação dos Pescadores e Produtores de Conceição da Feira	Milton Marques
Conceição do Jacuípe	Associação dos Pequenos Aquicultores e Psicutores de Conceição do Jacuípe	José Raimundo Souza
Total	3	

Fonte: SEAP, CPP e Movimento de Pescadores e Pescadoras da Bahia (dados dez/2010).

Elaboração: Projeto GeografAR, 2011.

Tabela 5: Comunidades Quilombolas por município no Portal do Sertão/BA. 2010

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES QUILOMBOLAS					
Água Fria	Morro do Fogo	Paramirim das crioulas				
Antonio Cardoso	Paus Altos e Gavião					
Feira de Santana	Candeal	Lagoa do Negro	Lagoa Grande	Lagoa Salgada	Matinha	Roçad o

Irará	Crioulo	Olaria	Tapera
Santanópolis	Mocambinho		
Santo Estevão	Oleiros		
Terra Nova	Cambotã	Malemba	
TOTAL			16

Fonte: INCRA, MST, FETAG, CETA e CPT (dados dezembro/2010).
 Elaboração: Projeto GeografAR, 2011.

A realidade no Portal do Sertão não é diferente da maior parte do País, existe muita desigualdade social no campo e a população pobre sofre as consequências. Muitos dos pequenos produtores não têm condições de sustentar a família com a produção insuficiente, dificuldade de circulação da produção e o alto custo pago aos atravessadores e transportadores de seus produtos. A migração para outras formas de renda torna-se cada vez mais frequente, muitas famílias vivem de renda cedida por familiares ou oriundas de programas de benefícios sociais (Tabela 09, p. 83) ou buscam trabalhos acessórios onde possam suprir essas necessidades. Nesse período a função do gato (atravessador que contrata mão de obra pra trabalhar em outras regiões) é mais visível.

Muitos trabalhadores ao migrarem para outras regiões contraem dívidas de transporte, hospedagem, alimentação e tornam-se reféns dos empregadores; por mais que trabalhem não conseguem pagar, pois cada dia que ficam a dívida aumenta. Além disso, as condições de trabalho, moradia, higiene e alimentação são as mais precárias, vivem como escravos sem correntes. Sair dessa condição é cada vez mais difícil, é necessária a intervenção do Estado para garantir a cidadania e os direitos humanos a esses trabalhadores que vivem em situação análoga a escrava. 35 trabalhadores dos municípios pertencentes ao Portal do Sertão foram resgatados em outras regiões do País no período de 2005 a 2010 retornaram a seus municípios de origem e receberam o benefício do seguro desemprego, conforme o tabela 6 apresenta.

Tabela 6: Trabalhadores resgatados que receberam seguro-desemprego - Portal do Sertão (2005 - março de 2010)

MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS
Santanópolis	10
Água Fria	7
Terra Nova	7
Amélia Rodrigues	4
Feira de Santana	3
São Gonçalo dos Campos	2
Conceição do Jacuípe	1

Fonte: M.T.E

Elaboração: Projeto GeografAR, 2011.

A questão agrária no Portal do Sertão é caracterizada pela desigualdade, entretanto a atuação de movimentos sociais, como por exemplo, o MST e o MOC, não fazem grandes críticas nem participa dos debates sobre os problemas agrários no Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODES). Apesar da existência de movimentos sociais organizados, alguns, inclusive com sede no Território não há grandes ocupações. Conforme dialogo com representantes do CODES, existem no Portal do Sertão influências do poder político. Muitos líderes de movimentos sociais são filiados a partidos políticos, alguns chegam a tornar-se candidatos às eleições e outros têm cargos comissionados. Essa situação dificulta os debates, pois muitas questões levantadas têm como objetivo atender a demandas da classe social dominante.

Como consequência da luta por interesses individuais a população sofre sem ter a quem recorrer e a realidade agrária do Portal do Sertão continua a ser de desigualdade social. Constata-se que o número de cooperativas, consórcios e associações no Território é aquém do necessário à numerosa população do campo. O quadro 1 expõe a condição de propriedade por unidade, ou seja, quantas unidades possuem para cada tipo de produtor rural segundo sua condição de produção a partir de dados do Censo Agropecuário 2006, isso exemplifica as condições das classes sociais presente e atuantes no Portal do Sertão.

Quadro 1: Condição do Produtor rural nos municípios do Portal do Sertão/BA. 2006

MUNICÍPIO	SITUAÇÃO DO PRODUTOR									
	Propriedade individual	Consórcio ou sociedade de pessoas	Cooperativa	Sociedade anônima ou de responsabilidade limitada	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Água Fria	2247	9	1	6	2017	108	16	40	79	23
Amélia Rodrigues	638	5	-	-	467	-	3	17	29	128
Anguera	911	2	-	-	818	-	-	1	38	57
Antonio Cardoso	1574	5	1	-	1298	14	1	4	161	104
Conceição da Feira	989	7	1	1	702	-	6	7	250	40
Conceição do Jacuípe	615	37	1	2	549	2	33	5	69	1

Coração de Maria	3095	97	2	1	2855	4	24	68	278	26
Feira de Santana	8262	689	2	9	7824	-	18	15	952	160
Ipecaetá	3736	9	-	2	3289	4	2	1	236	223
Irará	2980	184	-	1	2627	-	17	125	372	27
Santa Barbara	1355	63	-	1	1221	-	1	2	148	56
Santanópolis	1739	160	-	-	1754	-	1	3	118	24
Santo Estevão	4609	19	2	3	3549	2	4	9	494	575
São Gonçalo dos Campos	1342	9	2	4	1184	-	6	10	110	104
Tanquinho	647	6	-	-	563	-	5	1	58	26
Teodoro Sampaio	368	20	-	4	355	-	1	3	13	24
Terra Nova	116	-	2	-	116	1	3	-	1	-
TOTAL	35.223	1.321	14	34	31.188	135	141	311	3.406	1.598

Fonte: IBGE Censo Agropecuário, 2006.

Elaboração: Couto, Solange Maria Santana, 2013.

Como pode ser visto no quadro 1 a realidade do produtor rural no Portal do Sertão é muito diversa, sua relação com a terra e resultado do contexto histórico de expropriação e exploração. Coexistem grandes, médios e pequenos produtores proprietários de suas terras com trabalhadores rurais assentados, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área. Todos lutando pelos mesmos objetivos: produzir na quantidade e qualidade necessárias a permanência no sistema capitalista de produção. A principal diferença entre essas classes e frações de classe é a condições em que são inseridos no processo de produção, de forma desigual. Os dados do Censo Agropecuário 2006 expostos no quadro1 demonstram a expressividade dessa relação no Portal do Sertão (PS). Além de expor a importância de discutir a questão agrária no Território, tendo em vista, sua influencia nas relações sociais dos municípios integrantes do PS.

No Portal do Sertão coexistem diversas classes sociais cada uma com atuação específica; destacam-se os pequenos, médios e grandes produtores, os trabalhadores rurais, as comunidades quilombolas, as comunidades de pescadores e pescadoras. A desigualdade social se expressa, principalmente na estrutura agrária onde o pequeno produtor não possui as condições mínimas de trabalho e renda e o grande produtor frequentemente aproveita essa situação para explorar mão de obra barata e de qualidade, pois o pequeno produtor já conhece a terra; nasceu na terra e aprendeu os saberes no convívio diário de geração a geração. O poder público não tem grande atuação nas questões relativas à concentração fundiária e a maior parte dos movimentos sociais não se manifesta devido a algum tipo de relação com o

governo. A população é cada vez mais refém das condições impostas pelo sistema capitalista de produção.

2.3 O SISTEMA PRODUTIVO NO PORTAL DO SERTÃO E A QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL

A opção por uma política de desenvolvimento territorial que tenha por base as atividades rurais deve considerar a conjuntura das transformações sociais, econômicas e ecológicas que ocorrem na área a ser atendida por esta política. O desenvolvimento agrícola torna-se um fator relevante na criação e implantação de uma política considerada de desenvolvimento territorial sustentável. Para Dufumier (2010) a ação do Estado envolve a correlação de diversas forças atuantes, pois é preciso conhecer a realidade em que se pretende atuar.

[...] o desenvolvimento agrícola se caracteriza, em primeiro lugar, por um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. A sua dinâmica passada e as contradições que dela resultam nos dias atuais deve ser bem compreendida para que se evidenciem tendências previsíveis para o futuro. Seria inócuo pretender transformar o desenvolvimento agrícola em uma determinada região sem antes compreender a dinâmica própria dos fenômenos que se desejam modificar. As intervenções do Estado só poderão levar aos resultados pretendidos se estiverem apoiadas numa certa quantidade de forças (econômicas e sociais) cujas evoluções recentes precisam ser apreciadas. Talvez seja útil reforçar as tendências que se destacaram ou, ao contrário, talvez seja desejável intervir na “contramarcha” mesmo assim, ainda é preciso compreender bem de quais tendências e de que “marcha” está se tratando. (DUFUMIER, 2010, p.60).

No Portal do Sertão a Política de Desenvolvimento Territorial é descolada do território, pois, apesar de ser implantada em um território com número significativo de conflito no campo, não se propõe a minimizar os problemas agrários, não aborda a questão, acredita-se que o principal motivo dessa desvinculação com o problema real está na origem. As propostas de programas e políticas públicas estão imersas em inúmeras intencionalidades que expressam as necessidades do sistema produtivo atual que tem como grande beneficiada a classe social dominante representada aqui pelos grandes produtores, principais interessados na permanência das desigualdades sociais no campo. As relações de poder se manifestam de forma a dificultar a participação real da sociedade nas decisões tomadas que irão interferir no cotidiano. As propostas encaminhadas para a plenária do CODES não levam em consideração as demandas da população agrária do Território, não consideram o desenvolvimento agrícola

que englobe todos os setores nem as dinâmicas dos fenômenos que caracterizam a realidade dos municípios pertencentes ao Território de Identidade.

O governo propõe o Desenvolvimento Territorial sem considerar a realidade sociopolítica do Território, pois o que se define nas reuniões do Conselho é como justificar o gasto com um programa, não são elaboradas propostas e encaminhadas ao governo, ocorre o inverso, o governo manda a proposta e os conselheiros definem se aceitam e como justificar o gasto para a União. São criadas propostas de programas específicos pra algumas áreas que devem beneficiar o campo, os movimentos sociais aceitam e se focam nisso, buscam os benefícios para seu município, ou sua comunidade geram conflito com as demais e deixam suas bandeiras de luta em segundo plano por um longo tempo até o momento em que são esquecidas.

As relações socioculturais que caracterizam os municípios pertencentes ao Território não são identificadas pelo governo antes da atuação. É pensada uma política nacional para o campo e as especificidades regionais e locais não são observadas. O reconhecimento do sistema produtivo agrícola deve contribuir na identificação dos principais problemas técnicos e econômicos enfrentados pelas distintas classes de produtores rurais, bem como seus objetivos e interesses.

A caracterização dos sistemas de produção agrícola tem por objetivo identificar e hierarquizar os principais problemas técnicos e econômicos com os quais se confronta cada uma das categorias de produtores. Ela visa notadamente a precisar bem as dificuldades que os agricultores experimentam para satisfazer melhor os seus interesses respectivos a partir dos recursos disponíveis (DUFUMIER, 2010, p.83).

Ao não reconhecer a dinâmica social, econômica e edafológica e climáticas do Território que se implanta a Política de Desenvolvimento Territorial, o Estado realiza intervenções consideradas, em muitos casos, insuficientes para atender as demandas da população por não considerar a complexidade inerente ao sistema produtivo e a utilização dos recursos disponíveis. A representante do Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana (CATRUFES) entrevistada na pesquisa, afirma que, a exemplo disso, tem-se a implantação de cisternas sem conhecimento da área a ser implantada e das necessidades da comunidade atendida, parte da população reclama que tem as cisternas, mas, são inutilizadas, a maior parte do tempo, por não ter água. A ação do Estado torna-se descolada da realidade

em algumas situações por não identificar os principais problemas do campo no Território.

Seria errado pretender formular e realizar intervenções apropriadas às condições e interesses dos agricultores sem ter uma boa compreensão da complexidade e das performances de seus sistemas de produção. Daí ser preciso analisar antecipadamente como os diversos recursos disponíveis (terra, força de trabalho, capital...) são alocados nas diferentes atividades agrícolas e avaliar os resultados econômicos da gestão global (DUFUMIER, 2010, p.83).

No Portal do Sertão o sistema produtivo reflete as consequências da questão agrária que envolve o Território. As relações de produção no campo são resultados da desigual relação de distribuição de renda. Enquanto poucos grandes produtores detém a maior parte das condições de produção, a maioria da população do campo é composta por pequenos produtores que tem pouca ou nenhuma condição de sobrevivência a partir da produção no campo. A maioria da produção no Portal do Sertão é realizada pelo pequeno produtor agrícola, para eles o saber fazer camponês é ensinado desde a infância. Os agricultores e agricultoras possuem múltiplas atividades, dispõem de diversas técnicas que são indispensáveis ao desenvolvimento da atividade agrícola.

A caracterização dos sistemas de produção consiste em evidenciar como os produtores associam várias atividades e técnicas agrícolas nas suas explorações, considerando principalmente a diversidade das condições edafológicas locais e as variações mais ou menos previsíveis do clima. A profissão de agricultor exige que ele realize um grande número de tarefas bem diferentes (preparo do solo, fertilização, proteção das culturas, cuidado com os animais, manutenção do material, conservação das colheitas, transformação e comercialização dos produtos...) que ele deve saber distribuir corretamente no espaço e no tempo. Os agricultores devem não somente dominar uma multiplicidade de técnicas particulares concernentes às diversas produções vegetais e animais, sendo-lhes também indispensável poder combinar melhor suas múltiplas atividades sem perder de vista o controle do conjunto (DUFUMIER, 2010, p.83).

A combinação das atividades transmite ao produtor maior responsabilidade com o conjunto das atividades até chegar à produção final em seu ramo agrícola. É preciso compreender o espaço e o tempo disponíveis para a produtividade. O Território de Identidade Portal do Sertão localizado na região semiárida baiana, suas principais características físicas são baixo índice de pluviosidade, solos fracos e pedregosos e vegetação arbustiva e rica em cactáceas. Essas características influenciam diretamente no sistema de produção agrícola. Os sistemas de

cultivo, criação e transformação devem considerar todos esses fatores combinados as condições sociais e econômicas da maioria dos produtores.

Nos limites de uma unidade produtiva, o sistema de produção agrícola pode ser definido como a combinação (no espaço e no tempo) dos recursos disponíveis e das próprias produções: vegetais e animais. Ele pode ser assim concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas produtivos: - sistemas de cultivo, definidos com base nas parcelas ou grupos de parcelas trabalhadas de maneira homogênea, segundo os mesmos itinerários técnicos e sucessões de culturas; - os sistemas de criação definidos com base nos rebanhos ou parte deles; - os sistemas de transformação, “na fazenda”, dos produtos agrícolas: debulha dos grãos, fabricação de cervejas de banana, fabricação de manteiga e queijo de fazenda, etc. (DUFUMIER, 2010, p.85).

Acredita-se que para realizar uma política de desenvolvimento territorial sustentável bem sucedida é necessária a análise do sistema de produção agrícola através da interação entre os elementos que o compõem. As relações entre os diversos subsistemas e as classes sociais que atuam no campo no Portal do Sertão caracterizam a realidade produtiva e os problemas que necessitam interferência do Estado. Porém no conjunto dos programas direcionados ao Território essa realidade não é considerada. Para Dufumier (2010) analisar um sistema produtivo consiste em examinar as interações e interferências entre os elementos que o constituem.

Analisar um sistema de produção nos limites de uma unidade produtiva agrícola consiste menos em conhecer cada um dos elementos que o constituem do que em examinar com cuidado as interações e as interferências que se estabelecem entre eles; - as relações de concorrência entre espécies vegetais e animais para a utilização de diversos componentes do ecossistema trabalhado; água, luz, elementos minerais, matérias orgânicas...; - a alocação da força de trabalho e dos meios de produção (e sua distribuição no tempo e no espaço) entre os diferentes subsistemas de cultivo e de criação: itinerários técnicos, sucessões e rotações de culturas, pousios, calendários de alimentação dos animais, deslocamento dos rebanhos, etc... (DUFUMIER, 2010, p.85).

A complexidade que envolve o sistema de produção agrícola destaca-se no conhecimento da realidade agrária. “É importante levar em consideração a complexidade interna de cada um dos principais tipos de sistemas de produção agrícola, evitando simplificações abusivas quanto ao seu funcionamento e a sua razão de ser” (DUFUMIER, 2010, p.86). Na questão agrária que envolve o Portal do Sertão toda essa complexidade encontra-se presente e atuante, se o Estado pretender agir de forma a minimizar a questão agrária do Território deve

identificar e reconhecer a importância desta complexidade também nas discussões de caráter agrário.

Para melhor compreender a importância da análise do conjunto do sistema produtivo agrícola nas discussões sobre as expressões da questão agrária no Portal do Sertão é necessário conhecer a realidade do Território de Identidade. Que tipo de produção se destaca, quais as classes sociais que atuam no campo e como atuam, como são utilizadas as terras e demais recursos naturais disponíveis e quais os principais problemas enfrentados pela maioria dos produtores rurais. Em posse dessas informações deve-se compreender como o Estado atua e o que ainda precisa ser feito. Para identificar essa realidade são utilizados dados de órgãos oficiais e de pesquisas anteriores.

Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006 no Portal do Sertão existem 348.335 hectares de área utilizada para a agricultura que representam 83.123 estabelecimentos agropecuários, deste total: 255 estabelecimentos são terras degradadas; 1.099 são terras inaproveitáveis para agricultura e pecuária; 15.050 são construções; e 6.019 são reservas florestais e águas, restam apenas 60.700 unidades próprias para produção agrícola. Na tabela 6 é possível detectar a distribuição das terras a partir de sua utilização no Portal do Sertão.

Tabela 7: Utilização das terras estabelecimentos agropecuários e área - Portal do Sertão/BA

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	Nº de ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	ÁREA (ha)
Lavouras permanentes	11.583	7.325
Lavouras temporárias	27.173	29.415
Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	1.269	7.470
Pastagens - naturais	10.282	95.017
Pastagens - plantadas degradadas	1.888	16.405
Pastagens - plantadas em boas condições	8.505	132.956
Matas e/ou florestas - destinadas à preservação permanente	776	11.637
Matas e/ou florestas - naturais	1.722	16.129
Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	52	4.875
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais	1.114	15.206
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas.	2.355	2.157
Construções, benfeitorias ou caminhos.	15.050	6.418
Terras degradadas	255	492
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária	1.099	2.833
Total	83.123	348.335

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Elaboração: Solange Maria Santana Couto, 2013.

A análise da utilização das terras no Portal do Sertão permite constatar que a maior quantidade de unidades de estabelecimentos utilizáveis se destina a produção de lavouras temporárias que, no Território, é realizada por trabalhadores rurais, pequenos e médios produtores que possuem pequena quantidade de terras, como informa o presidente do sindicato dos produtores rurais de Feira de Santana. Assim, a divisão das unidades de produção torna insuficiente o tamanho da área para a quantidade de famílias envolvidas no processo de produção. São citados como principais produtos do campo no Portal do Sertão a mandioca, milho, feijão, hortaliças e fruticulturas que abastecem tanto o mercado interno quanto externo, o principal fornecedor de produtos para consumo interno é o pequeno produtor rural.

No Portal do Sertão há significativa produção animal, os pequenos e médios produtores são responsáveis pela criação de animais de pequeno porte com maioria de ovinos e caprinos, pois são animais com menor custo para a criação no que se refere a área e alimentação, além disso são mais resistentes as temperaturas do semiárido. Os médios produtores são responsáveis por grande parte de animais suínos e aves além de possuírem alguns animais de grande porte. Os grandes produtores por possuírem maior capital disponível para investimento produzem animais de grande porte como equinos, muares e bovinos, segundo dados do sindicato patronal (fornecidos pelo presidente do sindicato, porém, não disponíveis para divulgação) o Portal do Sertão é considerado o maior produtor de bovinos do semiárido baiano, destaque para o município de Feira de Santana tendo a criação de raças com importância em escala nacional. Na tabela 8 é possível visualizar o número de estabelecimentos e a quantidade de animais em todo o Território de Identidade.

Tabela 8: Produção animal no Portal do Sertão – BA – 2006

PRODUÇÃO ANIMAL	QUANTIDADE
Bovino - Número de estabelecimentos agropecuários	10.865
Bovino - Número de cabeças	215.510
Bubalino - Número de estabelecimentos agropecuários	11
Bubalino - Número de cabeças	20
Equino - Número de estabelecimentos agropecuários	6.017
Equino - Número de cabeças	18.496
Asinino - Número de estabelecimentos agropecuários	3.598
Asinino - Número de cabeças	4.699
Muar - Número de estabelecimentos agropecuários	1.580
Muar - Número de cabeças	4.079
Caprino - Número de estabelecimentos agropecuários	854
Caprino - Número de cabeças	13.677
Ovino - Número de estabelecimentos agropecuários	4.680
Ovino - Número de cabeças	53.594

Suíno - Número de estabelecimentos agropecuários	8.723
Suíno - Número de cabeças	45.479
Aves - Número de estabelecimentos agropecuários	23.583
Aves - Número de cabeças	6.701
Outras aves - Número de estabelecimentos agropecuários	1.757
Outras aves - Número de cabeças	70.623
Vacas ordenhadas – Número de cabeças	15.047

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Elaboração: Solange Maria Santana Couto, 2013.

Apesar da diversidade de produção agrícola e pecuária detectada no Portal do Sertão são grandes os problemas na produção. Por pertencer ao semiárido o Território sofre com as altas temperaturas e a falta de água. A burocracia que dificulta o acesso a créditos e programas vitima a população semianalfabeta de trabalhadores rurais que cada vez mais necessitam migrar para outras atividades para de sustentar a família.

A questão agrária é pensada a partir de ações paliativas que visam camuflar o conflito e gerar na população uma sensação de problema resolvido. Enquanto a reforma agrária não for vista como reforma na estrutura agrária as desigualdades irão permanecer e o interesse da população em continuar no campo será cada vez menor. Ao analisar as relações de forças políticas, para quem vão os frutos das relações de produção, nota-se porque não há interesse em mudar a estrutura, o Sistema Capitalista de Produção visa o lucro e para que seja obtido é necessária a sujeição da maior parte da população a uma minoria privilegiada, àqueles a quem historicamente tem o direito de possuir capital em abundância.

3 EXPRESSÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO: O CODES/PORTAL E AS REIVINDICAÇÕES, PROBLEMAS E SUGESTÕES DAS CLASSES SOCIAIS DO CAMPO

As classes sociais que estruturam o espaço agrário no Portal do Sertão estão inseridas em inúmeras problemáticas e conflitos sociais traçados historicamente. A estrutura social e as diferentes condições de produção e reprodução da vida se destacam como raízes de outros problemas. Para compreender de que forma essa problemática se instaura e o que é feito para minimizar as consequências dessa situação é preciso analisar a questão agrária no Território de Identidade Portal do Sertão, como ela se expressa a partir da sociedade que o compõe.

Os pequenos produtores e trabalhadores rurais são reféns de um sistema que os submetem às condições impostas pelos detentores de capital. A maioria da população do campo sofre com a falta de condições mínimas de sobrevivência. Não possuem acesso aos meios de produção, as áreas que utilizam não são de qualidade e não podem investir em melhorias, pois, os recursos adquiridos são, em grande parte, utilizados para sobrevivência familiar.

Os grandes e médios produtores possuem recursos e condições para desenvolver atividades lucrativas no campo. Exploram mão de obra barata e não se consideram responsáveis pelos problemas do campo. Nos últimos três anos ocorreram períodos de longa estiagem; essa situação afetou todos os ramos de atividade agrícola, tanto o pequeno e o médio quanto o grande produtor sofrem as consequências desse período, em diferentes proporções. A grande diferença são as condições sociais, econômicas, políticas e culturais que cada uma dessas classes e frações de classes sociais possui para lidar com essa situação.

O poder público que deveria agir como mediador de conflitos e setor responsável por criar programas e políticas que minimizem as consequências de problemas naturais, age de forma a possibilitar a permanência das desigualdades sociais, camufla o conflito e cria um consenso forjado. As demandas da sociedade ficam em segundo plano e o poder público cria novas necessidades à população que acredita participar de uma sociedade democrática, quando a democracia é substituída pelas necessidades do sistema capitalista de produção. E alguns movimentos sociais são cooptados pelos detentores do poder e deixam as bandeiras de luta da sociedade para segundo plano com objetivo de reduzir os impactos dos conflitos sociais no sistema dominante.

3.1 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES

Os pequenos e médios produtores e os trabalhadores rurais no Portal do Sertão estão inseridos em uma lógica capitalista que os mantém submetidos a condições impostas pelo grande capital. Deles são retiradas as condições mínimas de sobrevivência e manutenção da família para atender a interesses da acumulação privada. Sem meios e condições de suprir as necessidades mínimas são obrigados a vender a força de trabalho, único bem que lhes resta. Assim, é crescente a quantidade de mão de obra disponível o que, pela lei da oferta e da procura, torna cada vez menor o pagamento realizado pelos empregadores. Essa situação obriga a população a migrar constantemente para outras atividades, distantes do saber fazer camponês historicamente construído.

Uma situação histórica que contribui para os problemas que envolvem os pequenos produtores e trabalhadores rurais é a concentração fundiária. No Portal do Sertão a pecuária de grande porte envolve a maior parte da área rural. A sociedade sofre com a falta de acesso a terra e a condições mínimas para produzir. Não há uma política estruturante para solucionar esse problema, pois não é interessante ao poder público reduzir as diferenças sociais, visto que são essas diferenças que sustentam o sistema capitalista atual.

Como estratégia para camuflar os conflitos o governo utiliza as bandeiras das principais lideranças sociais e transforma seus discursos em apresentação de programas de governo ou campanha eleitoral. A maioria dos representantes da sociedade civil que participa do CODES/PORTAL (tais como: representantes dos sindicatos dos trabalhadores, da FETRAF, Cooperativas, Associações, Movimentos Sociais, CATRUFs, ONGs e dentre outros) tem algum vínculo político partidário com o governo atual os exemplos citados são as lideranças do STR que são filiadas a partidos políticos e evitam conflitos que possam prejudicar a representatividade dos candidatos. A coordenadora do Polo Sindical foi candidata a vereadora em 2012, e se recusa a mostrar as falhas do governo e o secretário executivo do consórcio Portal do Sertão, escolhido por ser líder de campanha do prefeito de Amélia Rodrigues, atual presidente do Consórcio e do Conselho, são apenas alguns dos inúmeros casos que são vistos no território. As lideranças reconhecem os problemas existentes no campo, mas afirmam que o poder público atua no sentido de solucionar essa questão.

Quem tem a maior parte das terras nesse país são os latifundiários e quando mete pra dividir, pra compra dos latifundiários para reforma agrária e quando vê os grandes fazendeiros tá de frente batendo testa contra. Mas tem uma política de reforma agrária decente, ordeira de terra improdutivo não terra produtiva. Improdutivo para ser feita a reforma agrária. Também pra crédito fundiário, pode ser pra crédito fundiário e pode ser até terra produtiva, porém conversa com o proprietário e o governo, para que seja comprada essas terras, pelo menos crédito fundiário não é dada é comprada. Pode ser também, com certeza vai ter fazendeiros e fazendeiras que vai tá querendo, mas nós, desde que o governo aderiu, nós vamos pra luta independente de fazendeiro ou não nós vamos pra luta porque esse é o nosso papel. (secretária de políticas agrícolas e agrárias no STR/FSA e secretária executiva da CODES/Portal, entrevista concedida em 18/06/2013).

A representante do STR e CODES/Portal apresenta o conflito existente, mas justifica que o poder público realiza um papel mediador. Reconhece o grande produtor como entrave ao desenvolvimento do pequeno, mas não visualiza que as estratégias do governo tendem a beneficiar os grandes produtores, pois não é feita uma análise da documentação desses grandes produtores. O que o fazendeiro disser é assumido como verdade, a terra que ele declara é documentada, não há uma fiscalização nas fronteiras. As cercas são cada vez mais estendidas e o conflito só se apresenta quando um grande produtor se interessa pela propriedade de outro.

A história se perde no jogo de interesses, os trabalhadores que sofrem são esquecidos em nome de uma paz forjada pelos detentores do capital. Na questão sobre a existência de violência no campo a representante do STR/FSA e CODES/Portal afirma que nunca é noticiada violência porque não existe, pois para ela o movimento social não quer conflito e por isso nenhum grande produtor ou poder público age de forma violenta contra eles.

Eu acredito que não, violência eu acredito que não, graças a Deus nunca teve muita violência pode ser em palavras, mas violência física e outras até o momento, e eu espero em Deus que não. Até porque nós não queremos conflitos, queremos conflitos de ideias que é normal, agora outros tipos de conflitos não teve, e espero em Deus que nunca tenha. (secretária de políticas agrícolas e agrárias no STR/FSA e secretária executiva da CODES/Portal, entrevista concedida em 18/06/2013).

O discurso da representante do STR/FSA e CODES/Portal torna-se descolado da realidade se analisado junto aos números do índice de Gini (tabela 02), acampamentos identificados (tabela 03) e situação do produtor (tabela 05). São apenas alguns exemplos da violência

sofrida pelo pequeno produtor e pelo trabalhador rural no Portal do sertão e que não são abordados pela representante sindical.

A ação do poder público é vista como benéfica às classes menos privilegiadas. Para a representante do STR/FSA e CODES/Portal o governo atual tem agido em defesa do pequeno produtor. A burocracia criada pelo governo que não diferencia a condição do pequeno produtor da condição do grande e dificulta o acesso aos benefícios não é mencionada. A responsabilidade pela demora no acesso aos benefícios é dada exclusivamente às instituições financeiras. É nítido que o discurso tem como finalidade defender a ação de um partido político, sem apresentar os entraves de alguns programas e políticas.

Já houve isso do grande é quem tinha mais direitos era quem acessava o crédito, mas graças ao governo Lula pra cá depois a Dilma essas questões essa parte tem melhorado, graças a Deus nós temos acesso ao crédito, mas o que pode melhorar é o atendimento ao crédito, os bancos faz, faz e demora de aprovar, ai reclama que não tem funcionário, tem que ter, é uma outra coisa que o território vai debater é o concurso pra EBDA, concurso para os bancos, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, os funcionários precisam ser contratados para atender melhor aos trabalhadores. (secretária de políticas agrícolas e agrárias no STR/FSA e secretária executiva da CODES/Portal, entrevista concedida em 18/06/2013).

A burocracia criada pelo Estado confunde suas próprias políticas, se por um lado o problema da habitação rural é considerado uma questão agrária e o governo cria o Programa de Habitação Rural para minimizar as consequências da falta de acesso a moradia, do outro lado para ter acesso a esse programa é preciso ter a Declaração de Aptidão Agrícola (DAP), porém esse documento só é adquirido mediante título da terra e a maioria da população rural do Território de Identidade Portal do Sertão não possui essa documentação devido as condições históricas de expropriação e exploração que estes foram inseridos. A população do campo que não possui o título da terra não pode ter acesso ao programa e são responsabilizados pela falta da documentação.

Uma questão da regularização da terra é o programa de habitação rural pra o homem e a mulher do campo é a questão da DAP pra acessar. Tanto o crédito como a questão da pavimentação rural precisa ter DAP e precisa ter uma demanda muito grande de procura do agricultor e a gente tá lutando para vencer juntos com o agricultor essa dificuldade. (secretária de políticas agrícolas e agrárias no STR/FSA e secretária executiva da CODES/Portal, entrevista concedida em 18/06/2013).

No Portal do Sertão para ter acesso à DAP é necessária a comprovação de moradia com documentos oficiais ou de instituições representativas de no mínimo cinco anos, só após passar por todos os trâmites e receber o título da terra é que o pequeno produtor pode solicitar a DAP. Segundo a entrevistada ter a DAP não é suficiente para solicitar um programa como o de habitação rural ou pavimentação rural é preciso que tenha uma demanda grande para aquela comunidade. O poder público sempre encontra meios para dificultar o acesso da população aos programas sociais.

A APAEB representa o pequeno produtor rural na organização e comercialização dos produtos da agricultura familiar e tem parceria com o STR que é o representante legal dos trabalhadores rurais. Como avanço a APAEB conseguiu criar rótulos e códigos de barras para os pequenos e médios produtores que necessitam para comercializar legalmente seus produtos e não possuem recursos para criar uma marca. A parceria com universidades proporciona a qualificação nutricional dos produtos. São passos iniciais para a comercialização dos produtos da agricultura familiar de acordo com a legislação vigente.

Estamos ai na organização para venda dos produtos porque em questão de código de barra, rótulo, a APAEB já ta ai na questão de rótulo, de código de barras que a APAEB já conseguiu então a gente ta ai na fase final. Já estamos vendo a questão nutricional dos produtos com a universidade que já está inclusive produzindo amostras pra que a gente possa comercializar sem nenhum problema. [...] já temos uma indústria de polpa de frutas na Matinha que é da APAEB [...] já fazemos polpa de frutas para mais de oito colégios aqui em FSA, mas no estado é o sindicato quem fornece as polpas para a merenda escolar, para algumas pessoas individuais, também produz compostos para merenda escolar e também para algum mercadinho pra o comércio como algum mercadinho e alguma universidade. Agora a UFRB a gente já distribui polpa para merenda e agora aqui no SIM vamos com fé em Deus botar polpa para a merenda dos educados na universidade também tem que chegar a gente tamos organizando essa parte da comercialização. (secretária de políticas agrícolas e agrárias no STR/FSA e secretária executiva da CODES/Portal, entrevista concedida em 18/06/2013).

A circulação da produção é um problema recorrente no campo. Como mecanismo o Portal do Sertão possui uma indústria de polpa de frutas e convênio com a maioria das prefeituras para inserir produtos da agricultura familiar na merenda escolar, isso facilita o escoamento da produção, mas não é suficiente. É necessário o poder público criar meios que permitam maior liberdade para o pequeno produtor fazer circular suas mercadorias, por exemplo, reduzir a burocracia e criar estratégias de barateamento dos custos para a comercialização.

As ações do sindicato tem relação direta com a EBDA, pois os programas e políticas agrícolas e agrárias direcionadas ao Território de Identidade, são orientadas e executadas, na maioria dos casos, pela EBDA. Além disso, as coordenações da EBDA são constituídas por antigos representantes dos STRs. Assim, o Polo Sindical que representa os STRs age em parceria com a EBDA, as discussões sobre que grupos sociais formariam o Território surgiram dessa relação. Por esse motivo, apesar de haver outras representações sociais, no CODES/Portal a sociedade civil é representada pelos 17 STRs e o poder público pelas 17 prefeituras com direito a voz e voto paritários. Quando interrogada sobre a participação do STR no CODES/Portal a representante responde:

Não há dificuldade nenhuma o sindicato graças a Deus e ao sindicato. Se não fosse o sindicato não tinha construído porque por ele ter lutado e contribuído para que com o tempo tenhamos o conselho, sem o sindicato não tinha como que o território fosse o condutor dessa história foi o sindicato junto com EBDA, a discussão do território foi sindicato e teve a EBDA como parceira para que o Polo fosse um instrumento. Sindicato, Polo e EBDA foram os condutores desse conselho. (secretária de políticas agrícolas e agrárias no STR/FSA e secretária executiva da CODES/Portal, entrevista concedida em 18/06/2013).

O Território de Identidade Portal do Sertão foi criado pelo governo Estadual e os municípios que pertencem ao Território não foram consultados para definir suas identidades e afinidades com demais municípios antes da sua inserção no Portal do Sertão. Mas o Conselho, constituído depois da instituição do Território, é debatido entre EBDA, Polo sindical e sindicato dos trabalhadores rurais e até hoje os STRs têm maior participação e direcionamento das propostas, e asseguram as características rurais no Território. O Consórcio Portal do Sertão surgiu nas discussões do Conselho de Desenvolvimento Territorial com o objetivo de inserir os prefeitos nos debates voltados às demandas do Território, porém atualmente o Consórcio tornou-se um espaço de decisão das prefeituras sem necessariamente consultar a sociedade civil que é representada no Conselho. Sendo assim, houve uma inversão de valores que transformou o Consórcio em mais um entrave para o desenvolvimento do Território.

Durante todo o período de realização desta pesquisa buscou-se contato com a maioria dos representantes do poder público e da sociedade civil, pertencentes ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Portal do Sertão. Além disso, alguns movimentos sociais de expressividade no Território e que não participam do Conselho também foram contatados. Apesar de conseguir dialogar com alguns movimentos, estes se recusaram a debater a questão

a exemplo disso cita-se o Movimento de Organização Comunitária (MOC) que, apesar de dizer que compreendem a importância da pesquisa alegou não atua em nenhum dos 17 municípios pertencentes ao Portal do Sertão, segundo a secretária sua atuação é restrita a municípios do Sudoeste e do Território do Sisal. Quando questionada sobre o porquê de sua sede ser no município de Feira de Santana a representante informou que é apenas por uma questão de localização geográfica. Segundo ela a única informação que eles têm do território é sobre a localização de instalação das cisternas e que não tinha interesse em participar da pesquisa, pois acham irrelevante essa informação. Mesmo com essa resposta negativa foram feitas diversas tentativas de diálogo sem sucesso, apesar dos coordenadores conhecerem o projeto e a importância deste para a sociedade.

3.2 OS GRANDES PRODUTORES E SUAS REIVINDICAÇÕES

O Sindicato dos Produtores Rurais (SPR) é integrante da Federação da Agricultura do Estado da Bahia (FAEB) que, por sua vez é vinculada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA). É um sindicato patronal que representa os produtores rurais. Os SPRs dos municípios pertencentes ao Portal do Sertão representam todos os setores de atividade agrícola, não existe uma setorização das ações. As questões associadas a agricultura, a pecuária e a piscicultura são abordadas de forma relacionada. Para fins desse trabalho entrevista-se o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Feira de Santana (SPR/FSA) porque entre as tentativas de contato esse foi o único a se disponibilizar ao diálogo e também é o único que participa algumas vezes das reuniões do CODES/Portal, reconhece a existência da territorialização proposta pelo Estado e por esse motivo possui mais informações gerais, não apenas de seu município.

O sindicato patronal possui características diferentes do sindicato dos trabalhadores, não são realizadas reuniões, existe uma coordenação com conselho fiscal, secretaria executiva, tesouraria, presidência e vice-presidência, porém não se reúnem para definir ações, quando necessita de algum tipo de ação, eles são convocados. O presidente do SPR/FSA afirma que existem diferenças entre os sindicatos SPR e STR, que cada um segue um objetivo por isso suas estrutura e linhas de ação são distintas. Ele acredita que a mídia e os partidos políticos de esquerda responsabilizam os produtores pelos problemas que assolam o campo, que os STRs seguem esses pensamentos, mas pra ele o grande responsável é o sistema capitalista de produção.

Não, é como posso dizer assim. O sindicato patronal nossa característica é diferente do sindicato chamado sindicato dos trabalhadores, do trabalhador rural, não que exista assim nem da parte deles nem da nossa parte. Porque tem agricultor que se acha. Eu falo assim, mas também faço uma ressalva porque o pecuarista ainda é visto assim como aquele vilão da história como aquele cara que explora o trabalhador enfim. Na verdade é muito pelo contrário pra que haja um trabalho eficiente tem que haver uma simbiose. De patrão e de empregados em todos os setores não é? Agora isso aí tem culpa que de certa forma a grande imprensa, a mídia e, sobretudo esses partidos políticos também notadamente os partidos ditos partidos de esquerda que procuraram nos rotular porque eles fizeram assim, são os caras que exploram mão de obra barata e isso claro em todos os setores não só na agricultura, não só na pecuária como existe no ramo automobilístico uma questão que foi direcionada a nós e que nós reagimos veementemente. Porque acho que uma coisa não existe sem a outra não existiria as propriedades rurais se não tivéssemos o que, o trabalhador rural e não existiria o trabalhador rural se não existisse o que? O patrão se não existisse a propriedade rural e a propriedade rural lógico como o próprio nome já indica que é privada tem que ter um dono, um patrão isso aí é aquela relação mesmo do capitalismo mesmo isso aí só pode mudar quando se mudar, se algum dia mudar o sistema, o regime, ou seja, passar de um regime que não seja capitalista, como socialista, como um regime comunista, o regime comunista também tem lá as suas formas de combinações entendeu? De exploração também e tem mesmo. (Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Feira de Santana entrevista concedida em 10/12/2013).

O presidente do SPR/FSA segue a lógica capitalista da necessidade de existência da propriedade rural, do patrão e do empregado, para ele o trabalhador só pode se manter se estiver empregado em uma propriedade rural, não têm condições para produzir sozinho. O grande produtor não está disposto a mudar de atitude, a reconhecer a necessidade que tem do trabalhador rural para produção e pagar salários justos pela sua atividade. Para ele a justiça social só acontece se mudar o sistema, mas não se disponibiliza a aceitar um sistema que reduza sua margem de lucros.

No Portal do Sertão, como referido no capítulo anterior, a produção é muito diversificada, em destaque estão às produções de grãos, raízes, a plantação de mandioca é considerada muito extensa no Território. Como criação destaca-se a caprinocultura, ovinocultura, avicultura e suinocultura, mas o que tem maior importância econômica é a pecuária de grande porte, a bovinocultura proporciona reconhecimento nacional do Território de Identidade. Feira de Santana, município sede do Território de Identidade, se destaca como um dos principais criadores de gado em escala nacional com a criação de importantes raças mundialmente reconhecidas.

Quando nós tínhamos chuvas ou quando nos temos chuvas nós temos o que? Nós temos a mandioca, o feijão, o milho, essas seriam as produções, então, e na maioria das situações são culturas de subsistência na verdade, na região do recôncavo sim que nós temos a mandioca em plantação numa escala bastante ampla, mas aqui é a mandioca, feijão, milho e depois vem o que? A batata vem essas outras o aipim, enfim, mas o mais forte é isso aí. Feira de Santana já foi considerada o berço, digamos assim da agropecuária nacional, Feira de Santana sempre foi considerada o berço, o seleiro aí da pecuária baiana e também destaque a nível nacional, mas tanto nós diminuimos em quantidade de rebanho, nós tínhamos aí algo em torno de 10 milhões de cabeças, hoje eu ainda acredito que, órgãos oficiais dão conta de que perdemos um milhão de cabeças, mas eu calculo muito mais do que isso, porque nós tivemos tanto a perda pela mortalidade dos animais quanto os animais foram vendidos, retirados para outro Estado e não retornaram. Algo em torno de 40% desse rebanho no mínimo, temos regiões que a perda deve ter chegado aí a 60, 70%. Agora você coloca numa média não é? Porque, por exemplo, na região Sul da Bahia nós não tivemos a presença da seca tão fortemente quanto na nossa região notadamente semiárido, também lá pra Oeste, então você coloca assim uma média não tão assustadora como nós tivemos na nossa região aqui que nós estamos falando no semiárido, no sertão. (Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Feira de Santana entrevista concedida em 10/12/2013).

Para o representante do STR/FSA a importância da pecuária para o Território é minimizada após o longo período de estiagem, que teve como consequência a redução do rebanho em mais de 40%, o papel desempenhado pelo Portal do Sertão em escala nacional é substituído por outros Territórios do Estado. E a economia deste setor produtivo torna-se cada vez menor. Não só o pequeno produtor sente as consequências da seca o grande também é afetado no semiárido baiano.

Um problema abordado pelo SPR/FSA é a diminuição de mão de obra disponível. Para o Presidente do SPR/FSA a causa desse problema é atribuída aos programas sociais do governo. Segundo ele os programas servem para sustentar a população que deixa de trabalhar para viver de recursos disponíveis através de bolsas do governo federal. Afirma ainda que grande parte da população não necessita de bolsas, mas é beneficiada e por isso não aceitam mais trabalhar no campo, na visão dele a bolsa deve ser distribuída por merecimento não por necessidade.

Isso aí é uma diminuição, hoje você vê assim por um lado infelizmente e por outro lado até felizmente esses programas sociais que foram implantados pelo governo iniciado pelo governo Fernando Henrique e dada continuidade pelo governo do PT tanto com Lula como com a Dilma. Apesar de que existem programas que se adequam, talvez não uma camada, um segmento

da população rural, mas em troca por voto eles procuraram colocar todo mundo no mesmo bolo porque hoje você tem bolsa pra mulheres que procriam ou até, vou colocar dessa maneira, acho que incentiva na verdade. A maternidade entendeu? Porque tem a bolsa pra isso, não é verdade, então eu acho que deveria ser diferente. Eu acho que tem casos e casos, tem casos que realmente tem pessoas que merecem agora não você estimular isso ai e tal. Respondendo sua pergunta não com tanta objetividade, mas pra lhe dizer o seguinte que hoje a mão de obra ela tá difícil no campo em razão disso ai. Isso é detectado por todos, porque isso é óbvio se você ta oferecendo um dinheiro você não vai em busca, assim com tanta sagacidade, com tanta necessidade até o próprio emprego, o trabalho lá no dia a dia da lida no campo. (Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Feira de Santana entrevista concedida em 10/12/2013).

Se comparar a população total dos municípios em situação de pobreza ou extrema pobreza, 104.733 famílias, aos benefícios concedidos pelo governo, 96.796 famílias, é possível notar que, os benefícios concedidos estão aquém das necessidades do público alvo. Esses benefícios considerados transferência de renda (tabela 9) camuflam um problema ainda maior que é o da obrigação do Estado com sua população. O valor concedido à população na linha da extrema pobreza (famílias com renda per capita de até R\$70,00) é uma média mensal em torno de R\$70,00 por família. Se considerar gastos com energia elétrica, alimentação, gás de cozinha, transporte, saúde, educação, moradia e vestuário, esse valor torna-se sem sentido. O mercado de trabalho no campo absorve uma quantidade cada vez menor de trabalhadores e o valor que o grande produtor paga aos trabalhadores pelos serviços prestados é um desrespeito à classe trabalhadora. É preciso considerar também que os pequenos produtores, além de serem expropriados de suas terras não possuem as condições mínimas para produção, isso dificulta o sustento da família.

Tabela 9: Famílias beneficiadas por programas de transferência de renda, Portal do Sertão Bahia – 2010.

MUNICÍPIOS	CADÚNICO FAMÍLIAS CADASTRADAS	POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA	FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
Água Fria	3.724	5.308	2.830
Amélia Rodrigues	5.239	3.711	3.321
Anguera	2.107	1.444	1.569
Antonio Cardoso	2.828	2.420	1.761
Conceição da Feira	5.344	3.221	3.114
Conceição do Jacuípe	6.672	3.121	3.722
Coração de Maria	6.172	5.786	3.857
Feira de Santana	80.834	42.759	47.830
Ipecaetá	3.842	4.555	2.586
Irará	7.316	5.512	5.329
Santa Barbara	5.864	5.741	3.638

Santanópolis	1.869	2.225	1.299
Santo Estevão	11.628	9.747	6.949
São Gonçalo	6.445	3.897	4.285
Tanquinho	1.942	1.433	1.237
Teodoro Sampaio	2.075	1.905	1.481
Terra Nova	3.396	1.948	1.988
TOTAL	157.297	104.733	96.796

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: relatório de informações sociais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Relatório de Programas e ações. (CENSO IBGE, 2010).

Elaboração: Solange Maria Santana Couto, 2014.

Os benefícios oferecidos pelo governo à população de baixa renda são extremamente necessários à sobrevivência, sobretudo no campo. No Portal do Sertão, nota-se que, grande parte da população cadastrada e apta a ser beneficiada pelos programas de transferência de renda é deixada a margem pelo Estado. Na tabela 9 considera-se o número total de famílias que devem receber os benefícios do governo federal incluídas no cadastro por município e o total de famílias em situação de extrema pobreza. Ao comparar apenas esses dois dados com o quantitativo de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família notam-se que o número de benefícios concedidos está aquém da necessidade real da população. Nesse sentido, o comentário do representante do sindicato patronal sobre os programas sociais que reduzem a mão de obra disponível é uma justificativa para transferir a responsabilidade para outros, pois ele não considera as necessidades da população e ao salário que oferecem pelo trabalho no campo. Além disso, as questões relativas à falta de condição de produção que o pequeno produtor está submetido não são consideradas.

Os programas sociais são responsabilizados pela falta de mão de obra disponível no campo. Segundo o SPR/FSA a população se acomoda quando recebem um benefício e desistem de trabalhar para prover o sustento da família, as mulheres buscam engravidar cada vez mais para não perderem a bolsa, acredita que o governo facilita a sobrevivência do trabalhador e por isso ele não quer mais trabalhar. O presidente do sindicato reconhece a existência de novas tecnologias no campo que reduzem a necessidade de mão de obra, mas afirma que na região semiárida ainda é muito insipiente e por isso não justifica a redução da mão de obra.

Não isso também é um fator relevante a questão da tecnologia, da mecanização, mas em se falando no semiárido, falando do nosso sertão aqui infelizmente a tecnologia é uma tecnologia ainda um tanto pra não dizer atrasada, um pouco lenta não é? Esse seria um fator, agora o outro também que nós escutamos é essa questão de hoje ter esse lado assim, como eu diria mais fácil para o trabalhador. Até pra própria sobrevivência, por receber

essas bolsas ai, certo? Que pra nós, eu repito, eu não sou contra, mas eu acho que deveria analisar casos e casos acho que uma camada da população, que você vê isso, na população jovem ai, eu tô falando do campo mesmo que hoje com a globalização das informações são muito rápidas, hoje através da cibernética as informações são muito rápidas. Então todo mundo tem acesso e você vê aqui, e as vezes aquelas informações chegam também no campo e o campo não consegue responder a essas demandas mesmo que eles recebem ali via email, celular, facebook, enfim todas essas formas das redes sociais ai na minha opinião, eu não sou sociólogo, mas eu acho que todas essas informações mexem com a cabeça desse pessoal do campo e as vezes vão em busca das cidades, daquela coisa que é muito jogada assim na grande mídia, chega lá tá o choque (Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Feira de Santana entrevista concedida em 10/12/2013).

Além dos programas de governo o grande produtor responsabiliza também o acesso a informações que chega cada vez mais ao campo pela falta de interesse do jovem permanecer no campo. Para ele o acesso a novas tecnologias de informação não deveria chegar a essa camada da população pois não estão preparados para recebê-las. Para ele o fator responsável pelas migrações da população para as cidades é o excesso de informação adquirida. A falta de condições de permanência e sobrevivência no campo, os baixos salários pagos associado ao aumento no custo de vida não são mencionados como fatores relevantes à migração da população para outras formas de vida, ou mesmo para trabalhos acessórios.

O representante do SPR/FSA reconhece que no campo a população não é preparada pra enfrentar as adversidades do mundo atual, na maioria dos casos, no Portal do Sertão não há educação de qualidade nem preparação para as exigências do mercado de trabalho atual. Quando chega aos centros urbanos a população rural não consegue alcançar o padrão de vida desejado. O entrevistado acredita que grande parte da população que migra para as cidades se envolve com a criminalidade e trabalham com a comercialização de entorpecentes. Ele reconhece que é preciso criar condições para permanência do homem no campo, mas não oferece nenhuma proposta de solução por meio dos grandes produtores, nem do poder público.

Chega aqui não consegue ainda um emprego porque não tiveram esses preparos lá no campo, ai eu acho que quem vai absorver muito dessas parcelas ai? Quem vai absorver? Vou fazer esse questionamento a você, o que é que você acha? Quem vai absorver e o que a gente tem visto aqui na estatística de Feira de Santana é quem? É a droga, não é verdade? É a droga não é? Que pra a droga também passa a ser uma mão de obra barata e pra quem entra é extremamente cara, porque às vezes, não na maioria, paga até com a própria vida né? Você vê aqui os índices, a faixa etária desse pessoal dos crimes que acontecem aqui diariamente, são até menores ou pessoas com

faixa etária dos 18, 21, 22 anos e se você for observar pra fazer um inquérito muita gente ali é oriunda, é procedente lá do meio rural, dessa zona rural, então eu acho que o que nós temos que fazer é procurar dar condição pra fixar o homem no campo e ver qual o ponto que ele gostaria de explorar, o homem do campo no campo dar condições. E se você disser “a como produtor, como pecuaristas vocês não tem a culpa?” Talvez sim, talvez não porque a gente tá fazendo, logicamente a nossa parte, porque hoje você sabe que pra criar o custo é muito alto e isso também reprime um pouco e nós mesmos, nós aqui do semiárido desse sertão sofrido, essa seca é um fator determinante, limitante mesmo você vê que nós aqui, nós estamos vivendo essa seca ainda, foi um desastre, uma coisa assim bastante grave, bastante séria com prejuízos incalculáveis pra todos os setores não é da nossa economia tanto da pecuária, quanto da agropecuária como um todo não é? Então o que é que acontece também nesse período aí? Muito desemprego, muitas pessoas do campo tiveram que migrar pra outras regiões, migram pra outros Estados em busca de trabalho porque nós mesmos se tínhamos 10 trabalhando no campo passamos a ter dois no máximo entendeu, em função dessa situação que não é uma situação particular é uma situação que veio e virá muitas vezes ainda porque nós estamos em uma região bem seca mesmo. O governo tem feito pouca coisa pra conviver efetivamente com a seca, tem muita oba oba político como nesse último governo mesmo que teve muito oba oba político que fez isso, fez aquilo outro, mas a gente sempre vê que no dia a dia mesmo pouco é feito. (Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Feira de Santana entrevista concedida em 10/12/2013).

Para justificar a falta de interesse em contribuir para melhoria nas condições de vida da população do campo o grande produtor responsabiliza o alto custo da produção e a escassez de água potável, devido a redução nos níveis pluviométricos ao longo dos últimos três anos no semiárido baiano. Ele considera pequena a ação do governo diante da imensidão do problema ocasionado pela estiagem prolongada, como consequência disso ampliam-se os índices de desemprego no campo e a população é obrigada a migrar em busca de melhores condições de vida. O governo divulga muitas ações, mas, segundo ele, não realiza o proposto e a situação se agrava ainda mais.

Segundo o SPR/FSA o governo tem implementado ações com o objetivo de camuflar o problema ocasionado pela estiagem. Para ele a ação não chega a ser sequer paliativa. São realizadas ações mínimas que não solucionam o problema da seca, mas cria na população o sentimento de dependência. As atividades realizadas pelo governo são consideradas “moeda de troca”, uma prestação de serviço em troca da aquisição de votos. O representante do SPR/FSA propõe que o governo inclua alternativas mais duradouras como estratégias de captação e armazenamento de água e alimento, barragens e açudes de grande porte, não é

preocupação do entrevistado as consequências dessas ações para a população menos favorecidas se não forem bem planejadas.

Se eu disser a você que alguma coisa não foi feita eu estaria sendo radical, eu estaria sendo talvez até inconsequente por falar que nada foi feito, algumas ações foram empreendidas agora eu não diria nem básicas, veja bem infelizmente ainda existe aquela coisa do é dando que se recebe, eu acho que o governo, eu tô colocando os políticos de uma maneira geral, com algumas poucas e raras exceções que veem a coisa dessa maneira. Só pra te fazer uma pergunta: você acha que carro pipa é uma solução que vai resolver o problema da água? É o paliativo do paliativo, você sabe por que eles utilizam o carro pipa, na minha opinião eu não sou o dono da verdade. Na minha modesta opinião é uma moeda de troca não é? Se eu fosse um trabalhador e tivesse na minha comunidade, ou mesmo como empregador, se eu tiver faltando água pra beber e a pessoa chegar lá com um carro pipa eu vou até achar, a depender do depoimento daquela pessoa, que o cara tá me prestando um favor, na verdade isso é verba do governo federal, agora só que mesmo vindo essa verba parece que eles já fazem isso pra criar uma relação de dominação, de dependência, ao invés de construir algo assim, mesmo que não seja permanente, mas que seja um período bastante prolongado como barragens, açudes de grande porte, se fizesse formas e maneiras de captar e guardar estrategicamente a água e o alimento, tanto pra o ser humano quanto pra o gado, pra o rebanho no caso bovino, equino, caprino entendeu. Mas existe isso aí, então é aquela moeda de troca do voto, fica lá levando o carro pipa, uma cisternazinha. Agora mesmo nós estamos passando por um período pré-eleitoral então, observando muito isso aí o governo distribui cisterna, distribui cisterna, quer dizer a seca, eu não diria que a seca acabou, mas deu uma amenizada. As chuvas que tem caído amenizou sobremaneira ai esse problema, mas você encontra frequentemente ai esses programas do governo distribuindo cisternas, agora como não fez isso há dois anos atrás? Porque agora tá perto das eleições, agora tem gente que quer que a coisa aconteça de outra maneira, se perguntar vocês não queriam cisternas a aquelas pessoas que estão lá? Óbvio que sim, mas porque não já não fez com bastante antecedência, deixou pra fazer isso agora proximamente as eleições? Não é o antes tarde se fizesse isso há dois anos, nós já passamos por outras situações de seca e também não foi feito nada também não foi feito nada entende? (Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Feira de Santana entrevista concedida em 10/12/2013).

Apesar das chuvas do último ano o presidente do SPR/FSA afirma que não foram suficientes, e que o governo não criou alternativas para captação da água. Ele acha necessárias as ações do governo, mas não concorda que sejam implementadas próximo as eleições, pois a estiagem é uma situação historicamente prevista para o semiárido por isso não justifica o período em que o governo tem atitude a esse respeito. As consequências da estiagem foram devastadoras para os produtores, segundo o representante da classe muitos precisaram se desfazer de alguns bens para não abandonar a atividade rural.

Eu diria a você só pra resumir que o grande virou médio, o médio virou pequeno e o pequeno praticamente deixou de existir. Quem criava mil cabeças de gado hoje tem 200, quem tinha 200 hoje tem 30, quem tinha 20 hoje não tem nada. Porque pra você ter uma ideia que ilustra bem, tem uma frase que nós utilizamos muito, as vezes nos tínhamos que vender um animal pra salvar outro ou comer um animal pra salvar quatro ou cinco. Vender pra fazer dinheiro pra poder comprar alimento pra aquele gado. Uma história pra você ter uma ideia que o governo divulgou, divulgou até a questão do milho mesmo, o milho foi chegar em doses homeopáticas em pequenas doses, o ano passado, ainda tivemos problemas na distribuição desses tão profalado, tão falado, milho que o governo disse distribuir durante esse período ai da grande estiagem que eu diria assim mais forte. (Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Feira de Santana entrevista concedida em 10/12/2013).

Segundo o entrevistado divulgam-se muitos programas e ações do governo, mas na realidade pouco é implementado e o que é realizado demora cerca de um ano para chegar aos produtores e isso prejudica o desenvolvimento da produção no campo. Para o SPR/FSA o longo período de estiagem acarreta mudanças significativas na estrutura social do campo e algumas classes sociais são suprimidas.

Em entrevista com o representante do SENAR/FAEB⁴ no Portal do Sertão constatou-se que, apesar da existência de cursos de capacitação rural no Território, a sociedade ainda não conhece seus direitos e por esse motivo não participa dos espaços disponíveis. O poder público e os sindicatos não se organizam nesse sentido a fim de promover melhores condições de vida e trabalho para o produtor e trabalhador rural. Os cursos oferecidos pelo centro de capacitação rural do SENAR sofre uma carência de pessoal dos municípios pertencentes ao Território que ele abrange e em alguns casos para formar turmas é necessário mobilizar, inclusive, outros estados. Essa situação é resultado da falta de informação das comunidades rurais. O representante do SENAR/FAEB afirma que falta maior envolvimento das prefeituras no campo e que os sindicatos também se fogem da responsabilidade.

O grande problema que eu acho é até a falta de um governo municipal, eu acho que a prefeitura deveria estar mais ligada ao campo, muitas vezes a gente busca a prefeitura pra trazer mais gente aqui da região, pra a gente capacitar, mas as vezes é complicado. Falta aluno da região, tanto que a gente que busca porque a gente tem uma quantidade de cursos por mês, a gente tem uma programação anual. Então a gente, pra não deixar, que todo

⁴ SENAR é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural disponibilizado pela FAEB - Federação da Agricultura do Estado da Bahia e tem como finalidade capacitar os pequenos produtores rurais para aperfeiçoamento e transformação de produtos agrícolas com o objetivo de participarem de todos os processos e disponibilizar os produtos para o mercado e assim obterem maior lucratividade na produção.

mês vem recurso pra a gente tá realizando os cursos. Então pra não deixar esse recurso ficar parado a gente tem que buscar turmas em outras regiões, em outras cidades. Lógico que a gente tem que atender não só Feira de Santana é a Bahia inteira porque aqui é uma regional. Mas a gente quer ter um compromisso maior com a região e trazer também pessoas de outras regiões. As prefeituras e os sindicatos [SPR, na maioria dos casos é o sindicato patronal, pois este possui demandas, estrutura e recursos para receber os cursos quando é necessário realizar no local], agora aquela empresa mesmo de São Gonçalo, que era antes Perdígão, precisou de um curso de tratorista agrícola só que solicitaram ao sindicato e o sindicato não atendeu. A gente teve que conseguir o curso pra eles, sendo que não era nossa responsabilidade, que era um curso já voltado pra área da agricultura, então tinha que ser feito via sindicato. Os principais problemas do campo é a falta de oportunidade de trabalho (representante do curso de capacitação rural do SENAR/FAEB no Portal do Sertão, entrevista concedida em 01/04/2014).

Segundo o representante do SENAR/FAEB a instituição age de forma estratégica para melhoria na produtividade do campo porque acreditam que falta oportunidade de trabalho e melhor envolvimento do poder público no campo. Para comprovar que seguem um objetivo positivo ao trabalhador rural é citado o exemplo de comunidades como a Matinha e sua produção de polpa de frutas para a merenda escolar, exemplo também exposto pela representante do STR como fator positivo no Território. Trabalham de forma diferenciada para cada tipo de curso. O centro tem estrutura para receber os alunos das comunidades que ficam tempo integral nos cursos de capacitação em transformação e aperfeiçoamento dos produtos agrícolas, mas quando os cursos são específicos da agricultura são realizados na comunidade e os sindicatos são responsáveis por oferecer as condições mínimas para que o curso aconteça. Dessa forma visam melhorias nas condições de produção no campo.

Por exemplo, posso citar dentro de uma comunidade de Serra Preta. Da Matinha em Feira o pessoal trabalha com polpa de frutas, o pessoal ganhou maquinário do governo pra produzir polpa de frutas, casa de farinha. Ganhou todos os equipamentos e depois que fizeram a capacitação sabem fazer, sabem produzir o beiju, biscoitos, polpa de frutas. Pra poder vender e trazer mais recursos pra comunidade. Então o pessoal que eu capacito aqui eles colocam em prática o que aprendeu, vendem os produtos e trazem mais recursos para a comunidade, então melhora a qualidade de vida deles. Outro exemplo é de uma comunidade aqui de Serra Preta o pessoal ganhou todo o equipamento de polpa de fruta só que ninguém sabia manusear, então veio pra cá tomou o curso e hoje já estão produzindo polpa de frutas. O nosso objetivo é ter melhoria na vida deles. Os cursos recebem uma faixa etária a partir de 18 anos. Nós trabalhamos com grupo fechado aqui no centro de treinamento. O SENAR trabalha diretamente no campo, vamos supor que você quer tal curso direcionado a agricultura, por exemplo, você quer um curso de cultivo de banana, o SENAR promove. Só que o SENAR, o que é que acontece, a gente leva um instrutor até o local. Vamos supor que você é

uma proprietária, você tem uma fazenda lá e você tem muitos trabalhadores que trabalham com inseminação artificial, você quer capacitar esses trabalhadores pra aperfeiçoar melhor o trabalho. Você contata o público com no mínimo 10 e no máximo 15 pessoas e aciona o sindicato, porque quando é no campo é via sindicato dos produtores, então aqui como é fixo, pode ser diretamente com a gente. Agora quando é no campo tem que ser via sindicato mais próximo da cidade ou da comunidade que solicitar. Ai entra em contato com o sindicato, o sindicato entra em contato com o SENAR e o SENAR leva um instrutor até a comunidade pra que o curso aconteça na realidade do trabalho deles. O objetivo é capacitar o homem do campo para que venha agregar valor ao trabalho dele, pra que venha trazer um melhor desenvolvimento pra o setor agrícola (representante do curso de capacitação rural do SENAR/FAEB no Portal do Sertão, entrevista concedida em 01/04/2014).

O objetivo do centro de capacitação rural é criar estratégias de desenvolvimento para o setor agrícola. A capacitação pode ser vista como auxílio ao produtor rural no sentido de melhorar a qualidade dos produtos agrícolas, mas sua finalidade é aquecer o mercado financeiro sem compromisso com a formação pessoal do individuo. Segundo o representante do SENAR nos cursos não há espaço pra formação política e social, como de fato não é seu objetivo. Mas se pensar a formação do trabalhador como meio de inserção estratégica no mercado capitalista a formação político-social torna-se uma ferramenta a mais para o desenvolvimento consciente de suas atividades. Mas para o SENAR, a formação se resume a questões de ordem técnica.

[...] o SENAR se você for olhar, faz um trabalho muito importante de ajudar aquelas pessoas, capacitar àquelas pessoas, dar o aprendizado a aquelas pessoas, dar oportunidade pra aquelas pessoas poderem colocar tudo o que aprendeu em prática. Não é simplesmente, é tanto que o nosso lema é o que? Aprender fazer fazendo, então no curso 10% é teoria e 90% é prática, então as pessoas aprendem a fazer fazendo. Então é diferente de um aprendizado acadêmico que tem mais sala de aula, que tem mais teoria, e prática quase nenhuma, enquanto aqui é mais prática, tanto aqui como no campo. Nos cursos não dá pra abordar questões políticas e sociais, o tempo é curto. O conteúdo a gente volta mais pra área dos cursos e a gente insere também a questão de mercado. Como ele melhora o produto dele, como ele busca mercado, como ele administra o negócio dele né? Porque não adianta fazer uma coisa que você não saiba buscar mercado nem administrar seu negócio, pra que venha realmente a evoluir. Quando a turma vem pra cá nossa secretaria faz uma entrevista com um responsável da turma. Ela procurar saber qual o objetivo de cada turma de estar aqui se capacitando. Se eles têm interesse em colocar esse trabalho pra frente, se eles já têm um projeto financiado pelo governo. Por exemplo, a gente tem muitas comunidades, vamos falar da Matinha, o pessoal, eles produzem polpa para servir para a merenda escolar. Então a finalidade deles em tomar a capacitação aqui é pra isso, pra através dos vários projetos que o governo tem [...] pra eles tá fornecendo essa merenda escolar pra prefeitura (representante do curso de capacitação rural do SENAR/FAEB no Portal do Sertão, entrevista concedida em 01/04/2014).

Nota-se também que para participar dos cursos não basta ter vontade e necessidade de trabalhar, é necessário que tenha as condições financeiras e de equipamentos necessárias ao desenvolvimento das atividades escolhidas. É preciso já ter projetos aprovados pelo governo ou recursos que permitam a aquisição destes equipamentos. Assim, os trabalhadores rurais e pequenos produtores, que esbarram na burocracia do poder público e que não possuem condições econômicas para adquirir maquinários, mais uma vez ficam à margem dos processos de produção. As condições para participar dos cursos de alguma forma segrega uma camada social apesar do SENAR afirmar que os cursos são gratuitos e disponíveis para todos que trabalham no campo independente da classe a que pertença.

O nosso público alvo é o produtor e os trabalhadores rurais. E o mais forte é os produtores. Geralmente aqui a gente trabalha com todo público: pequeno, médio, grande. Só que aqui no centro geralmente quem vem é o produtor rural, às vezes quem não é produtor, às vezes até da cidade também. A gente exige que seja alfabetizado, sabendo ler e escrever agente já trabalha com ele. O SENAR atende a todo público, a gente não escolhe trabalhar com grande, com pequeno, com médio não, a gente escolhe trabalhar com toda a comunidade que está ligada ao setor agrícola e agropecuária também. Os cursos são gratuitos, quem contribui com o SENAR são os produtores rurais, os grandes produtores. Todos os produtos agrícolas, vamos supor, uma máquina que você compra no mercado como produto industrializado e vem para o setor agrícola, tem uma porcentagem também que vai passar para o SENAR. É obrigatório para os produtores contribuir, é um imposto e o SENAR transforma esse imposto em capacitação para os produtores e trabalhadores rurais. [...] Cada um tem o seu mercado. O mercado do grande produtor não é o mercado do pequeno produtor. Por exemplo, o pequeno produtor da Matinha vai vender pra o centro de abastecimento, pra a feirinha. O grande produtor vai vender pra grande, vai importar, não vejo esse conflito com os grandes não, são mercados totalmente diferentes. Em Feira não tem muitos grandes proprietários aqui é mais agricultura familiar. Grandes proprietários você vai encontrar em outras regiões da Bahia, aqui na região é mais agricultura familiar que trabalha com plantio de mandioca, com algumas frutas típicas como banana, acerola, na região né? Tem feijão, milho, mas forte mesmo é a mandioca (representante do curso de capacitação rural do SENAR/FAEB no Portal do Sertão, entrevista concedida em 01/04/2014).

O SENAR recebe um recurso que, para o produtor rural é obrigatório pagar como um imposto, e realiza cursos de capacitação como forma de justificar a utilização desse recurso. Os trabalhadores rurais beneficiados, na maioria dos casos, são os que trabalham para o grande produtor, isso contribui diretamente com a produção desse grande produtor. No SENAR é muito bem clara a separação entre o pequeno e o grande produtor. Dizer que cada um tem um mercado específico é justificar as diferentes condições que as classes sociais têm

no sistema capitalista. O que não é abordada é a inserção de produtos das grandes empresas agrícolas nas feiras livres, consideradas mercado do pequeno produtor. É preciso lembrar que os produtos das grandes empresas, classificados como impróprios para exportação ou para venda em grandes redes de supermercados, são levados às feiras livres e vendidos a preços menores que o mercado. Isso dificulta a venda dos produtos do pequeno produtor, sobretudo porque os custos com a produção inviabiliza a venda a preços tão baixos quanto os da grande empresa agrícola. Sobre esse assunto o representante se recusa a falar e afirma que não tem informações a esse respeito.

Para o SENAR a maior parte da produção no Portal do Sertão é realizada pelo pequeno produtor. Mas se analisar dados referentes à utilização do solo no setor agrícola, nota-se que a os grandes produtores existentes utilizam uma quantidade infinitamente maior que o pequeno produtor, por exemplo: na criação 215.510 cabeças de bovino estão presentes em 10.865 estabelecimentos agropecuários, cerca de 20mil cabeças por estabelecimento; 13.677 cabeças de caprinos em 854 estabelecimentos agropecuários, em média 1,5 cabeça por estabelecimento (tabela 8, página 76); e no plantio 8.505 estabelecimentos agropecuários com 132.956 hectares de pastagens plantadas em boas condições em média 16 mil hectares por estabelecimento, quando para lavouras temporárias são 29.415 hectares para 27.173 estabelecimentos agropecuários em média 1,1 hectare por estabelecimento (tabela 7, página 75).

No Portal do Sertão, assim como em grande parte do país, nota-se a crescente migração da população do campo para a cidade, ou mesmo de um município a outro em busca de trabalho e melhor condição de vida para seus familiares. Ao perguntar ao representante do SENAR que fenômeno ele percebe como responsável por esta situação o entrevistado afirma que as novas tecnologias inseridas no campo reduzem as oportunidades de trabalho no campo.

O que você vê aqui no Portal do Sertão é similar ao que acontece, por exemplo, lá em Luiz Eduardo Magalhães, você tinha muitos produtores, muitos trabalhadores em uma fazenda, hoje, devido à agricultura de precisão, você vai ao campo, você vê tratores fazendo todo o serviço que antes era o que? Antes, por exemplo, eram os trabalhadores que faziam todo o serviço, vamos supor, faziam o sulco, adubavam. Ai depois veio as máquinas, ai as máquinas tirou muito trabalhador do campo, devido a que? Um operador sozinho na máquina ele coloca lá o implemento, arava, gradava, vinha lá com a plantadeira, plantava e não precisava de trabalhador braçal. Um trabalho mais rápido e que diminuía o número de trabalhadores. Hoje tá piorando mais, porque, vamos supor, não só aqui mais algumas regiões da

Bahia, vamos dizer, Chapada, Luiz Eduardo Magalhães, Barreiras, algumas regiões lá do Oeste, Chapada Diamantina, Extremo Sul, o pessoal também já está trabalhando com agricultura de precisão. Você vê qual a área que você quer limpar, qual a área que você quer adubar, qual a área que você quer plantar, você coloca lá o piloto automático na máquina agrícola, ela vai lá sozinha, sem ninguém, faz o mapeamento de toda a área coloca lá no GPS e a máquina só vai lá sem precisar de trabalhador nem operador de máquina nenhuma (representante do curso de capacitação rural do SENAR/FAEB no Portal do Sertão, entrevista concedida em 01/04/2014).

A utilização das novas tecnologias modifica as relações sociais no campo, mas não pode justificar a redução do interesse de muitas famílias em permanecer no campo. No Portal do Sertão nota-se que a falta de condições de produção do pequeno produtor e do trabalhador rural ocasionada pelo excesso de expropriação e exploração torna-se fator preponderante no distanciamento da sociedade da produção no campo. A falta de políticas estruturantes que visem mediar os conflitos e construir possibilidades de permanência no campo tem contribuído para a falta de interesse em permanecer no campo. O Centro de Treinamento Rural do SENAR/FAEB traz uma possibilidade de melhoria nas condições de produção no campo, mas suas ações só beneficiam quem tem condições de adquirir equipamentos necessários à transformação e aperfeiçoamento dos produtos agrícolas.

3.3 O QUE O ESTADO PROPÕE PARA MINIMIZAR A QUESTÃO AGRÁRIA NO PORTAL DO SERTÃO – BA

As características do modelo de gestão adotado por cada Território devem ser condizentes com sua realidade. No caso do Portal do Sertão, as ações dos movimentos sociais ligados à questão agrária, tornam-se cada vez mais presente nas discussões do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODES). A estrutura de representação do Conselho conta com o Centro de Apoio aos Trabalhadores (as) Rurais da Região de Feira de Santana (CATRUFs) como entidade de apoio financeiro. Assim, é necessário compreender como a política de desenvolvimento territorial tem atuado no Território de Identidade Portal do Sertão na concepção dos movimentos sociais envolvidos nas discussões traçadas a respeito dos avanços, desafios e perspectivas locais.

Em diálogo com a coordenadora do CATRUFs e primeira secretaria executiva do CODES/Portal, nota-se que na implantação do Território de Identidade Portal do Sertão a presença dos movimentos sociais ligados ao campo em busca de um fortalecimento, a fim de suprir suas demandas foi significativa. Ela cita como movimentos que participaram o MST,

MOC, FETRAF, Sindicatos rurais e Associações comunitárias, destaca-se que essa participação se deu no processo inicial de discussões no Conselho, mas com o passar do tempo essa participação foi reduzindo até o momento em que apenas os STRs permanecerem. A entrevistada afirma que o CODES/Portal ainda permanece com as mesmas características rurais de sua origem, as discussões são, em sua maioria, voltadas ao campo.

[...] ainda temos um modelo muito voltado pra área rural, por exemplo, a coordenação do conselho ainda é composta por representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e prefeituras. O quê que avançou? Uma das coisas que a gente priorizou nas discussões foi o Consórcio Público. Então nós somos um dos únicos territórios da Bahia que já discutimos e implementamos o consórcio público. [...] interessante que isso motivou as prefeituras a participar das discussões do território, então eles perceberam que é importante fazer essa discussão do geral, pra estar dentro do consorcio pontuando as dificuldades, pra fazer as dificuldades de força, pra trazer a conquista. Pra nós trabalhadores, trabalhadoras também achamos isso muito importante por que conseguimos trazer projetos [...] porque os sindicatos vão juntos lutar porque, por exemplo, o sindicato de Feira não vai sozinho e vai com outros 17 sindicatos lutar pelos interesses dos 17 municípios (Primeira Secretária Executiva do CODES - PORTAL e Coordenadora do CATRUF, entrevista concedida em 27/01/2011).

Desde a formação do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Portal do Sertão as discussões seguem no sentido de criar uma instituição ou autarquia pública que vise agregar prefeitos no intuito de unificar as demandas e angariar verbas públicas que atendam as necessidades dos municípios pertencentes ao Território. Assim instituí-se o Consórcio público do Portal do Sertão um dos primeiros no país a se consolidar, porém põe em questão a participação da sociedade civil nas decisões, pois o Consórcio é constituído exclusivamente por prefeitos e não consultam o CODES/PORTAL sobre a utilização de recursos. Para a entrevistada, o objetivo principal do Conselho é promover ação conjunta entre poder público e sociedade civil a fim de identificar as principais demandas locais, e assim possibilitar estratégias de solução dos problemas que assolam os 17 municípios que constituem o Portal do Sertão. Ao ser questionada sobre qual a função dos coordenadores e conselheiros territoriais nessa conjuntura e quem são esses representantes no Portal do Sertão, a ex-secretária afirma.

Veja só o papel dos Coordenadores e Conselheiros é discutir e pautar o plano de desenvolvimento para o território, e pense que é difícil, fazer isso a gente pensa que é fácil, mas pra você ter uma ideia a gente tem praticamente quatro anos tentando fazer isso. Então uma das funções dos coordenadores do território é promover um desenvolvimento para os 17 municípios, a outra

é ta participando da gestão dos territórios que somos 26 na Bahia, e tem política que tem que ser com todo mundo, e ta apresentando um pouco a dificuldade que cada território vive e ter um pouco o perfil do território. Porque o território é uma política de convencimento porque pouca gente entende. Então esses são os três objetivos da coordenação e do conselho [...] É entender que dentro do conselho nós somos conselheiros, não existe nem poder público nem movimentos sociais, [...] e então nós fomos chamados pelo conselho pra pensar uma coisa nova que cada dia nós temos aprendido é que temos que sentar na mesa com o poder público e definir questões que seja melhor pra todo mundo [...] o que a gente pode é se unir e pensar política pra todo mundo (Primeira Secretária Executiva do CODES - PORTAL e Coordenadora do CATRUFUS, entrevista concedida em 27/01/2011).

A proposta de unificar a luta pra atender as demandas em escala territorial tem como maior desafio interno igualar os olhares, fazer o poder público pensar como sociedade civil e sociedade civil agir como poder público. Desconstruir o confronto em prol de uma causa maior que é o desenvolvimento territorial. Porém essa proposta do Estado traz consigo intencionalidades que em alguns casos passam despercebidas, como por exemplo, o interesse em camuflar os conflitos e forjar um consenso sem que as principais demandas da sociedade sejam atendidas. A cooptação de alguns movimentos sociais transforma o discurso de suas lideranças que reproduzem as falas do governo sem observar se as propostas estão de fato sendo efetivadas. O território é considerado por ela uma política de convencimento, pois não é demanda da população dos municípios por isso é preciso convencer os municípios a participar o que distancia a ação das demandas reais da sociedade que não reconhece o território. A respeito das ações promovidas pelo Estado no Portal do Sertão para modificar a realidade a representante do CATRUFUS responde que:

A ação do estado no território vem da construção de casas populares nos municípios; nós temos o programa Água Para Todos em quase toda a zona rural, os programas de apoio a agricultura familiar [...] o fortalecimento da EBDA, mais uma coisa que tem fortalecido é a liberação do recurso pela CATRUFUS pra ta implementando projeto para o fortalecimento das redes da cadeia produtiva. Isso só foi possível porque a gente tem uma mobilização dos territórios. A gente tem vários setores, inclusive as conferências, todas as conferências que aconteceu foi do território, inclusive todos os conselhos hoje tem a participação do território, como por exemplo o conselho de educação (Primeira Secretária Executiva do CODES – PORTAL e Coordenadora do CATRUFUS, entrevista concedida em 27/01/2011).

As ações são implementadas de forma setorial, as propostas de políticas e programas são submetidas a conferências territoriais. Não é o conselho que define o que o território necessita, que tipo de política e programa deve atender a suas necessidades é o Estado e a

União que enviam os programas e o colegiado aceita ou não. Como já afirmado, todos os programas são aceitos pra não perder a oportunidade de ter ações em seu território. A preocupação com a quantidade de programas recebidos é maior que com a qualidade e a funcionalidade do serviço prestado.

A estrutura agrária no Portal do Sertão é marcada pela desigualdade, apesar da grande extensão territorial, o conflito agrário é uma realidade constante. Três problemas se destacam nessa questão: a concentração agrária por poucos grandes pecuaristas, os frequentes períodos de estiagem e a baixa qualidade do solo disponível ao pequeno produtor. O empobrecimento do solo e a falta de recursos para contratação de técnicos e realização de tratamento do solo dificultam ainda mais a condição do pequeno produtor. A EBDA reconhece esses problemas.

Falta terra né? Para o pessoal produzir e as condições da terra aqui também é problemática então os solos são fracos, precisa de tratamento né, então a grande dificuldade pra o pequeno, para a agricultura familiar é fertilidade do solo é trabalhar a questão de melhorar esse solo, de melhorar essa terra, a gente usa o termo fertilidade do solo, os solos aqui precisam de tratamento né? De compostagem, sei lá os termos técnicos, não sou muito dessa área, mas a gente entende também de acordo com as pesquisas que os técnicos fazem que já tá comprovado que o grande problema do nosso território da nossa área de abrangência é a questão do solo e é aliado ao fator terra e que a terra é pouca. A terra é pouca pra agricultura familiar. Tem muita terra agora é concentrada na mão de dois, três grandes fazendeiros que dominam tudo para os grandes pastos né? Que tem muito aqui se você da uma visita, faz uma rodada aqui na região se forem de helicóptero ai que você vê bem que fica bem acentuado que é tudo pasto. As terras melhores são para pastagem de gado, o grande quer gado. (Representante da EBDA, entrevista concedida em 13/11/2012).

A concentração de terras tem dificultado a produção do pequeno produtor porque além de não possuírem as condições necessárias para trabalhar a terra que possuem é insuficiente e com baixa fertilidade. Os órgãos públicos reconhecem que precisam agir para modificar essa realidade, porém, pouco é feito nesse sentido e o pequeno produtor não possui condições de arcar sozinho com esse problema.

Existem órgãos do Estado responsáveis por reconhecer e buscar soluções a esses problemas, porém esbarram em situações estruturais que impossibilitam a ação. A EBDA é uma empresa do Estado responsável por prestar serviços técnicos aos pequenos e médios produtores. É constituída de um corpo técnico e abrange uma área extensa que vai além dos Territórios de Identidade, a EBDA local abrange municípios pertencentes a três Territórios de Identidade

diferentes. Ela é responsável por realizar ações que reduzam problemas corriqueiros e situações extras como, por exemplo, a seca dos últimos três anos.

A EBDA é uma empresa prestadora de serviço. Então ela presta serviços na área técnica que é, por exemplo, agora mesmo na questão de animais que com essa seca que ninguém esperava que ocorresse. Quer dizer ninguém esperava vírgula, não se preparou né, historicamente não houve preparo pra incentivos de ações mais estruturantes como o governo chama e que a gente também entende que tem que ser. Ações mais estruturantes não houve né? Não houve condições de ser feito e aí as ações hoje continuam sendo paliativas (Representante da EBDA, entrevista concedida em 13/11/2012).

Apesar de reconhecer que o Território de Identidade Portal do Sertão está localizado no semiárido baiano, que os períodos de estiagem são constantes e que este período de seca atual ocorre sempre a cada 30 anos, o Estado não se programou no sentido de minimizar os efeitos desse fenômeno. A EBDA como entidade responsável por realizar acompanhamentos e assistência técnica ao pequeno e médio produtor se abstém do problema e afirma que faltam ações estruturantes do governo.

Além da assistência técnica que a EBDA é responsável por oferecer é também responsabilidade da instituição viabilizar algumas documentações para o pequeno produtor, como por exemplo, a Declaração de Aptidão Agrícola (DAP) com esse documento o produtor pode acessar algumas políticas agrícolas e benefícios sociais. O que parece ser uma estratégia de apoio ao pequeno produtor é na verdade um paliativo, pois o benefício que o agricultor recebe é aquém de suas necessidades.

O papel da EBDA é esse né? É prestar serviço nessas áreas aí diverge a gente faz tudo que é ligado a agricultura, pecuária é papel da EBDA buscar solução para isso aí. Buscar solução no sentido de dar orientação técnica aos agricultores então o que a gente faz muito aqui é fornecer a DAP (Declaração de Aptidão Agrícola) que é a identidade do agricultor, através dessa DAP o agricultor acessa as políticas públicas do governo federal que estão aí a disposição dos agricultores, então essa é um das funções da EBDA, através dessa DAP ele acessa todas as políticas públicas que estão disponíveis e aí vem a questão do agricultor com essa identidade que a gente chama de identidade do agricultor a DAP, com essa identidade ele faz o seguro da safra tá assegurado um valor durante um período que agora mesmo esse valor foi até ampliado, até o próximo ano eles vão receber todo mês um valor em torno de R\$135,00 parece, por mês por agricultor quer dizer que é por família a questão é que tem que ter a terra pra ter a DAP tem que ter a terra e plantar e por família independente da quantidade de agricultor que tenha, a não ser que as terras sejam diferentes. A DAP é familiar do casal se tiver filhos também é uma só DAP. Agora se o filho

tiver uma propriedade ele pode também fazer ele pode plantar um pedacinho dele e fazer a DAP dele também separado com outra família (Representante da EBDA, entrevista concedida em 13/11/2012).

A DAP é uma declaração recebida por família que possua o título da terra, se uma família tem cinco agricultores, mas só um tem o título da terra é a esse que a DAP é direcionada. Como a maioria das famílias do campo é numerosa, o benefício torna-se insuficiente ao desenvolvimento da produção. Se considerar a questão agrária do Portal do Sertão será possível visualizar que a maioria das famílias do campo não tem acesso a políticas por falta de acesso a terra que é condição para obter a DAP, documento de referência para o recebimento de benefícios. O governo cria estratégias burocráticas que dificultam ainda mais a situação de quem não possui condições mínimas de produção e reprodução da vida.

É também função da EBDA prestar orientações aos pequenos produtores sobre o que deve ser feito para ser beneficiado por uma política pública. Grande parte dos programas direcionados ao campo é intermediada pela EBDA como é o caso de projetos de sustentabilidade durante o período das secas. A EBDA torna-se uma instituição estratégica para o governo, pois de certa forma a maioria da população do campo estabelece relação com ela, em alguns casos de dependência para permanência no campo. A representante da EBDA entrevistada cita alguns exemplos da atividade da EBDA.

Então tem isso aí, orienta na questão de outras políticas, assim, tipo agora mesmo nos quintais produtivos que a EBDA vem orientando para que essas pessoas tenham uma sustentabilidade maior nesse período de seca, a questão da palma que é alimento pra animal caprino tem uma orientação no sentido de aumentar essa área de palma que no Estado. Então esse é um dos grandes projetos que a EBDA tem que hoje é também da própria secretaria da agricultura que é ampliar essa área de palma que chama de palma adensada né com tudo orientado plantio tal. O que é que isso quer dizer? O que é que isso significa? Significa que nos vamos ter alimento pra animais durante, se a seca realmente se prolongar como há essa indicação na climatologia que tá aí né do observatório, então há essa indicação de que a seca vá persistir. Com essa ampliação da área e os agricultores compreendendo a importância disso aí é que se tem um quantitativo bom de alimentos para os animais e combater essa mortandade que se verificou aí, tanto de animais de pequeno porte quanto grandes também né? Pequeno: galinha e porco e o bode e a ovelha e tal e também o animal que cada agricultor tem sua vaquinha pra seu leite (Representante da EBDA, entrevista concedida em 13/11/2012).

Por possuir importante relação com os pequenos produtores e ser responsável pelo encaminhamento de programas de abatimento territorial a EBDA torna-se uma instituição

fundamental nas relações entre os municípios pertencentes ao Território de Identidade Portal do Sertão. A sede do CODES/Portal situa-se no prédio da EBDA o que reforça o elo entre EBDA e Colegiado territorial o que reforça as características rurais do Território de Identidade. A articuladora do CODES/Portal justifica o envolvimento da EBDA nas discussões de políticas para o território.

Isso se falando de EBDA que hoje se falando da questão territorial é o órgão que o território, no caso aqui do Portal do Sertão tem muita relação porque consegue realmente atuar nos municípios e as políticas públicas que o Estado pontua pra o território perpassa pela EBDA. A questão do milho que passa aqui as sementes, essas coisas pontuais. Ai realmente é uma ponte, até pra que o Estado tenha ações passa pela EBDA pra servir como ponte e levar porrada pra divulgar as políticas públicas. Mas é o órgão que mais atua dentro do território de uma maneira mesmo que possa ser precária é quem mais atua e é próximo mesmo ao colegiado territorial. Por isso que a SEPLAN solicitou ficar aqui, por que a gerência tem uma boa relação, a gente participou da discussão, os fundadores participaram dessa discussão e tem uma boa relação. Há pouco tempo contrataram REDA ai não tem nenhum indicativo de concurso (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

A EBDA é a instituição responsável pelas relações dentro do território, pois atua diretamente nos municípios. O governo compreende as dificuldades que a EBDA enfrenta até conseguir realizar suas atividades, mas não age de forma a minimizar os problemas internos. Além da burocracia enfrentada pelos pequenos produtores até conseguirem ser beneficiados por uma política ainda têm que enfrentar a falta de infraestrutura e de pessoal qualificado da instituição. Apesar dos problemas enfrentados, nota-se que o governo está mais preocupado com as relações políticas internas que com a qualidade do serviço prestado e justifica o envolvimento com a EBDA por ter uma “boa relação com a gerência” e mesmo com essa boa relação não promove estratégias para facilitar o trabalho e melhorar o atendimento à população.

O Território de Identidade Portal do Sertão tem características rurais marcantes desde a base de sua constituição, pois, desde sua origem é composto em sua maioria por Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e Prefeituras. Ao longo do tempo foram convidados outros órgãos a participar, mas a maioria ligada ao rural como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), a APAEB, associações e cooperativas do campo, ONGs, entidades, Universidades. Apesar dos convites a outras instituições hoje continuam as

prefeituras e sindicatos como representação do poder público e sociedade civil, pois o estatuto ainda não está efetivamente modificado. As discussões ainda são muito específicas para o campo, pretende-se dividir o CODES/Portal por eixos de discussões para que outras áreas sejam atendidas.

O colegiado tem uma base rural no sentido assim porque hoje a composição dele é ainda sindicatos rurais e prefeituras, sociedade civil e poder público o colegiado até hoje é formado por 17 sindicatos e 17 prefeituras né? Paritário e querendo ou não a discussão ainda passa muito pelo campo vem muito da base do campo porque tudo surgiu com a agricultura familiar, com essas discussões então a base forte mesmo ainda é em cima disso, mas teve uma alteração do Estatuto do Território do Colegiado pra que esse colegiado se amplie não fique só entre sindicato e prefeitura, que entre universidades, entidades, ONGs, cooperativas, associações que tenham algum tipo de atividade no território entendeu? Pra isso ser mudado agora tem que homologar. Houve uma alteração que precisa ser homologada em assembleia e tem que fazer o regimento interno também pra criar os grupos de trabalho, grupo de cultura, habitação pra ter esses eixos temáticos dentro do território aí esse ano nós vamos ter que fazer isso tem um prazo até agosto desse ano pra homologar os conselhos territoriais, os colegiados, para que o Estado reconheça isso de uma forma legal. Porque conhece, mas de forma legal, escrita com marco legal tem que ser homologado. E homologar tem que ser de acordo com a lei do decreto da CEDTER e o Conselho Estadual dos Territórios pra que fique todo mundo unificado na mesma linha de pensamento. A maioria dos territórios está nesse mesmo caminho, são poucos ainda que estão no período de homologação, até agora só enviaram para homologar 6, ainda porque há muito ainda dos territórios que tem muita resistência porque tem muita gente nova, ramos diferentes. Por exemplo o Estado, o governo pede que a gente traga o privado né? Os setores privados para o debate então assim, eles já estão resistentes de sair disso porque aí se diz que com esse grupo já é difícil de discutir imagine entre eles né? Só que é um momento de construção a gente sabe que território não passa só pela agricultura familiar, passa por outros segmentos temos os problemas de saúde, de segurança, de cultura, de meio ambiente né? De tanta coisa que se passa, então não pode ficar só restrita a essas discussões do campo em fim. Apesar de que o rural perpassa todo o lado urbano, isso é fato né? Tanto que a seca tá aí e tá refletindo em todo mundo, mas a gente entende e tenta mostrar pra o pessoal que não pode ficar só nessas discussões só de sindicato, de prefeitura até porque prefeitura nem sempre participa, ainda mais com essas mudanças aí entrando novos prefeitos, tem que reconquistar essas pessoas que não conhecem a política territorial e trazer eles pra cá, pra essa discussão e tal. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

Toda mudança que se propõe realizar nos Territórios de Identidade deve estar vinculada às regras estabelecidas pelo Conselho Estadual dos Territórios para não se distanciar das propostas do governo do Estado. Os setores privados não tem interesse em participar das discussões por não se sentirem representados nas demandas apresentadas, além disso,

possuem condições de solucionar seus problemas individualmente. Apesar do Território de Identidade Portal do Sertão ter sido constituído na conferência realizada em 2007, até o momento ainda não há aprovação do Plano de Desenvolvimento Territorial e por esse motivo discussões como quem deve participar do conselho ainda são realizadas, isso dificulta a ação do colegiado. A constituição do Território a partir do governo é um elemento que pode justificar a falta de estruturação do conselho.

As políticas encaminhadas ao conselho para votação são políticas voltadas, na maioria das vezes, ao pequeno produtor que trabalha com agricultura familiar. Segundo a representante do CODES/PORTAL as propostas não são direcionadas as demandas dos grandes produtores, por não ser este o espaço de dialogo para eles e por esse motivo eles não manifestam interesse em participar das discussões. O governo diferencia o tratamento ao grande produtor, institui um departamento específico para o agronegócio vinculado à secretaria da agricultura, mostrando que não é interessante nem para o governo nem para o grande produtor a relação próxima entre estes e os pequenos produtores.

Pequeno produtor de fato são agricultores familiares, mesmo a base é agricultor familiar. Ainda não houve de fato um convite do conselho pra os grandes produtores participarem de uma política territorial. Os grandes não se interessam por essas discussões, porque assim, querendo ou não as políticas que hoje o Estado oferece, digamos assim pra esse público não é política pra o grande. Então o grande não precisa passar por essa discussão pra ter as coisas, o entendimento que se tem é esse a gente pauta isso. Tanto que o agronegócio existe uma secretaria especifica pra isso. Dentro da própria secretaria da agricultura do Estado tem o agronegócio que é voltado pra o grande, a nossa prioridade não é atender o grande, a nossa prioridade é atender ao pequeno mesmo pequeno, grupo de mulheres, jovens. O Grande paga pela orientação técnica não é prioridade da gente. A prioridade é atender a comunidade vulnerável, necessitada mesmo, não tem condições de arcar com isso não, e mesmo não tem pessoal pra isso. Não consegue atender ao pequeno direito imagine o grande, e os grandes exigem mais do que os pequenos. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

O Conselho justifica porque não tem como finalidade prestar atendimento ao grande produtor. Tem como prioridade atender ao pequeno produtor reconhecido como “comunidade vulnerável”. O governo reconhece que o pequeno produtor não exige o que é de direito por não ter conhecimento dos direitos que lhes são legalmente garantidos, talvez a estratégia de distanciamento estabelecida pelo governo entre pequeno e grande produtor tenha como finalidade impossibilitar ao pequeno o reconhecimento de seus direitos.

A questão agrária no Portal do Sertão é um problema a ser considerado no Conselho. Os representantes entrevistados reconhecem a carência de políticas nesse sentido, mas não trazem propostas que possam alterar a estrutura atual. O que tem de encaminhamento está apenas no plano da documentação, os pequenos produtores que moram na terra e têm como provar que moram há alguns anos e realizam atividades produtivas na terra e por questões burocráticas não possuem o título da terra estão sendo beneficiados por um trabalho proposto pelos movimentos sociais e realizado pela CDA de Regularização Fundiária no Território.

Regularização Fundiária, a questão da terra inclusive é um dos pontos colocados como prioridade ao território até porque esse ano já iniciou aqui e trouxeram o CDA pra fazer medição de terras e entregar o título, e já está fazendo nova medição de terra. Em Feira foram feitos agora duzentos e cinquenta e poucos cadastros para iniciar já a medição desse primeiro instante deles aqui e já está partindo pra outros municípios também, Iará. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

De um contingente de mais de duas mil famílias com problemas de acesso a terra no município de Feira de Santana, apenas duzentos e cinquenta casos são analisados, com séculos de atraso só agora a situação das famílias é posta em pauta. A mesma situação ocorre nos demais municípios Feira de Santana é citado por ser o primeiro caso analisado pela CDA. Mesmo de forma precária essa questão só é abordada e a CDA só está em atividade porque os sindicatos e movimentos sociais do campo atenderam as demandas da população, solicitaram uma reunião exclusiva pra discutir esse ponto de pauta. Quando questionada se o conselho visualiza que o movimento social tem lutado a representante responde que:

Tem, tanto que tem que conseguiu Feira, aqui mesmo no Portal, fez um documento mandou pra a CDA ano passado e o CDA vem pra cá, o superintendente veio pra cá que é seu Anselmo, é o coordenador geral, o diretor veio pra cá e se comprometeu a fazer todo o cadastro de Feira de Santana e do Território pelo menos assim no início de 5 a 6 municípios, depois fazer porque também não tem como abraçar tudo de vez, e ele foi bem claro. Só pra você ter uma ideia Feira de Santana tem uma demanda de 351 pra fazer e conseguiram fazer 250 cadastros por falta de documentação que o pessoal não trouxe. Sabe quantas pessoas estão fazendo tudo isso? Duas, entendeu? O Estado não faz as vezes concurso ai fica contratando REDA, acho que falta mesmo essa questão de se empenhar não é? A CDA entregou agora uma quantidade pra o governo cerca de 47 títulos. Que até isso você vê que o quantitativo é pouco. Já foram entregues e até hoje o pessoal não foi lá pegar, então o colegiado se articulou com eles, solicitaram uma pauta, organizaram um evento e chamou todo mundo para o sindicato pra fazer isso entregar, ai fez a entrega de títulos e fez o cadastro pra fazer novas medições

pra aqueles que ainda não foram contemplados que começou agora, ai foram 250 agora e depois começa a fazer outros, a gente optou assim, faz logo um tanto, termina e faz outro pra não ficar nessa enrolação. O pessoal do REDA vem pega toda a documentação e passa pra o setor de medição ai vai pra o campo pra medir e reconhecer a área. Quem solicitou foi o próprio colegiado. O colegiado percebeu isso e falou a gente vai mandar uma demanda pra o CDA. A gente chamou o CDA pra cá e mostrou a realidade do território, pronto ai começou Feira de Santana ai já foi pra Irará, foi pra Santo Estevão, já começou ai. Então essa demanda, essa conquista saiu do colegiado. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

A justificativa dada para a morosidade no desenvolvimento do que é proposto mais uma vez é dada pela falta de pessoal qualificado pra trabalhar na efetivação da proposta. O poder público tem meios, verbas e estrutura para minimizar os problemas no campo, porém não faz para atender as subjetividades impostas pelo sistema econômico vigente. Criam justificativas infundadas pra responder a questões de fácil solução e a população continua sendo submetida a interesses externos a seu grupo social.

Estrategicamente, a população não é informada sobre seus direitos, o governo aproveita a falta de informação dessa população e usa táticas para se beneficiar. Exemplo disso é a entrega dos títulos de terra finalizados. A falta de pessoal é novamente a justificativa para o problema. Foram aprovados e finalizados 47 títulos, mas a população não é informada e por esse motivo não teve acesso a documentação. A CDA, junto ao STR e o CODES/Portal realizou em 2012, ano eleitoral, um grande evento pra entregar os títulos, ano de candidatura da coordenadora do sindicato a vereadora pelo partido do governo do Estado acredita-se que essa é mais uma estratégia para utilizar as conquistas da sociedade como mecanismo eleitoral.

Com relação ao problema na distribuição das terras o CODES/Portal informa que reconhece a existência de terras disponíveis, mas que é necessária a comprovação de residência por parte do trabalhador rural de no mínimo cinco anos, por meio de pagamento de impostos ou associação a alguma instituição ou movimento social que possua cadastro comprobatório de residência. Mais uma vez a burocracia criada pelo Governo dificulta seu próprio trabalho e a população é quem fica prejudicada.

Eu vejo isso, existe terra sim, tem terra ai e muita, mas as pessoas que estão ai tem que comprovar que estão também nessa área, o Estado também não vai poder dar uma escritura sem poder também comprovar que você atua ali e que já tá ali a mais de 5 anos né? Existe essa burocracia também que é

correta, a gente também não pode dar nenhum tipo de documento pra a pessoa que diz: eu moro aqui, não comprove, e como é que comprova? Através de uma DAP, de um comprovante de endereço né? De um ITR, de um imposto que você paga por aquilo, ou alguma associação que você fez o cartão, do sindicato, então tudo isso pode servir. Agora o que eu acho que mais enrola é o corpo técnico mesmo entendeu? Você passa por uma burocracia de um Estado que tem que contratar uma empresa pra medir e esse empresa diz que vai e não dá gás ai, e la não quer produção entende? Eu vejo muito é o corpo técnico que falta. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

Em todas as questões levantadas o CODES/Portal afirma que a principal dificuldade é falta de pessoal pra trabalhar nas questões que envolvem o Território. Entre os trâmites burocráticos existem regras e prazos que precisam ser cumpridos pela população, caso não sigam esses tramites perdem seus direitos, mas quando se trata da conclusão por parte do governo qualquer justificativa é válida à não aprovação ou não cumprimento de prazos. E o pequeno produtor continua refém dos interesses que movem o poder público.

No Portal do Sertão as atividades da CDA são direcionadas a um público específico, os pequenos produtores posseiros ocupantes, pois estes residem na terra e não possuem documento de propriedade. Essa pode ser considerada uma estratégia do governo para evitar o confronto direto com os grandes produtores, camufla os conflitos existentes e apresenta a mídia que o governo trabalha em prol da sociedade.

As pessoas que lutam por terra já residem em suas terras digamos assim, mesmo sem ter título, mas já é sua não tem muitos problemas não [conflitos com grandes produtores]. Isso passa mais pela questão de posseiro, de ocupação. Essa questão de posseiro de ocupação passa mais pelo MST, nem tem tanto essa ligação aqui não é? Tem assentamento de reforma agrária, mas no colegiado eles não participam. No início até participavam, mas como o colegiado na verdade não participa de ocupação das terras na época não houve esse apoio um posicionamento do colegiado tem uns 5 anos ou mais. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

O não envolvimento do CODES/Portal nos conflitos ocasiona a ilusão de não existência destes no Território. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) age isoladamente do colegiado, pois, apesar de também possuir lideranças envolvidas com o governo essa relação tem outros objetivos que não são abordados no Conselho. A ocupação citada pela entrevistada refere-se a Fazenda Mocó, uma área experimental do Estado ocupada, localizada no município de Feira de Santana, houve reintegração de posse, mas os

acampamentos continuam no local. O assentamento é o Menino Jesus no Município de Água Fria que possui moradores oriundos de diversos municípios e desde sua formação tem problemas com o recebimento de créditos e os pequenos produtores têm dificuldades para permanecer no local, ao ser levantada a questão no colegiado não houve interesse em tentar solucionar o problema. Ao entrar em contato com o MST não foi possível à realização de entrevistas, pois os representantes não se mostraram disponíveis ao diálogo. O que ficou nítido nas diversas tentativas de contato foi a resistência em falar sobre o Território, quando os municípios foram citados separadamente a recusa permaneceu.

A questão agrária é um ponto de destaque no Portal do Sertão, mas não é o único problema, a água também é um fator de relevância para os produtores sejam eles grandes ou pequenos. Por pertencer ao semiárido, a escassez de água é realidade cotidiana no Território. Com esse período de longa estiagem a questão da água se destacou ainda mais nas discussões devido aos problemas consequentes desse período.

A água é o ponto de todo o problema, por conta da seca. A seca vem e acaba de vez, mas mesmo assim tem a questão de ter água pra produzir mesmo que eles falam né? Existem poços e cisternas, mas num processo que ainda não chegou pra todo mundo, muita coisa por falta da questão do título da terra, porque algumas políticas pra você acessar você tem que ter o documento da terra e se você não tem o documento da terra você não consegue acessar algumas políticas públicas. Então é uma coisa que você fica se eu não tiver isso eu não consigo acessar isso. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

Mais uma vez a burocracia que impede o pequeno produtor de ter posse da terra também o impede de ter acesso a políticas públicas. O governo sabe da existência do pequeno produtor, dos problemas que ele vivencia, tem os mecanismos para solucionar, mas não busca estratégias para facilitar a vida no campo. Mesmo sem saber os trabalhadores são responsabilizados pelos problemas que passam.

As estratégias do governo para minimizar os problemas do campo, são pontuais e paliativas. Camuflam os problemas por um curto período e a longo prazo nada é feito. A implantação de cisternas no período de estiagem não soluciona o problema, pois se não chove as cisternas permanecem vazias apesar da existência desse reservatório não há outras formas de captação de água subterrânea, para eficácia das cisternas é necessário sua construção antes do período

de longa estiagem para que estejam abastecidas em uma eventual seca. O envio de carros pipas é uma medida ainda menos eficaz, pois torna-se paliativa e provisória. O governo reconhece isso, mas não implementa políticas de efeito na realidade do campo.

A questão de cisternas não é ruim, todo mundo sabe quantas cisternas já fizeram. Tudo isso não é ruim tem que ser feito, mas agora a população quer algo estruturante, uma política estruturante e dizer nos termos uma política apropriada para o semiárido é isso que se quer. E tudo isso perpassa por essas situações não é? De água, de terra, de resumir a outra vertente, eu acho que tudo isso faz parte. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

A sociedade reconhece o problema e a falta de interesse do governo em solucionar. Nas reuniões do Colegiado fala-se muito em políticas mais estruturantes que reduzam a dependência que a população tem de alguns programas sociais. Porém, o que se coloca é que o colegiado não tem autonomia para definir sobre esse tipo de política. A função principal do colegiado é analisar o programa e levar proposta de como o recurso desse programa já existente pode ser usado no Território, caso seja aprovada sua inclusão.

Como o CODES/Portal não se disponibiliza a pensar e documentar propostas de soluções aos problemas do campo as organizações sociais se unem em busca de soluções. Como resultado dessas discussões realizou-se, de 28 a 29 de maio de 2013, a I Jornada do Semiárido baiano. Na oportunidade os pequenos produtores discutiram e aprovaram um documento com propostas de políticas eficazes para o campo, para isso utilizou como base experiências de outros estados com resultados positivos.

Algo que o pessoal fala muito é pra não ter medidas emergenciais como se fala, tem que ter mesmo uma política voltada pra isso, tanto que agora vai ter um evento do semiárido baiano que é uma luta do movimento social, sindicato que quer propor ao governo uma política estadual para o semiárido. Porque a gente sabe que a seca vai vir sempre então a gente não pode viver só disso questão de carro pipa, limpeza de aguadas isso tem que ser uma coisa cotidiana, contínua. Como é que a gente deve fazer no sentido de trazer novas tecnologias pra conviver. Porque existe ai tem a tentativa de trazer a EMBRAPA pra cá porque tem mais de 150 tecnologias. A CUT tá querendo trazer um pessoal do Ceará pra trazer uma experiência do observatório de lá do Ceará no reconhecimento do semiárido pra ter uma coisa concreta aqui na região pra saber o que é que se tem e o que tá precisando no intuito de dar um tratamento diferenciado no semiárido. Então estão preparando isso ai pra a jornada. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

O problema é que durante a Jornada, observa-se que as lideranças sociais, os debatedores e a maior parte do público presente fazem parte do governo. Os trabalhadores que chegaram do campo de caravana, só votaram nas propostas. É preciso considerar também a linguagem utilizada pelos debatedores não se aproxima da realidade dos trabalhadores, dos temas abordados pouco é compreendido. As propostas levadas ao governo federal, já estão no programa de governo. Como observação do evento, nota-se que é realizada mais uma atividade pra ficar no calendário de mobilizações, mas sem resultados diretos ao campo.

Outro problema que se destaca no Portal do Sertão é a dificuldade de circulação das mercadorias do pequeno produtor. Existem exigências que precisam ser consideradas para comercializar a produção. O Estado faz as exigências, não consideram a falta de condição de o pequeno produtor arcar com os custos e em seguida cria programas para minimizar os entraves que eles mesmos provocam. Os custos para produção e escoamento são altos para o pequeno produtor, em muitos casos não conseguem vencer essas barreiras e acaba encaminhando sua produção a atravessadores que pagam valores irrisórios que nem sempre suprem os gastos com a produção.

Existe um problema no escoamento da produção. Existe porque é um gargalo que a gente fala, o gargalo da produção, escoamento de vendas, de as pessoas até se organizarem mesmo. Tem gente que não tem ainda o entendimento que as vezes se limita a ter uma produção maior, a ter um nível de organização maior é complicado você escoar, você vender o seu produto, sei lá pra algum lugar, precisa de algum certificado, de algum selo, ai existe essa burocracia, as vezes não tem e o custo pra isso, o mesmo do pequeno é o mesmo pra o grande. Não tem uma diferença pra esses grupos. Essa dificuldade existe, mas tem grupos que conseguem, tanto que conseguem que tem ai o programa PAA pra alimentação que hoje temos 30% da merenda escolar que tem que ser da agricultura familiar, já tem pessoas que conseguem, mas tem que correr atrás, não é fácil não, tá melhorando, o governo tá incentivando. Tá melhorando, mas ainda trata o pequeno igual ao grande. Já que incentiva poderia ter um incentivo diferenciado também nessa burocracia pra o pequeno, até pra reduzir custo, alguma coisa ai, selo da agricultura, selo de não sei o quê, e as vezes o pequeno não consegue ter acesso, até por falta de assistência técnica que tem que ter uma assessoria, falta o próprio recurso que não se tem, então tudo isso inviabiliza de uma certa maneira. (Agente de desenvolvimento territorial da SEPLAN e articuladora do CODES/Portal, entrevista concedida em 23/05/2013).

Uma medida realizada pelo governo é direcionar a produção da agricultura familiar à merenda escolar. Essa medida contribui para o escoamento da produção, mas não soluciona o problema, pois o número de escolas e a quantidade de produtos adquiridos são insuficientes

para abarcar toda a produção familiar. É necessário repensar a carga tributária e a burocracia que dificultam o desenvolvimento das pequenas produções no campo. Os grandes produtores possuem recursos e meios para produzir, transportar e comercializar seus produtos a partir das regras que o mercado impõe e os tramites legais. O pequeno não possui condições de arcar com esses custos nem assistência técnica, porém as exigências são as mesmas para eles.

O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Portal do Sertão tem como objetivo discutir programas e projetos que beneficiam os 17 municípios que o compõe, toda a população tem direito a voz, mas a votação de propostas só pode ser realizada de forma paritária entre poder público municipal e sociedade civil. Nas discussões de implantação do CODES/Portal sentiu-se a necessidade em criar uma autarquia pública que facilite a execução das políticas públicas, pois o conselho não possui verba específica e alguns recursos que são responsabilidade das prefeituras em alguns casos não eram disponibilizados. A partir dessas discussões criou-se o Consórcio Portal do Sertão formado pelos prefeitos dos 17 municípios.

Há uns quatro anos atrás nas próprias discussões do Território a gente via a dificuldade de executar a política pública a gente via muita dificuldade em executar a política pública o Estado com braço pequeno as prefeituras com pouca condição financeira, muita dificuldade na equipe técnica ai começamos a discutir com os novos prefeitos que tinham sido eleitos a possibilidade de construir uma estrutura das prefeituras, pública, uma autarquia pra poder elaborar projetos, ajudar as prefeituras a captar recursos e executar a política pública então a gente começou a levantar essa discussão e eu com Thaise na época que hoje é articuladora territorial nós visitamos todas as prefeituras, todas, falamos dessa possibilidade e tal e depois fizemos uma reunião maior e começamos a discutir, ai o Estado também entrou na discussão através da SEDUR e a secretaria de planejamento e começou a ajudar a gente também no processo de construção. Fomos o primeiro da Bahia a ser montado e um dos primeiros a funcionar de fato e hoje já tem mais de um ano funcionando já executamos quase quatro milhões de reais em políticas públicas aqui no portal e a previsão de executar até o final do ano, que vem diretamente recursos passando pelo consórcio menos na questão de habitação que a gente elabora o projeto e repassa pra quem constrói, mas diretamente 40 milhões de reais ate o final do ano que vem. (secretário executivo do consórcio Portal do Sertão, entrevista concedida em 24/10/2013).

Como afirma o secretário executivo o Consórcio tem como objetivo principal elaborar projetos para captação de recursos pelas prefeituras que possibilitem a execução de políticas públicas Estaduais e Federais. O Consórcio é uma autarquia pública representada exclusivamente pelos prefeitos dos municípios pertencentes ao território, tem apoio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado (SEDUR) e a Secretaria de Planejamento

(SEPLAN). O Consórcio atua em todos os setores públicos, urbano e rural. Por exemplo, os projetos aprovados pelo CODES/Portal para o campo são viabilizados e implementados através do consórcio como a gestão ambiental, limpeza de aguadas e construção de cisternas.

Então a gente tem uma linha de ações bacanas hoje muito voltado para a zona rural também temos patrulha mecanizada rodando os municípios no interior do estado e tal a gente já ta fazendo gestão ambiental compartilhada temos equipe contratada pelo consórcio estamos fazendo uma gestão de PNHR, já fizemos limpeza de aguadas precisamos fazer mais, vamos construir cisternas através do convênio com a SUDENE, estamos fazendo capacitações através de um projeto que a gente passou pra SUDENE pra fazer capacitação para 500 servidores públicos das prefeituras com cursos para elaboração de projetos para captação de recursos Da CICONV, controladoria, outras licitações, comunicação são tipos de projetos também.

A parceria com alguns órgãos como Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e controladoria é utilizada na realização de ações públicas no Território. É um consorcio de prefeituras sem qualquer relação com a sociedade civil, os projetos são aprovados e elaborados por eles, não há avaliação nem prestação de contas à população. Mesmo que o território não tenha o Plano de Desenvolvimento Territorial concluído e aprovado o representante do Consórcio diz que segue esse plano e que a consulta ao conselho ou a população não é necessária porque todos os projetos subentende-se que são demanda do Portal do Sertão.

Rapaz eu lhe pergunto: limpeza de aguadas é demanda de colegiado? É demanda do colegiado. Construção de cisternas é demanda do colegiado? É demanda do colegiado. Capacitação para as prefeituras? É óbvio também é demanda do colegiado. Então nada do que a gente aprova aqui não é inventar a roda nem ta tentando trazer o homem da lua. A discussão dos projetos que a gente ta fazendo aqui é iniciada toda a discussão no colegiado, tão no plano do desenvolvimento sustentável e que a gente ta tentando viabilizar. O que a gente não faz é 50 reuniões pra decidir uma coisa que já ta decidida entende? Isso ai a gente não vai fazer até porque pra poder otimizar, então a gente conversa assim no colegiado essas coisas que já se foram discutidas assim e não foi de um ano nem de dois foi de seis anos ai que ta ai essas questões em discussão agora é ver se consegue botar isso pra rodar. (secretário executivo do consórcio Portal do Sertão, entrevista concedida em 24/10/2013).

Na maioria das reuniões do CODES/Portal não há a participação dos prefeitos, alguns representantes de prefeituras estão nas reuniões, entre os membros do Conselho uma das maiores queixas é a ausência do Consórcio nas reuniões. O Consórcio não tem informações sobre as discussões atuais do Conselho e, na elaboração de projetos, segue as demandas que há mais de cinco anos não estão em pauta. Realizam ações descoladas da realidade do

Território e divulgam os problemas como solucionados e destaca avanços que na prática não acontecem.

No campo, por exemplo, há reclamações por parte de alguns sindicatos que a implantação de cisterna não considera as áreas mais carentes ou são inseridas em locais inadequados, no período de estiagem, apesar de recursos serem encaminhados pelo governo federal para execução de projetos, as ações realizadas não contribuíram diretamente para minimizar as consequências da seca. O Consórcio apresenta projetos e a população mostra nas demandas que os projetos elaborados pouco contribuem para facilitar a vida no campo.

A gente tá tentando buscar a questão da regularização fundiária pra esses produtores do campo que não tem título, a construção de cisternas que a gente tá com o projeto começando agora tá iniciando, tanto a primeira água, quanto a segunda água são dois projetos diferentes e tem um projeto pra a gente trabalhar junto com a equipe da piscicultura, mas a gente tá buscando um recurso pra fazer, tem um projeto com a EBDA pra aquisição de veículos pra apoiar a agricultura familiar que não tem no Território e já tá aprovado também, o recurso tá caindo ano que vem final de ano, mas a gente sabe que é ano que vem. Estamos tentando iniciar o projeto de instalação aqui da vigilância sanitária animal e vegetal teve até um evento aqui um fórum antes de ontem que tava discutindo isso. Enfim a maior parte de nossas ações é pra zona rural que é onde também o pessoal tem mais deficiência porque você tem educação, hoje tem recurso, carimbado pra educação, tem saúde, tem recursos carimbado pra saúde, pra alimentação é muito difícil então as secretarias de agricultura as vezes são desestruturadas tem pouca gente, pouco veículo e a gente tá também pra tentar suprir isso (secretário executivo do Consórcio Portal do Sertão, entrevista concedida em 24/10/2013).

A maior parte dos recursos dos governos federal e estadual encaminhados ao Território de Identidade Portal do Sertão é destinada a projetos e ações no campo, para beneficiar a agricultura familiar, mas na prática essa atividade econômica ainda sofre as consequências da má gestão desses recursos. Para compreender a origem do problema, quais entraves o Consórcio identifica na efetivação das políticas públicas, se há algum problema de comunicação entre a sociedade e o estado, o representante traz como justificativa apenas o atraso no recebimento de recursos.

No Território os entraves que a gente esbarra as vezes é pela demora de viabilizar recurso junto ao estado ao governo federal, então as vezes a gente tem um projeto aprovado, as vezes demora um pouco pra chegar essa coisa toda, mas aí é parte do governo estadual e federal. Mas muito pelo contrário todo mundo tá vendo que o consórcio é uma estrutura eficaz, eficiente e tal e a aposta hoje é o consórcio inclusive vai tá recebendo uma usina de asfalto

provavelmente até o ano que vem, mas não tem como determinar porque é provavelmente. [...] Mas enfim o consórcio talvez tenha sido o maior avanço da política territorial aqui no Portal, [...] e por causa desse esforço é que tá chegando vários políticos que é o objetivo do colegiado, ninguém se reuniu no colegiado só pra ficar se reunindo, se reunindo, se reunindo, o pessoal se reúne no colegiado pra tentar viabilizar política pública, eu que fiz parte do Território desde sua construção sei disso. Por isso que a gente tá trazendo o Território pra cá exatamente pra isso, pra a gente tentar ajudar o território, colocar o colegiado aqui dentro pra a gente tentar, discutindo as propostas, pra a gente fazer essa ligação mais forte agora. (secretário executivo do consórcio Portal do Sertão, entrevista concedida em 24/10/2013).

Na análise do representante o Consórcio é a única ação do Território que realmente funciona, para ele o colegiado tem como objetivo reunir prefeituras e adquirir recursos. O consórcio é visto como uma instituição separada do colegiado que pode contribuir com o colegiado, mas não possui vínculo, a única relação aceita é a estabelecida no ato da formação do consórcio. Essa desvinculação pode ser entendida como fator essencial nas falhas entre o que o estado realiza e as demandas reais da população.

3.4 PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES PRODUTORES, E O PODER PÚBLICO: PONTOS COMUNS E DIVERGÊNCIAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA.

As classes sociais envolvidos na questão agrária do Território de Identidade Portal do Sertão têm objetivos comuns para necessidades distintas. Todos desejam produzir com qualidade e quantidade suficiente para atender a seus objetivos, para isso, necessitam de condições mínimas para produção, como terra, água, matéria prima e mecanismos de produção com a quantidade e qualidade necessária à suas demandas. O que diferencia são os objetivos. Os pequenos produtores e trabalhadores rurais desejam permanecer na terra e sustentar sua família através do trabalho com inserção no sistema capitalista de forma igualitária com a garantia de seus direitos a alimentação, saúde, educação e lazer de qualidade. Os grandes e médios produtores desejam permanecer no sistema capitalista, obter lucros cada vez maiores e ter acesso a maquinários e mão de obra especializada para atender a esses objetivos.

No Portal do Sertão os pequenos produtores e trabalhadores rurais sofrem com a escassez de água que se intensificou nos últimos quatro anos com longo período de estiagem. Por estar no semiárido a correção do solo para melhor produzir é outra necessidade que os pequenos produtores e trabalhadores rurais não possuem condições de solucionar sozinhos devido aos altos custos. A falta de recursos econômicos para investir na produção dificulta a situação desses produtores. As condições precárias de sobrevivência os obrigam a migrar para grandes

centros urbanos em busca por trabalho em áreas que não conhecem e assim criar seus filhos. Essa situação se agrava devido a falta de acesso a terra, isso torna o pequeno produtor refém das condições impostas pelos detentores de capital e condições de produção.

Os pequenos produtores e trabalhadores rurais, na maioria dos casos, não conhecem seus direitos constitucionalmente garantidos e o poder público, por sua vez, não se ocupa em garantir que se cumpra a lei, nem há meios suficientes de conscientização da população com relação a esse aspecto. Cria burocracias que impedem essa camada da população de adquirir benefícios como os créditos rurais e as políticas ditas de reforma agrária. A assistência técnica oferecida é insuficiente para a demanda no Portal do Sertão, além disso, não há grandes mudanças nas condições de sobrevivência no campo, os programas de habitação e pavimentação rurais existentes são insuficientes se considerar a demanda nos 17 municípios do Território pesquisado. O poder público age no enfraquecimento dos conflitos, as necessidades dos pequenos produtores são substituídas por um consenso camuflado, com intuito de permitir a permanência da concentração de renda e conseqüentemente das desigualdades sociais.

Nas entrevistas realizadas com os pequenos produtores e trabalhadores rurais nota-se que eles lutam por políticas públicas mais estruturantes para o campo com o fim das políticas e programas paliativos que não solucionam o problema só prolonga suas conseqüências. Buscam ainda a redução nas burocracias que os impeça de adquirir seus benefícios, mais formação política para a sociedade conhecer seus direitos. Redução das desigualdades sociais por meio do equilíbrio entre as participações no sistema capitalista de produção para que isso ocorra é necessária a inserção dos produtos do pequeno produtor no mercado em condições de equiparação com os demais produtores.

Os grandes e médios produtores no Território de Identidade Portal do Sertão também sofrem as conseqüências do longo período de estiagem ocorrido nos últimos quatro anos. Mesmo após alguns dias de chuva identificados no ano 2013 não foram suficientes para minimizar os problemas detectados no campo. Os grandes e médios produtores afirmam que os prejuízos com a seca chegam a milhões de reais e alguns produtores não tem como se recuperar das conseqüências em menos de 30 anos. A falta de pessoal disponível para trabalhar na produção agrícola também é detectada pelos grandes e médios produtores no Portal do Sertão como um grande problema, os benefícios do governo e a migração para os grandes centros urbanos são

considerados responsáveis por esse problema. Além disso, devido a dificuldade em manter e progredir na produção agrícola muitos produtores acreditam perder a sucessão na produção pelos seus filhos que visam atividades mais lucrativas e menos trabalhosas.

Apesar da existência de algumas linhas de crédito ofertadas pelos bancos estatais os grandes e médios produtores afirmam que a burocracia e a morosidade em receber os recursos dificultam a continuidade das atividades agrícolas no Portal do Sertão. Quanto as diferentes condições de produção no campo, os grandes e médios produtores consideram que as condições do sistema capitalista que para sua existência é necessário a diferença entre classes sociais, não vê isso como um problemas e sim como a consequência do sistema de produção realizado pela sociedade atual. Com relação ao poder públicos os grandes e médios produtores afirmam que falta vontade política para melhorar as condições de direcionamento de recursos por meio da desburocratização das ações de governo.

Os representantes do poder público que atuam no campo do Território de Identidade Portal do Sertão afirmam ter recursos, programas e projetos suficientes para minimizar os problemas envolvidos na questão agrária do Território. Existem repasses de recursos do governo federal e estadual para atender as demandas sociais em escala territorial e municipal. Para os representantes entrevistados a falta de pessoal disponível para dar assistência técnica e apoiar na distribuição de benefícios, a falta de documentação dos pequenos produtores para adquirir benefícios e a grande quantidade de burocracias nas ações do governo têm dificultado o trabalho no campo. Soma-se a essa situação o longo período de estiagem e a falta de vontade política para interferir na realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária no Território de Identidade Portal do Sertão, assim como na maior parte do país, traz à tona uma série de outras questões como a: questão da terra, questão da renda, questão da alimentação, questão da saúde, questão da educação, questão da segurança. Entre outras que influenciam diretamente na permanência da população no campo. Realizar alguma mudança nessa realidade requer pensar em todos esses requisitos, perceber quem tem direito ao acesso a esses itens básicos para a sobrevivência, na quantidade e qualidade necessárias.

No Portal do Sertão, nota-se grande diferença entre as condições de vida da população que se expressa na separação entre classes sociais. Os pequenos produtores e os trabalhadores rurais, que prestam serviço aos grandes e médios produtores, vivem em condições precárias. A estes são negados grande parte dos direitos e a falta de qualidade de vida tem, cada vez mais direcionado o pequeno produtor rural às atividades urbanas, essa situação contribui para o inchaço nas grandes e médias cidades. Não há políticas públicas estruturantes que permitam ao pequeno produtor ter qualidade de vida no campo. E a condição em que ele está inserido no sistema capitalista de produção inviabiliza a sustentação da família.

O grande produtor também encontra alguns problemas para produção no campo, entre eles é citada a falta de mão de obra disponível, devido à migração da população rural para os centros urbanos. A sucessão familiar também está comprometida, por diversos fatores, entre eles são citadas as condições climáticas desfavoráveis à produção no semiárido que necessita de investimentos cada vez maiores para continuar na produção. Os filhos dos fazendeiros não estão dispostos a arcar com esses custos e optam por formar-se e trabalhar em atividades urbanas que têm retornos econômicos mais rápidos.

A expropriação do pequeno produtor que contribui para o aumento na concentração de terras tem criado focos de resistência. No Portal do Sertão, por exemplo, a existência de acampamentos de trabalhadores sem terra, associações de pescadores, comunidades quilombolas e do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Menino Jesus como resultado da luta incessante dos trabalhadores rurais e das comunidades tradicionais, reforçam a ideia de que a população não está satisfeita com as condições impostas pelo sistema capitalista e não se submete de forma passiva as condições que lhe são impostas.

A Política de Desenvolvimento Territorial, como mais uma forma de gestão, torna-se também uma estratégia do poder público justificar a ação orçamentária e, ao mesmo tempo, camuflar os conflitos ao promover consenso sobre questões que, na maioria dos casos, não correspondem aos principais problemas sofridos pela população. A criação de um Território de Identidade como o Portal do Sertão que tem entre seus municípios diversos conflitos agrários, sem considerar esses problemas, descolado da realidade, é prova de que não há no poder público, intenção de minimizar as problemáticas do campo. O que o Estado visa é reduzir os conflitos à medida que tenta minimizar a importância das principais bandeiras de luta das classes sociais que historicamente são deixadas a margem do desenvolvimento econômico, político, social e que lutam por igualdade de direitos.

Há a necessidade em transformar as relações sociais, para que se promova uma mudança efetiva nas condições de vida da camada da população que possui pouco ou nenhum capital para sua reprodução social. A partir das relações de produção, de apropriação e de distribuição no Portal do Sertão se configuram as principais diferenças entre as classes sociais. Os pequenos produtores e trabalhadores rurais não possuem condições mínimas para se inserirem na competitividade de mercado imposta pelo capital. Os grandes e médios produtores possuem condições econômicas favoráveis, mas reclamam que as condições climáticas do semiárido não favorecem o investimento em determinadas culturas, por isso se mantêm no mercado capitalista através de outras atividades distantes da produção agrícola. Com esses relatos a produção no campo torna-se ameaçada e a atuação do poder público é considerada pequena diante da quantidade de questões envolvidas na questão agrária.

No Portal do Sertão a concentração da propriedade e da renda diferenciam as condições de vida da sociedade. As classes sociais que possuem melhores condições de produção são também as aptas a receber a maior quantidade de benefícios dos programas e políticas públicas. E as leis elaboradas com a finalidade de promover certo equilíbrio entre as relações sociais são utilizadas em benefício de uma minoria economicamente privilegiada.

A desigual relação de distribuição no Portal do Sertão imprime marcas no sistema produtivo. A maior extensão de terras é utilizada para produções características de grandes produtores que possuem as condições econômicas ideais para sua manutenção. Resta ao pequeno produtor rural se adaptar as condições que lhes são impostas, apesar de ser essa classe social responsável pela maior parte da produção no Território, não possuem espaço nem condições

adequadas para produzir e permanecer no campo. A aceitação não é pacífica, os grupos sociais menos privilegiados encontram meios de resistir no campo e lutar para que sejam respeitados seus direitos a reprodução da vida com dignidade. Entre as formas de resistência citam-se as comunidades quilombolas, associações de pescadores, acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais, e tantas outras formas de luta que expressam as necessidades e a obstinação do pequeno produtor.

Os trabalhadores rurais e os pequenos e médios produtores no Portal do Sertão sofrem com as condições climáticas impróprias para algumas produções, por não possuírem, em sua maioria, título da terra também não são beneficiados por alguns programas sociais. Além disso, o terreno que têm disponível em sua maioria é muito pobre para produção e necessita de correção, mas esses trabalhadores não dispõem de condições econômicas para melhorar o solo, assim, suas dificuldades não se resumem a falta de acesso a terra. A falta de condições de produção e reprodução no campo tem, cada vez mais distanciado essa classe social das atividades do campo. Os trabalhadores rurais migram para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades que não encontram no campo. Ao chegarem às cidades muitos não conseguem se adaptar. Porque as cidades também não estão preparadas para receber o contingente cada vez maior de pessoas em busca de emprego, educação e saúde não disponíveis, na quantidade e qualidade necessárias, às comunidades rurais.

No Território de Identidade Portal do Sertão, o poder público não debate a questão agrária e, surpreendentemente, alguns movimentos sociais se recusam a manifestar suas ideias. Nessa pesquisa movimentos como o Movimento de Organização Comunitária (MOC) não autorizou a realização de entrevistas alegando que apesar de ser sediado no município de Feira de Santana não atua em nenhum dos 17 municípios pertencentes ao território. Informam que sua única contribuição no Território se estabelece na definição do local de implantação das cisternas e, por telefone, manifesta sua falta de interesse em contribuir com a pesquisa. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também não foi aberto ao diálogo, alegando desconhecer o Território e não estando dispostos a falar separadamente da realidade de cada município.

A questão da reforma agrária vai muito além de uma transferência de renda, significa modificar a estrutura social através das relações de produção, de distribuição e de apropriação. Essa mudança altera as bases do sistema capitalista de produção, não é interessante aos

detentores do grande capital uma mudança nesses níveis, por esse motivo ainda não ocorre no Brasil. O que pode ser visto são algumas políticas agrárias que não solucionam o problema, apenas prolongam sua duração.

O Território de Identidade Portal do Sertão, a partir desta pesquisa, é considerado um território repleto de diferenças políticas, econômicas, sociais, culturais entre outras. Na constituição do Território essa diversidade não é analisada e por esse motivo os conflitos tornam-se evidentes. A existência de distintas classes sociais com demandas diferenciadas é nítida e a falta de atenção do poder público às demandas de uma ou mais classe amplia as dificuldades. O sistema capitalista de produção se alimenta das desigualdades sociais, a expropriação obriga a sociedade a se submeter aos ditames do capital e a população torna-se cada vez mais refém dos interesses dos detentores de grandes somas de capital.

No Portal do Sertão os trabalhadores rurais, os pequenos e os médios produtores sofrem as consequências de um sistema social excludente. Os grandes produtores, não satisfeitos com o volume de recursos públicos direcionados a eles, reclamam falta de atenção política e solicitam desburocratização dos recursos. Grandes, e pequenos produtores sofrem com a falta de interesse dos mais jovens em continuar as atividades rurais, cada classe social por motivos diferentes decidem viver nas cidades. Os filhos dos grandes produtores, no Portal do Sertão, escolhem formações acadêmicas que os distanciam cada vez mais do campo, por interesse em retorno financeiro imediato, além de despertarem grande interesse pelas distrações características do espaço urbano. Os pequenos produtores expropriados e explorados que não conseguem resistir na terra seguem em direção às cidades em busca por qualidade de vida através de emprego, saúde e educação de qualidade, que em muitos casos não são encontradas.

Embora existam meios, como os cursos de capacitação rural, para ajudar o produtor a tornar-se mais independente do poder público em sua produção diária, esses meios não são disponíveis a todos, nem são divulgados e os produtores rurais do Portal do Sertão não são incentivados e mobilizados a participar. Como possíveis estudos futuros propõe-se compreender de que forma pode haver maiores envolvimento das prefeituras nas discussões relacionadas ao campo, criação de políticas estruturantes para o campo, desburocratização das ações do poder público, e realização de concursos públicos específicos para as áreas de maior pendência de pessoal no campo do Portal do Sertão.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. **Disseminação de Boas Práticas em Desenvolvimento Territorial no Brasil**: Territorialização Programática em Planos Plurianuais de Investimento PPA/BA e SE. Salvador: SDT/MDA: IICA, 2010.

BAHIA. **Plano Plurianual da Administração Pública 2004/2007**. Salvador: Seplantec, 2003. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/ppa2004/2007>> Acesso em: 16/11/2010

_____. **Plano Plurianual da Administração Pública 2008/2011**. Salvador: SEPLAN, 2007. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/ppa2008/2011>> Acesso em: 16/11/2010

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federal**. São Paulo: Escala, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)**: Referências Metodológicas para o apoio ao Desenvolvimento Territorial. 5 ed. Brasília: MDA/SDT, 2004.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDT)**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MIN). **Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: MIN/SDR, 2005.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Reforma agrária e o bloco no poder**. São Paulo: PUC. (s/d)

DUFUMIER, Marc. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola**: manual para especialistas; tradução: Vitor de Athayde Couto; prefácio René Dumont. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010 (Coleção Estudos 85).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

GEOGRAFAR, Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Mapa de Espacialização da concentração fundiária, índice de Gíni Bahia – 2006**. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=pagina&id=12> (acessado em 16/11/2010).

GERMANI, Guiomar Inez. Assentamentos de Reforma Agrária: Produção de Novos espaços de vida e de conflitos. **Revista vozes**, n° 6, Petrópolis: Vozes, 2001, pp. 67-84

_____. A questão agrária na Bahia: Permanências e Mudanças. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org) **Espaço e**

Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009, pp. 348-370.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo:Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise Agrária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção o Mundo hoje, Volume 29).

GUTELMAN, Michel, **Estruturas e Reformas agrárias**. Tradução: Helena Morais. Lisboa: Edições 70, 1974.

JUNIOR, Caio Prado. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense/AS. 1979.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Trad: C. Iperoig. 3ed São Paulo: Proposta Editorial. 1980. (Coleção Proposta universitária).

MAGALHÃES, Vânia Cristina. **Normalização de trabalhos acadêmicos das Faculdades de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis da UFBA**. Salvador: ECO/UFBA, 2007.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas (LECH), 1979. (Coleção Brasil ontem e hoje).

_____ **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1982 (Coleção Ciências Sociais, Serie Linha de Frente).

MARX, Karl. O processo global da produção capitalista. in: MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política. Trad: Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Livro I, cap. XXIV, seção VII, tomo II (Série: Os economistas).

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Mapa de Localização Território de Identidade Portal do Sertão** disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br> (acessado em 27/06/2010).

_____ **Mapa de localização dos Territórios de Identidade da Bahia** disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa_territ_ident2013.pdf (acessado em 05/05/2014).

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (orgs.). **A questão Agrária**. trad. Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizolla; José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. 10ª Ed. São Paulo: Brasiliense/SA. 1985 (Coleção Primeiros Passos).

VINHAS, Moises. **Problemas agrário-camponeses do Brasil** 2 ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A 1972 (coleção: Retratos do Brasil).

WEBER, Max. Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha. In: WEBER, Max. **Textos Selecionados**. Ed. Abril Cultural, 1980 (Coleção: Os Pensadores).